

SEBASTIÃO SIBÁ MACHADO OLIVEIRA

**O CAPITAL COMUNITÁRIO E A PPC:  
A participação pública, privada e comunitária na  
construção da economia local**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPG/MDR da Universidade Federal do Acre – UfAC como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Professor Dr. Silvio Simione

Rio Branco-AC

2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SEBASTIÃO SIBÁ MACHADO OLIVEIRA

**O CAPITAL COMUNITÁRIO E A PPC:  
A participação pública, privada e comunitária na  
construção da economia local**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPG/MDR da Universidade Federal do Acre – UFAC como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 07 de maio de 2010

BANCA EXAMINADORA

---

Presidente e orientador: Prof. Dr. Silvio Simione  
(UFAC)

---

Membro Prof. Dr. Carlos Franco  
(UFAC)

---

Membro Prof. Dr. Sérgio Sauer  
(PUC/Brasília)

## **DEDICATÓRIA**

Aos bravos guerreiros e guerreiras das lutas sociais que, passo a passo, palmo a palmo vão imprimindo suas marcas no território acriano.

Aos símbolos do passado que já não estão em nosso meio, que enfrentaram as amarguras daquele momento sem ter tido a oportunidade de desfrutar um pouco de paz e o objeto de suas lutas.

Aos atuais líderes incansáveis que não se dobram diante do peso da idade, tornando-se fonte de energia para que os mais jovens possam acreditar e seguir a trajetória. Os nomes? Todos!

## **AGRADECIMENTOS**

---

À SUFRAMA pelo apoio ao curso.

E aos demais que chego a temer esquecer o nome de alguém que por nada desse mundo eu pretendia fazê-lo.

---

Marx alerta para o fato de que a natureza não produz de um lado os possuidores de dinheiro e de mercadorias e de outro, os meros possuidores de sua própria força de trabalho. Essa relação não tem origem na natureza, ela é produto de um desenvolvimento histórico e das muitas revoluções econômicas. A partir de então, temos a necessidade de discutir sobre o valor da mercadoria chamada trabalho.

Citado por Neil Smith in: Desenvolvimento Desigual, (1988).

## **O CAPITAL COMUNITÁRIO E A PPC: A participação pública, privada e comunitária na construção da economia local**

Sebastião Sibá Machado Oliveira

**RESUMO:** Nosso trabalho tem como objetivo abordar sobre o movimento social do campesinato acriano na fase da “Luta na Terra”, especialmente após a conquista de cerca de 30% do território do Estado para as diversas modalidades de assentamentos de Reforma Agrária liderados pelo MSTR, na década de 1970, e pelo CNS, a partir da segunda metade da década de 1980. Buscamos compreender se a PPC pode ser entendida como sendo “o novo empate” do campesinato ante o capital industrial ora em fase de instalação no Acre, se as organizações comunitárias, ao assumirem as PPCs, podem ser entendidas como um passo a mais do que hoje se conceitua como “Capital Social” e podendo ser entendida como “Capital Comunitário”, e se o capital comunitário pode ser entendido como sendo a nova forma de “Luta na Terra” do campesinato com terra. As lutas no campo se deram através dos empates contra o desmatamento e queima de florestas para o plantio de pastagens e, principalmente, para conquistar o direito de posse, até então negado pelo poder de Estado e pelo latifúndio. Em 1999, a coalizão política intitulada Frente Popular do Acre, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, assume o governo do Estado e se autointitula como “Governo da Floresta”, e sua visão de sociedade de “Florestania” entendendo isto como uma reprodução dos signos das lutas do campesinato lideradas por Chico Mendes e Wilson Pinheiro “num novo empate” contra o modelo econômico que estava em curso no Acre. O Governo da Floresta passou a investir nas bases para a industrialização do Estado abrindo facilidades para a entrada de empresas e capitais de outras partes do país. Como alternativa a isso, o campesinato através do cooperativismo tem lutado para também assumir os empreendimentos disponibilizados pelo governo numa parceria chamada de PPC. A PPC nos parece então um importante método de organização produtiva através das cooperativas e uma etapa inevitável do campesinato na conquista de seu espaço socioeconômico na fase da industrialização do Acre. Para maior clareza sobre o tema, analisamos as cooperativas Agroaves, Cooperacre, Cooperfloresta e Coopel, como os exemplos mais interessantes de PPC no Acre.

Palavras-chave:

1. Desenvolvimento Regional; 2. Capital Comunitário e a PPC; 3. Luta na Terra

## **COMMUNITY CAPITAL AND PPC: The Public, Private and Communitarian Participation in the construction of the local economy**

Sebastião Sibá Machado Oliveira

**ABSTRACT:** This work has as main objective to tackle the social movement of peasantry people in Acre during the phase “Struggle in the Land”, especially after the conquest of 30% of the state’s territory to several modalities of settlements of the Land Reform led by the MSTR (Country Landless Movement) in the 1970s and by the CNS (Brazilian Rubber-tapper’s Council) from the second mid-decade of the 1980s. We have tried to understand if PPC can be taken as a “the new blocking” of Acre’s peasantry movement facing the industrial capital at that moment it was establishing in Acre, if the community organizations, ruling the PPCs, can be understood as a new step towards what is nowadays named as “Social Capital”, and also being considered as “Community Capital”, as well as if the community capital can be understood as the new way of peasantry’s “Struggle in the Land” for the land. The fighting that happened in the countryside by the blockings of deforestation and forest burning to grow grass and breed cattle, but mainly to conquer ownership’s right of that piece of land, up to that moment denied by State and by the landlord. In 1999, the parties coalition entitled Acre Popular Front led by the Worker’s Party takes on the government of the State and self-entitles as the “Government of the Forest” creating a vision for a society named “Florestania” (Forest citizenship), depicting this a reproduction of signs of peasantry’s struggles led by Chico Mendes and Wilson Pinheiro “in a new blocking” against the economic model on the way in Acre. The Government of the Forest started to invest in the groundings for establishing the industrialization in the State giving fiscal incentives to the coming of new companies and financing capital from other parts of the country. As an alternative to this, the peasantry through cooperative activities has tried to take on new entrepreneurial activities available by the government in a partnership called PPC. The PPC has appeared then as an important method of productive organization through cooperative movements and a new inevitable moment by the peasantry to conquering its socioeconomic setting in the industrialization phase in Acre. For a clearer explanation about this theme, cooperative initiatives as Agroaves, Cooperacre, Cooperfloresta, and Coopel were analyzed as interesting examples of PPC in Acre.

Key-words:

1. Regional Development; 2. Community Capital and PPC; 3. Fighting in the Land.

## LISTAS

---

### a) Quadros

<b>Ordem</b>	<b>Título</b>	<b>Página</b>
1	Dez princípios da Economia Solidária	32
2	Fluxograma do Capital Comunitário	39
3	Síntese dos principais paradigmas do desenvolvimento pós-1950.	47
4	Modalidades de Assentamentos de Reforma Agrária e suas características	58
5	Evolução da folha de pagamento dos servidores públicos e do quadro de contratação de pessoal nos 3 mandatos do Governo da Floresta	69
6	Atividades e metas para o Complexo Industrial Florestal a partir das Florestas Estaduais e Florestas Privadas	73
7	Fluxograma do Capital Comunitário e o PPC	87
8	Organizações Cooperativas do Brasil e suas características	99
9	Principais Associações Centrais criadas pela CPT n período da segunda metade dos anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990.	104

## **b) Tabelas**

<b>Ordem</b>	<b>Título</b>	<b>Página</b>
1	Assentamentos destinados a produção agropecuária, famílias beneficiadas e área ocupada	59
2	Assentamentos destinados a produção extrativista e atividades de baixo impacto, famílias beneficiadas e área ocupada	59
3	Receitas do estado por fonte de recursos no período 2006/2009	66
4	Pessoas Ocupadas por Setor de Atividade	70
5	Desmatamento ocorridos nos assentamentos no período de 2002 a 2008, na Amazônia	82
6	Estados da Federação, desmatamento e percentual ocorrido nos assentamentos, na Amazônia	83
7	Cronograma dos Investimentos em Ramais no período de 2007/2010	91
8	Cronograma de Investimentos e capital de giro na COOPEL/COOPERACRE/AGROAVES/COOPERFLORESTA no período de 2007/2010	92
9	Estrutura Organizativa da OCB/SESCOOP/AC	106
10	Estrutura Organizativa das Cooperativas vinculadas ao sistema UNISOL/AC	107

## **c) Fotografias**

<b>Ordem</b>	<b>Título</b>	<b>Página</b>
1	Reunião do Núcleo de Base da Cooperfloresta no PAE Cachoeira (Xapuri)	114
2	Laticínio da Coopel em Rio Branco	117
3	Produtos do Laticínio da Coopel	118
4	Diretoria e Conselho de Administração da Cooperacre	123
5	Usina de Beneficiamento de Castanha do Brasil da Cooperacre em Brasília	123
6	Complexo Agroindustrial de Frangos em Brasília	127
7	Unidade Produtiva de Frangos/Cooperado: Orides Rigamonte	128

#### **d) Gráficos**

<b>Ordem</b>	<b>Título</b>	<b>Página</b>
1	Evolução do PIB do Acre entre 2002-2007	67
2	Classificação do PIB por Unidade Federativa (2007)	68

## SUMÁRIO

---

<b>Ordem</b>	<b>Título</b>	<b>Página</b>
	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>01</b>	<b>CAPÍTULO PRIMEIRO: O CAPITAL, O CAPITAL SOCIAL E O CAPITAL COMUNITÁRIO</b>	15
1.1	SOBRE O CAPITAL E O TRABALHO	15
1.1.1	A mercadoria e as trocas de mercadorias	16
1.1.2	A transformação do dinheiro em capital	18
1.1.3	A criação e a apropriação da mais valia	20
1.1.4	O que é mesmo o capital?	21
1.1.5	Considerações sobre a propriedade	22
1.2	SOBRE O CAPITAL SOCIAL	25
1.3	SOBRE O CAPITAL COMUNITÁRIO	33
<b>02</b>	<b>CAPÍTULO SEGUNDO: POR UMA GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO</b>	<b>41</b>
2.1	DESENVOLVIMENTO E REGIÃO	41
2.2	SOBRE AS DESIGUALDADES DO DESENVOLVIMENTO	43
2.3	DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CONQUISTA DA TERRA PELO MSTR	51
2.4	AS BASES DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO ACRE: AMEAÇA OU OPORTUNIDADE PARA O CAMPESINATO?	60
2.4.1	A visão conceitual de desenvolvimento do Acre no Governo da Floresta	61
2.4.2	O contexto da economia do Acre no governo da Floresta	64
2.4.3	Alguns dados da economia do Acre	66
2.4.4	Florestas públicas Estaduais(FE): a política do Governo da Floresta e a política do CNS	71

<b>03</b>	<b>CAPÍTULO TERCEIRO: A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA, PRIVADA E COMUNITÁRIA-PPC COMO MÉTODO DO CAPITAL COMUNITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>	<b>77</b>
3.1	O MSTR: AGORA A LUTA É NA TERRA	77
3.2	O MSTR E A COMPLEXIDADE DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO	78
3.2.1	A Baixa Complexidade	79
3.2.2	A Média Complexidade	84
3.2.3	A Alta Complexidade	85
3.3	O MSTR/CNS E O PACTO AGRÁRIO	88
3.4	O MSTR/CNS E O COOPERATIVISMO COMO FERRAMENTA DA LUTA COMUNITÁRIA	93
3.4.1	O cooperativismo no Brasil	97
3.4.2	O associativismo rural no Acre	99
3.4.3	O cooperativismo no Acre	105
3.5	O COOPERATIVISMO E A PPC	109
3.5.1	A Cooperfloresta e a PPC	111
3.5.2	A Coopel e a PPC	114
3.5.3	A Cooperacre e a PPC	118
3.5.4	A Cooperativa Agroaves e a PPC	124
	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>130</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

---

Nossa intenção neste trabalho é, em primeiro lugar, contextualizar as relações de poder sobre a posse e o uso da terra no Acre e, como tal, compreender melhor a trajetória do campesinato<sup>1</sup> acriano na fase da “Luta pela Terra”, e, em segundo lugar, analisar a organização produtiva e suas disputas com o Estado e o capital na fase da “Luta na Terra” e os desafios colocados a partir do atual período da economia acriana que inaugura as bases de sua industrialização, projeto desenvolvido pelo “Governo da Floresta<sup>2</sup>” e sua política de desenvolvimento tendo a produção florestal e agropecuária como força motriz deste desenvolvimento.

Nosso objeto de preocupação está centrado nas relações e nos embates entre o campesinato, o capital e o Estado pela posse da terra e, em seguida, nas disputas entre o campesinato e o capital pelas políticas públicas e investimentos na fase da Luta na Terra. Durante a Luta pela Terra, o campesinato teve como principal organização o MSTR<sup>3</sup> (no período entre 1975 a 1985 e o CNS<sup>4</sup> a partir de 1985), e na fase da Luta na Terra, o campesinato se organiza através do associativismo e cooperativismo, construindo suas redes e passando a disputar novos espaços nas cadeias produtivas e nas políticas públicas.

Riquíssimos trabalhos têm se ocupado da construção teórica dos movimentos sociais, e atualmente o debate acontece sobre a construção de conceitos sobre o “Capital Social”, sendo este adotado por muitos como a expressão maior das ações comunitárias

---

<sup>1</sup> Campesinato acriano: Conforme Silva (2005 p. 109), no processo de formação do campesinato na Amazônia-Acriana, sobressaem primeiramente os seringueiros, e sua condição se manifesta nos momentos de crise econômica da borracha quando deixam de ser exclusivamente mão-de-obra para a empresa capitalista produtora de borracha e transformam-se em camponeses florestais [...] Por um lado, no âmbito do próprio campesinato, apesar de também divergirem no manejo de suas áreas, seringueiros e colonos voltam-se para o uso da terra como meio de produção de sua autossustentação familiar e o excedente para o mercado.

<sup>2</sup> Governo da Floresta: Termo criado no primeiro mandato de Jorge Viana no governo do Acre (1999/2002) para designar a visão de cidadania e desenvolvimento do Estado em base florestal. Naquele momento o Acre estava com 90% de seu território coberto por floresta primária.

<sup>3</sup> MSTR: Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, criado pelo sistema Confederação (CONTAG), Federação (FETAGs) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) em todo o Brasil e que no Acre representou o conjunto das lutas do campesinato de 1975 a 1985, momento principal da Luta pela Terra no Estado.

<sup>4</sup> CNS: Conselho Nacional dos Seringueiros criado em 1985 para lutar por uma modalidade de Assentamento de Reforma Agrária compatível com sua dinâmica de trabalho e vida.

no enfrentamento aos problemas das diferenças regionais, o desenvolvimento capitalista e os malefícios/benefícios da globalização.

Partimos do pressuposto de que a fase da Luta pela Terra pode ser entendida pelos conceitos de Capital Social, situação em que agrega o conjunto da comunidade sem considerar muito a capacidade econômica da mesma. Já na fase da Luta na Terra, entendemos que o campesinato avança sobre a propriedade de outros meios de produção, sobre os processos produtivos, sobre as políticas públicas do Estado, sobre o mercado e consecutivamente se aprimora nos embates com o capital. Assim, o conjunto destas organizações poderá ser entendido como “Capital Comunitário”, atuando mais especificamente sobre a base econômica.

O campesinato acriano através do cooperativismo e suas redes de ação tem recusado gradativamente ser envolvido neste processo apenas como “integrados”<sup>5</sup> dos complexos industriais, fazendo uma luta silenciosa para assumir o comando destes complexos industriais ou parte deles. O terceiro mandato do governo da floresta (governo Binho Marques, 2007/2010) adotou um método de participação do campesinato nestes complexos chamado de PPC<sup>6</sup>, de certa forma em contrapartida à PPP<sup>7</sup> do governo federal, entendendo isso como parte do “empoderamento” das comunidades e uma resposta positiva ao atual estágio do campesinato acriano.

Nosso trabalho pretende analisar no primeiro capítulo alguns conceitos de Capital, Capital Social e uma visão sobre o Capital Comunitário; no segundo, pretendemos abordar o que entendemos por uma geografia do desenvolvimento, tanto por autores que consideramos importantes para esta construção, quanto pela visão adotada pelos agentes do governo da floresta; no terceiro capítulo discutiremos a PPC como método do capital comunitário de participação em todos os elos do processo

---

<sup>5</sup> Integração: Forma de contrato de fornecimento de matéria prima que se dá entre uma família de pequeno produtor e uma agroindústria. Neste processo o produtor é dono da terra, mas por ser pobre, recebe todos os insumos, entrega a produção para a indústria e recebe seu saldo depois de descontados todos os custos dos insumos recebidos. Ex.: A Sadia e os produtores de aves e suínos nos Estados do sul do Brasil.

<sup>6</sup> PPC: Participação Pública, Privada e Comunitária, é um programa adotado pelo governo Binho Marques quando das negociações com o MSTR, para inserir as cooperativas do campesinato como sócias ou proprietárias de complexos industriais de médio e grande porte.

<sup>7</sup> PPP: Parceria Pública e Privada, lei federal nº 11.079, de 30/12/2004. Este sistema tem o objetivo de agilizar investimentos importantes para o crescimento econômico do país, especialmente naqueles de infraestrutura em projetos com duração de 5 a 35 anos e de valor superior a 20 milhões de reais.

produtivo e algumas de suas experiências. Por fim, colocaremos algumas de nossas considerações como parte conclusiva de nosso trabalho.

## **Capítulo Primeiro**

---

### **1 - O CAPITAL, O CAPITAL SOCIAL E O CAPITAL COMUNITÁRIO**

#### **1.1 – SOBRE O CAPITAL E O TRABALHO**

Consideramos Marx (1982), para efeito da compreensão sobre o capital e o trabalho, antes de tudo, o problema da acumulação de bens e de conhecimento como fatores da divisão do trabalho, da geração de riquezas, da importância de Ser e Ter e consecutivamente da divisão da sociedade em classes. O processo segue o seguinte caminho: i) o homem é um ser essencialmente sociável e depende dos outros para sobreviver; ii) para sobreviver, apropriou-se dos recursos da natureza transformando-os em objetos e bens de uso individual e coletivo; iii) este processo é o trabalho, através do qual desenvolveu as ferramentas, utensílios e armas; iv) o trabalho sendo dividido acabou por gerar excedentes; v) o excedente foi colocado para ser trocado por bens e serviços outros de que necessitava; vi) a troca gerou o mercado que transformou o excedente em mercadoria; e vii) a mercadoria acumulada nas mãos de poucos expropriou a massa de trabalhadores que têm de vender a própria força de trabalho como mercadoria no mercado.

No estágio primitivo das sociedades e durante um longo período de sua evolução, a atividade econômica permanece muito reduzida, pois é apenas uma atividade de produção sem trocas. Cada um provê as suas necessidades. À medida que se desenvolvem paralelamente necessidades e civilização, a atividade intensifica-se e diversifica-se. Pouco a pouco, rompem-se os estreitos quadros geográficos no seio dos quais se desenvolvia no início; passa-se da economia doméstica à economia domínial e à economia urbana, correspondendo assim à atividade pastoril, agrícola e artesanal (LAJUGIE, 1988, p. 15).

Conforme Harnecker e Uribe (1979, p. 13), nos mais longínquos lugares da América Latina, encontramos grupos de pessoa que obtêm o que necessitam para viver apenas por meio de seu próprio trabalho, sendo isto muito diferente dos que vivem nas

idades, nas quais existe uma grande divisão do trabalho: metalurgia, alimentos, construção, têxtil e outras atividades. Assim, as pessoas das cidades são cada vez mais interdependentes desta divisão do trabalho, aprimorando sempre o regime de trocas e consecutivamente as relações de mercado. No regime de trocas, a força de trabalho é também uma mercadoria que é trocada por um salário, e este é novamente trocado pelos bens e serviços necessários à vida do trabalhador.

A economia de **mercado capitalista** é o sistema de economia de troca alicerçada no lucro, na expansão comercial em escala mundial e pelo regime de liberdade econômica. Passou de um mercado urbano Local para um mercado nacional e posteriormente para um mercado mundial. O comércio impulsionou a revolução industrial, a tecnologia, a comunicação e, por fim, a globalização. A revolução industrial levou à mecanização da indústria, e a revolução liberal modificou completamente a relação de trabalho e de propriedade (LAJUGIE, 1988, p. 41 – 47).

Na economia capitalista, o princípio reside na apropriação dos meios de produção, de um lado, e de outro, na apropriação do excedente de trabalho do trabalhador que consiste na seguinte lógica: a) a mercadoria e as trocas de mercadorias; b) a transformação do dinheiro em capital; e c) a produção e apropriação da mais valia. A partir de então, deveremos assimilar a conceituação de capital seguindo critérios marxistas.

### 1.1.1 – A mercadoria e as trocas de mercadorias: o problema do valor

Marx (1982, p. 41) afirma que “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’ e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza”. Vimos anteriormente os diversos sistemas econômicos na história das sociedades, sua evolução e as relações de trabalho e apropriação dos bens, do conhecimento e dos serviços gerados nestas relações e que, concordando com o autor, nada mais são do que mercadorias. Marx, citando Barbon (p. 44) explica o problema do valor das mercadorias e a diferença entre o valor-de-uso e o valor-de-troca: “um tipo de mercadoria é tão bom quanto outro, se é igual o valor de troca. Não há diferença ou distinção em coisas de igual valor-de-troca”.

Marx (op. cit. p. 45 e 46) explica que “um valor de uso ou um bem só possui valor, porque nele está contido o trabalho humano”. Devemos então admitir que é no trabalho humano que reside a fórmula de cálculo do valor das mercadorias e, como o

próprio Marx afirma, é na apropriação do excedente do trabalho que se gera a mais-valia. Mas, qual é o tempo ideal de trabalho para se produzir um determinado bem? O autor responde: o que determina a grandeza do valor é a quantidade de trabalho ou a quantidade de tempo socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso. Mercadorias que necessitam do mesmo tempo de trabalho possuem a mesma grandeza. E ainda: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir a mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor o seu valor (o inverso também é válido).

Marx (op. cit., p. 49, 53, 77 e 78) afirma ainda que a divisão social do trabalho é condição para a produção de mercadorias, porém o inverso não é verdadeiro. Ele nos chama a atenção ainda para o fato do duplo caráter do trabalho: uma quantidade de valor-de-uso (objetos produzidos) cria, de per si, maior riqueza material, no entanto um acréscimo da riqueza material pode levar a uma queda de seu valor. Em seguida vemos sua preocupação com o que ele chama de transição da forma geral do valor para a forma dinheiro e como tal, uma mercadoria só assume forma equivalente geral enquanto estiver destacada como equivalente por todas as outras mercadorias. Então, mercadoria determinada, com cuja forma natural se identifica socialmente a forma equivalente, torna-se mercadoria-dinheiro, funciona como dinheiro.

Marx (op. cit., p. 97, 100 e 101) passa a analisar o processo de trocas: o dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca e que serve de fato para equiparar os diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-los em mercadorias. É duplo o valor-de-uso da mercadoria dinheiro, que além de possuir este valor que é inerente ao de mercadoria, afirma ele, o ouro, por exemplo, tem diversas outras utilidades decorrentes de sua função social. Portanto, dinheiro é mercadoria e dinheiro é o reflexo que adere a uma única mercadoria nas relações entre todas as mercadorias. A mercadoria é apenas um símbolo, pois o que ela de fato representa é o trabalho humano a ela dispensado para sua produção. Podemos então perguntar: mas como mensurar o valor do trabalho dispensado na produção de determinada mercadoria? De acordo com Harnecker e Uribe (1979, p. 25-29), “o valor se calcula tendo em conta a quantidade média de trabalho para se produzir determinada mercadoria”. E acrescentando: para se definir tempo de trabalho socialmente necessário,

devemos considerar: i) as condições sociais médias de produção; e ii) a necessidade que a sociedade tenha deste produto.

Assim a autora conclui sobre o trabalho socialmente necessário: “chamaremos de trabalho socialmente necessário o tempo de trabalho que se emprega na produção de um objeto quando se utiliza a tecnologia média, as aptidões médias, e as condições médias de trabalho da sociedade, sempre que se tenha em conta as necessidades que a sociedade tem do produto em questão”. Todo esse regime de trocas é admitido pelos autores aqui estudados como sendo um regime de trocas simples classificadas da seguinte maneira: M – D – M. Ou seja: vendem-se Mercadorias (M) para obter dinheiro (D), que permite comprar outras mercadorias de igual valor (M) (Idem, p. 31).

### 1.1.2 – A transformação do dinheiro em capital

Se colocarmos de um lado o conteúdo material da circulação das mercadorias, a troca dos diferentes valores-de-uso, para considerar apenas as formas econômicas engendradas por este processo de circulação, encontraremos o dinheiro como produto final. Esse produto final da circulação das mercadorias é a primeira forma em que aparece o capital (MARX, 1982, p. 165 e 166).

Marx chama a atenção para a distinção do dinheiro que é apenas dinheiro, para o dinheiro que se transforma em capital através da circulação. Como vimos, Marx chama de troca simples o sistema M-D-M quando se converte a Mercadoria em Dinheiro e posteriormente o Dinheiro em Mercadoria, encerrando aí o ciclo de comércio, ou seja: vender para comprar.

Na forma do capital, temos o processo D – M – D, Dinheiro compra Mercadoria que é novamente vendida para se transformar em Dinheiro. Assim, o dinheiro que se movimenta de acordo com esta circulação transforma-se em capital, vira capital e por sua destinação é capital. Compra-se mercadoria com dinheiro e dinheiro com mercadoria, tendo como resultado final a troca de dinheiro por dinheiro. Sendo o sistema M-D-M a troca para suprir necessidades, a troca por **valor-de-uso**. Quanto ao sistema D-M-D, a troca por dinheiro é o próprio **valor-de-troca** (Ibid, p. 166 e 169).

A troca em valor-de-uso é uma transação em que as partes ganham por igual; já na troca por valor-de-troca, uma parte ganha e a outra perde, gerando aí uma acumulação. Assim, onde há igualdade não há lucro e onde há lucro não há igualdade. Para entendermos melhor a transformação do dinheiro em capital, o autor nos afirma:

A mudança do valor do dinheiro que se pretende transformar em capital não pode ocorrer no próprio dinheiro. Ao servir de meio de compra ou de pagamento, o dinheiro apenas realiza o preço da mercadoria, que compra ou paga, e, ao manter-se em sua própria forma, petrifica-se em valor de magnitude fixada. Tampouco pode a mudança do valor decorrer do segundo ato da circulação, da revenda da mercadoria, pois esse ato apenas reconverte a mercadoria da forma natural em forma de dinheiro. A mudança tem, portanto de ocorrer com a mercadoria comprada no primeiro ato D – M, mas não em seu valor, pois se trocam equivalentes, as mercadorias são pagas pelo seu valor. A mudança só pode, portanto, originar-se de seu valor-de-uso, como tal, de seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera de circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar, de ser fonte de valor; de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho. [...] Assim, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado, enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, [...] A continuidade dessa relação exige que o possuidor dessa força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois se a vende de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformando-se de homem livre em escravo e passando de vendedor de mercadoria à própria mercadoria. [...] Precisa então manter a propriedade de sua força de trabalho (MARX, 1982, p. 187).

Marx alerta ainda para o fato de que a natureza não produz de um lado os possuidores de dinheiro e de mercadorias, e de outro, os meros possuidores de sua própria força de trabalho. Essa relação não tem origem na natureza, ela é produto de um desenvolvimento histórico e das muitas revoluções econômicas. A partir de então, temos a necessidade de discutir sobre o valor da mercadoria chamada trabalho. Marx a esclarece da seguinte forma:

O valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por conseqüência, a sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela corporificado. Não é mais que a aptidão do indivíduo vivo. [...] para manter-se precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. [...] o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. [...] o valor da força de trabalho reduz-se ao valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Varia, portanto com o valor desses meios de subsistência, ou seja, com a magnitude do tempo de trabalho exigido para sua produção (Idem, p. 191 e 192).

O valor da força de trabalho é igual ao valor de todos os produtos que são necessários para a sua conservação e reprodução numa sociedade determinada. Isto quer dizer que é igual ao tempo de trabalho necessário para produzir estes bens de consumo considerando os seguintes aspectos: i) as necessidades básicas suas e de sua família; ii) as necessidades culturais; e iii) o grau de especialização do trabalhador (HARNECKER e URIBE (1979, p. 38 e 39).

### 1.1.3 – A criação e a apropriação da mais-valia na economia capitalista

Para Harnecker e Uribe (1979, p. 34), *a força de trabalho não era uma mercadoria nem no escravismo, nem no feudalismo*, (grifo nosso), pois, nestes modos de produção, os trabalhadores não vendiam a sua força de trabalho. No escravismo o escravo era uma propriedade direta do seu amo, no feudalismo o servo mantinha determinada independência de seu senhor, porém num regime de castas. No sistema capitalista **o trabalhador está livre para vender sua força de trabalho** no chamado “mercado de trabalho” para qualquer empregador e de acordo com o contrato e as condições acordadas pelas partes.

Seguindo ainda esta linha de pensamento, a liberdade para vender a força de trabalho no mercado de trabalho é condição das relações de trabalho do sistema capitalista de produção. Portanto nos sistemas anteriores, a força de trabalho não se configurava como sendo uma mercadoria. Assim, podemos exemplificar melhor a diferença das relações de trabalho entre os sistemas escravista, feudal e capitalista da seguinte maneira: i) nos três casos os trabalhadores são desprovidos da propriedade dos meios de produção e por isso estão impossibilitados de trabalhar por conta própria; ii) nos sistemas escravista e feudalista, o amo e o senhor eram responsáveis de alguma forma pela segurança e a vida dos trabalhadores, enquanto no sistema capitalista esta tarefa é transferida para o Estado; e iii) apenas no sistema capitalista o trabalhador pode escolher (de alguma forma) o patrão com quem quer trabalhar. Ao nos depararmos com estas explicações, vimos que o valor da mercadoria é calculado a partir do trabalho a ela dispensado.

Marx afirma que um capitalista, ao produzir um valor-de-uso, o faz não por amor a isso, e sim por esperar produzir um valor-de-troca e este valor de troca ter valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias e da força de trabalho necessárias a

esta produção. Além do valor-de-uso, quer produzir valor e além deste valor um valor excedente que Marx chamou de mais-valia:

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente). [...] a mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, tanto no processo de produção de fios, quanto no processo de artigos de ourivesaria (Idem, p. 220).

Assim fica claro para nós que a mais-valia é a extração de trabalho não remunerado feito pelo capitalista sobre o trabalhador, uma expropriação da mercadoria força de trabalho e consecutivamente uma exploração de classe em um sistema que encontra nessa relação, a condição moral dessa exploração. Chama-se **Tempo de Trabalho Necessário ou Pago** o tempo de trabalho durante o qual o operário reproduz o valor da sua força de trabalho, e chama-se **Tempo de Trabalho Suplementar ou Não Pago** ao tempo durante o qual o operário cria a mais-valia para o capitalista. A mais-valia é um conceito chave para explicar a exploração, própria de um regime de produção em que o processo de trabalho se realiza sob as relações de produção capitalistas (HARNECKER e URIBE (1979, p. 47 e 48).

#### 1.1.4 – O que é mesmo o capital?

Chamaremos de capital ao dinheiro que se emprega na compra de meios de produção e de força de trabalho, sempre que sejam destinados a se obter mais-valia e com o objetivo de acumular. O dinheiro não é, portanto, capital devido às suas qualidades naturais, mas só e apenas quando é usado na compra de meios de produção e de força de trabalho, com vistas à obtenção de mais-valia. Fica claro que o trabalho humano é dotado de dupla capacidade: gerar valor e transferir valor dos meios de produção para a mercadoria.

Falamos sobre a mais-valia como símbolo da exploração do capital sobre o trabalhador. Recorremos novamente a Harnecker e Uribe para identificarmos melhor a classificação entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa: mais-valia absoluta é a mais-valia obtida através do alargamento do dia de trabalho ou intensificando o uso da

força de trabalho. A mais-valia relativa é a mais-valia obtida através da redução do tempo de trabalho necessário (Ibid, p. 68).

O capitalista do início do sistema ampliava a jornada de trabalho para daí extrair mais Mais-Valia do trabalhador. As jornadas de trabalho especialmente durante os séculos XVIII e XIX chegavam até 18 horas, envolvendo crianças e mulheres e estes recebendo até menos da metade dos salários pagos aos homens adultos e deles cobrando os mesmos resultados. Já no século XX e especialmente na sua segunda metade, o capitalista concordou em reduzir a jornada de trabalho para apenas 8 horas ou até menos, abandonou o trabalho infantil e garantiu direitos às mulheres, sem, no entanto, deixar de continuar se apropriando da mais-valia dos trabalhadores. E como isto foi possível?

Antes, fazendo o operário trabalhar 16 horas diárias, 8 para produzir o valor correspondente à sua força de trabalho e 8 para produzir a mais-valia para o capitalista, obtinha-se uma taxa de mais-valia de 100%. Agora, reduzido o dia de trabalho para 8 horas, pode-se obter os mesmos 100% de taxa de mais-valia, desde que o trabalho necessário ou pago se reduza a 4 horas. E se se conseguir reduzir a menos horas, a taxa de mais-valia aumentará para mais de 100%. Desta maneira, através das motivações individuais dos capitalistas, em busca de lucros extraordinários, estabelece-se, no sistema capitalista, um mecanismo que permite aumentar a mais-valia sem aumentar a jornada de trabalho e sem aumentar o ritmo de trabalho. Este mecanismo consiste em diminuir o tempo de trabalho necessário ou pago (Ibid, p. 65).

Para concluir este pensamento, entendemos que o capital é a exploração da força de trabalho embutida na forma de valor produzido pelo trabalho não remunerado e que o sistema capitalista, diferente de outros sistemas, é embasado na propriedade privada dos meios de produção e na condição de liberdade da força de trabalho a vender-se no mercado de trabalho para um capitalista.

#### 1.1.5 – Considerações sobre a propriedade

Observamos que o capital, consoante Marx, é constituído pelo princípio da apropriação de mais-valia (trabalho não pago) do trabalhador e pelo princípio da propriedade privada dos meios de produção. Para tanto, entendemos que é importante uma análise sobre alguns conceitos de propriedade.

Conforme o dicionário da língua portuguesa Aurélio (1999, p. 1.651), propriedade é o “direito de usar, gozar e dispor de bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua” e “bens sobre os quais se exerce este direito”. Bobbio (1997, p. 187) cita que Locke tenta demonstrar em sua teoria sobre o governo que a propriedade é um direito natural no sentido específico de que ele nasce e se aperfeiçoa no estado da natureza, antes que o estado seja instituído e de forma independente e que um dos fins para os quais os homens se reúnem em uma organização política é a conservação da propriedade. Outras expressões sobre a propriedade pensadas por Locke, citadas por Bobbio (op. cit, p. 189): O homem [...] tem por natureza o poder não só de conservar a sua propriedade, isto é, a sua vida, liberdade e fortuna.

Encontramos na página [www.pt.wikipedia.org/wiki/propriedade\\_privada](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/propriedade_privada) a seguinte conceituação para a propriedade privada:

A propriedade privada é o direito que assegura ao seu titular uma série de poderes, sendo que seu conteúdo constitui objeto de estudo pelo direito civil. Ela compreende, na sua formulação clássica, os poderes de usar, gozar e dispor de uma coisa, a princípio de modo absoluto, exclusivo e perpétuo. Não podem, no entanto, esses poderes serem exercidos ilimitadamente, dado que desta forma colidiriam com direitos alheios, de igual natureza, e porque existem interesses públicos assim como interesses coletivos que podem limitá-la e cuja tutela incumbe ao Poder Público.

Em contraposição ao pensamento de Locke, Bobbio (op. cit, p. 190) cita o pensamento de Hobbes: “a propriedade nasce exclusivamente depois da instituição do Estado e mediante a sua proteção, significando que a propriedade era um instituto não de direito natural, e sim, de direito positivo”. A contraposição entre estes pensamentos nos remete agora ao economista Dasgupta (2008, p. 60), para quem o direito de propriedade sobre um bem consiste nos direitos, restrições e privilégios relativos ao seu uso e, portanto, quando tal direito está mal definido, geralmente acarreta problemas. O autor cita duas condições para o direito à propriedade: i) o direito de o proprietário usá-lo como quiser; e ii) o direito de trocá-lo por qualquer outro bem (por meio de venda ou de aluguel) ou dá-lo de presente.

Considerando ainda o direito de propriedade, Dasgupta classifica-o em propriedade privada e propriedade comum de bens, e sobre o segundo, a comunidade tem direitos históricos, que o autor chama de Recurso de Propriedade Comum (RPC). Estes recursos são bens naturais como pastagens, lagos, bosques, litorais, etc. Podendo

existir ainda RPCs produzidos pelo homem e usados coletivamente. O autor considera importante a separação entre **bens privados**, **bens públicos** e o que ele chama de **externalidades**: i) bem privado é aquele cujo uso gera rivalidade e exclusão. Segundo ele, a comida é um bem privado por excelência; ii) bens públicos são aqueles cujo consumo não gera rivalidade nem exclusão, para tal, a defesa nacional é um exemplo; e iii) externalidades são os efeitos que as decisões têm sobre as pessoas que delas não participaram. Externalidade positiva é quando os efeitos são benéficos e externalidade negativa em caso contrário, para tanto, os serviços de educação e saúde, são exemplos de externalidades.

Notadamente estes conceitos de propriedade estão ligados a uma perspectiva capitalista. Sabemos da existência de diversas formas de propriedades vividas por povos (considerados) livres de contatos com o mundo globalizado. Porém, como o mundo globalizado é hoje hegemônico, entendemos que os conceitos de propriedade trabalhados por Dasgupta, nos parecem mais adequados para nossa compreensão sobre este tema. Nossa preocupação sobre o problema da propriedade irá enriquecer este trabalho no tocante às formas comunitárias de apropriação das riquezas produzidas (ou transformadas) pelo conjunto das comunidades e de forma coletiva nas fases das Lutas pela Terra e Luta na Terra.

O problema da propriedade e do trabalho têm seus pontos comuns entre os sistemas econômicos escravista, feudalista e capitalista que negam à classe trabalhadora o direito à propriedade dos meios de produção. A diferença mais importante entre estes sistemas consiste no fato de que no capitalismo, ao mesmo tempo em que ele transforma o trabalhador em uma pessoa livre para procurar trabalho, transforma-o também em mercadoria (força de trabalho) a ser vendido no mercado de trabalho. Nas experiências de economias diferentes da economia de mercado, a comunidade passa a desafiar essas lógicas e apropria-se dos meios de produção nas suas cadeias produtivas.

Algumas das experiências comunitárias no campesinato do Acre construíram um estilo de propriedade de seus principais meios de produção “terra e floresta”, baseada na forma das populações indígenas: terra e floresta de propriedade coletiva, de uso condominial, hereditário e por tempo indeterminado, organizando a produção de modo a apropriarem-se também do fruto de seu trabalho, caso das Reservas Extrativistas. Já nos Assentamentos de Reforma Agrária com finalidade agrícola fomentados pelo INCRA, a propriedade da terra é individual ou, no máximo, familiar,

cujo título definitivo lhe dá direito de transferir a propriedade do lote para outros, situação que incentiva a reconcentração fundiária e uma das causas do êxodo rural.

## 1.2 – SOBRE O CAPITAL SOCIAL

Após a análise sobre o capital visto sob a ótica de Marx, cabe neste momento uma reflexão sobre o “Capital Social” conceito recente para se compreender as organizações e movimentos sociais em todo o mundo, especialmente após o fim da guerra fria. Neste sentido, sendo o sistema capitalista o ideal de liberdade nas relações econômicas, como se explicam as graves diferenças existentes entre classes sociais, nações e regiões geográficas no mundo? Trabalhar com o tema “Capital Social” e “Capital Comunitário” parece ser uma tarefa difícil como também se pode imaginar sendo apenas uma tentativa de “humanização” do sistema que para muitos é uma missão impossível. Assim, temos que trabalhar uma base conceitual plausível para essas justificativas. Para Correia (2003, p. 11), apesar de o capital social fazer parte do jargão sociológico desde os finais dos anos setenta, somente na última década do século XX é que sua relação com o desenvolvimento regional obteve reconhecimento acadêmico [...], ficando assim a difícil tarefa de uma conceituação mais objetiva para o tema.

Becker (2003, p. 89-90) afirma que **o capital social nos termos em que está sendo proposto, não passa de mera derivação formal da economia de mercado** e, enquanto tal, é completamente funcional ao processo de globalização contemporâneo, pois ele não ressuscita os valores morais nem redimensiona valores essenciais à vida humana. Cooperar, integrar, diferenciar, diversificar enquanto uma nova necessidade da competição globalizada pode ser tomada como um primeiro indicativo da metamorfose do velho em novo. A cooperação transforma-se num dos principais elementos da capacidade de competição das comunidades.

Analisando as opiniões de D’Araujo (2003, p. 9), estas afirmam que o desenvolvimento econômico vai além de recursos naturais e financeiros, sendo fundamental a capacidade humana. A isto a autora chama de Capital Humano. Comenta ainda que o BIRD, para avaliação de projetos, considera quatro formas de capital: i) capital natural, formado pelos recursos naturais de um país; ii) capital financeiro, expressado pela infraestrutura, etc.; iii) capital humano, conforme as condições de saúde, educação e nutrição de um povo; e iv) capital social, que é a capacidade de

confiança inter-institucional e interpessoal para a construção coletiva. **O capital social é então a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum.**

A autora analisa a conceituação de capital social na obra de Robert Putnam e considera que a centralização ou a descentralização administrativa de um país é determinante para as diferenças regionais e seu estágio de desenvolvimento, como também a **confiança** é seu componente básico podendo derivar de duas fontes: i) regras de reciprocidade; e ii) sistemas de participação cívica e como símbolos do capital social, este só cresce quando é usado, pois confiança gera mais confiança. Portanto, Capital social está definido por três fatores inter-relacionados: a) confiança, b) normas e cadeias de reciprocidade e c) sistema de participação cívica. **Capital social diferente de outros capitais constitui um bem público, não é apropriado privativamente, nem produz resultados individuais.**

A autora coloca ainda o debate sobre o conceito e o papel do capital social nas sociedades economicamente mais estabilizadas e nas de menores condições financeiras: para as primeiras, o capital social está mais ligado ao problema da democracia e no segundo caso, o mesmo se vincula aos problemas do desenvolvimento. Citando ainda Fukuyama: na ausência de um **amplo raio de confiança e de associativismo**, uma sociedade teria duas opções para construir organizações econômicas de larga escala: i) usar **o Estado como promotor do desenvolvimento**; e ii) **recorrer a investimentos estrangeiros** (idem, p. 37).

Monastério, apud Woolcock (2003, p. 61), considera para o conceito de capital social **um conjunto de normas e condições que facilitem uma ação coletiva** (grifo nosso). Para Becker (2003, p. 127), citando Castilhos, **o capital social significa relações sociais institucionalizadas na forma de normas ou de redes sociais** (grifo nosso), isto se deve ao fato de estas relações acumularem práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, comunidades e classes sociais. Dasgupta (2008, p. 39) lembra que os fatores intangíveis, porém, quantificáveis, são chamados (por muitos estudiosos) de infraestrutura social e capital social para designar o conjunto das instituições de um país e assim se mensurar a capacidade de seu desenvolvimento.

Moraes (2003, p. 129-130), citando Woolcock, apresenta três tipos de capital social: i) **capital social institucional**, que descreve as relações sociais existentes entre a

sociedade civil e o Estado. Neste caso se enquadra a integração dos diferentes órgãos de governo com a sociedade na realização de ações conjuntas; **ii) Capital social extra-comunitário**, que são as relações sociais geradoras de capital que determinada comunidade estabelece com grupos sociais e econômicos externos. Este tipo de capital social é importante porque permite que os indivíduos estabeleçam relações sociais que oportunizem as trocas (relações de mercado) e o acesso a informações (conhecimento) externas; e **iii) Capital social comunitário**, é aquele que corresponde às relações sociais comunitárias dos indivíduos. Refere-se à capacidade que as pessoas possuem para gerar relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança nas suas comunidades, além do potencial organizativo que estas mesmas comunidades possuem.

Singer (2002, p. 7) nos chama a atenção para o propósito capitalista da competição em tudo como regra geral da vida e das coisas, de tal modo que as pessoas são levadas a acreditarem que o mundo sempre foi assim, e continuará sendo assim em todos os lugares e para toda a existência humana. Para os ganhadores se reservam as vantagens, e para os perdedores se reservam os prejuízos e a difamação, sendo que o princípio é que o melhor sempre vença.

O autor afirma ainda que as desigualdades impostas a uma comunidade estão embasadas exatamente no princípio capitalista da competição entre as pessoas e que o ganhador tende a continuar ganhando (pois para isso acumulou condições) e o perdedor tende a continuar perdendo diante das suas dificuldades acumuladas.

Em contraposição às sociedades competitivas e desiguais, deveremos optar por sociedades solidárias e transformar a competição em cooperação, e isso está de acordo com o princípio da divisão do trabalho dentro da empresa e entre as empresas, sendo o trabalho de um complementado pelo trabalho de outro. Quanto à solidariedade na economia, esta só se realiza se for **organizada igualitariamente pelos participantes do processo**, sendo necessária a associação entre iguais em contraposição ao contrato entre desiguais (op.cit, p. 9, grifo nosso).

O modo de produção capitalista impõe o direito de propriedade individual dos meios de produção ao mesmo tempo em que coloca também o direito de liberdade individual, tal situação divide a sociedade em classes, criando as diferenças e a competição entre elas. Assim, ficam os trabalhadores livres para trabalharem onde quiserem, e livres também estão os empregadores para contratá-los e demiti-los nas mesmas circunstâncias (idem, p. 10).

A crise parece ser algo inerente ao sistema capitalista, e como tal, **a economia solidária em sua contraposição, não é apenas um remendo ao sistema, e sim uma alternativa a ele.** Como reação à crise, e consecutivamente em reação contra as demissões e desemprego, a classe trabalhadora se organiza em empresas coletivas (cooperativas em auto-gestão), buscando resguardar oportunidades de trabalho para quem precisa e garantir aos que já as possuem (SINGER in: Veiga e Fonseca, 1999, p. 11).

Para Arruda, apud Veiga e Fonseca (1999, p. 22), a cooperação e a solidariedade são princípios do cooperativismo e são valores relacionados com sociedades do futuro, uma redefinição de solidariedade requer um movimento do laço natural que nos conecta no sentido de uma solidariedade consciente, que nos interliga por meio de uma decisão diariamente renovada. A cooperação é fundada no reconhecimento mútuo, respeito, reciprocidade e receptividade. Os mesmos têm o **cooperativismo como um sistema e a cooperativa como a unidade econômica** e espaço de convívio e de transformação de seus integrantes, devendo estar articulados com o global, o nacional e especialmente com o local.

Gide, apud Schneider (2003, p. 18), diz que **o objetivo final da cooperação cooperativa é transformar paulatinamente o proletariado de meio de produção em proprietário dos meios de produção**, sendo a terra ao camponês e as fábricas aos operários, como tal, o proletariado não acaba em si, ele é transitório, a classe capitalista é que os trata como simples meio de produção. A pessoa humana sendo vista e tratada como apenas uma das peças do processo produtivo. O autor afirma ainda que o socialismo cooperativo é a ordem dentro da qual a propriedade eminente dos principais meios de produção econômica pertence, de direito pleno, à coletividade dos consumidores e no qual a gestão dos meios de produção está a cargo de delegados diretos e indiretos de consumidores e produtores associados, assim como do Estado. Em síntese, a ordem cooperativa é aquela em que os consumidores, objeto e fim de toda a produção, goza de influência preponderante.

Para Rodrigues (2008, p. 17), o grande fator de desenvolvimento de uma sociedade é sua capacidade de organização social, pois quanto maior e mais poderosa é essa organização, maior será o controle social e o nível de democracia. O cooperativismo tem como princípio o bem-estar de seus associados e da comunidade,

recusando a busca do lucro próprio e atuando como ponte entre o mercado, os associados e a comunidade local. O autor considera **a cooperativa como um meio (e não um fim em si mesma) de corrigir as diferenças sociais através do econômico.** Para tanto, assim como o sindicalismo e o associativismo representam o braço político da organização social de uma sociedade, o cooperativismo é seu braço econômico, de forma que quanto maior for o movimento cooperativista tanto melhor será a organização econômica da sociedade. O autor lembra ainda que até a queda do muro de Berlim, havia a tese do cooperativismo como terceira via para os sistemas capitalista e socialista. De lá para cá, o movimento vem assumindo o papel de interlocutor para as teses socioeconômicas da distribuição de renda, do emprego decente, da defesa do meio ambiente, etc.

Como vimos antes, os principais fundamentos do capital, segundo Marx, são: i) a propriedade privada dos meios de produção; ii) a liberdade do trabalhador em vender sua força de trabalho no mercado; iii) a apropriação da mais-valia pelo capitalista e iv) a transformação do dinheiro em mercadoria e da mercadoria em dinheiro para ganhar mais dinheiro seguindo a fórmula D-M-D-d. Assim sendo, Marx deixa claro que o que não segue este processo não é capital. Compreendemos que o autor não se baseia no tamanho da riqueza de uma sociedade ou empresa para determinar a partir desta riqueza se esta está praticando o capital. O capital reside na forma de sua produção e reprodução e seguindo o caminho já mencionado.

Entendemos que o debate sobre o capital social a que se referem vários autores segue uma lógica de contraposição ao sistema capitalista e na seguinte ordem:: i) a organização produtiva requer meios de produção; ii) a organização produtiva requer uma força de trabalho; iii) a organização produtiva requer um sistema de trocas/mercado; iv) a organização produtiva promove a divisão do trabalho; v) a organização produtiva gera excedentes; vi) a organização produtiva gera valor; e vii) a organização produtiva promove os valores humanos e o meio ambiente e viii) a organização produtiva divide os resultados do processo e a propriedade de seus bens.

O que nos chama a atenção para o conceito de capital social e economia solidária é a valorização da pessoa humana e do meio ambiente no seu todo como participante ativo dos ganhos no processo produtivo, da maior autonomia regional e suas relações com o nacional e o global, liderando o desenvolvimento equilibrado, duradouro respeitando o direito das gerações futuras.

Os pensadores do capital social veem o conjunto da sociedade, sua maturidade política e suas organizações sociais como um poder que se contrapõe a outros poderes que para ela possam parecer maléficos. Esse poder é que nos parece representar um capital cujo sentido pode estar colidindo com a classificação marxista da palavra. Se admitirmos o conceito de Marx, capital social passa a ser uma expressão para um movimento de contestação do sistema capitalista, ou seja: não há capital social, e sim um movimento social de grandes dimensões que vai do local ao global e que na falta de outra expressão mais apropriada foi assim admitido.

Será possível então admitirmos uma condição ao inverso quando a lógica produtiva seguindo determinados parâmetros (naqueles que são comuns), porém, se transformando naqueles pontos da preocupação de Marx? Assim sendo o capital social passa a ser a organização produtiva seguindo os seguintes passos: i) a propriedade dos meios de produção é em parte do Estado e em parte da comunidade de seu entorno, garantindo assim a comunidade local como proprietária direta e o restante da população como proprietária indireta; ii) a divisão do trabalho como garantidora de rapidez, qualidade e oportunidade de postos de trabalho para todos; iii) a comunidade organiza seu mercado através de redes em âmbito regional, nacional e global; iv) a comunidade promove o ser humano e respeita o meio ambiente; v) a comunidade gera excedentes e divide-os entre seus membros, vi) a comunidade promove a economia M-D-M com outras comunidades; e vii) a comunidade ao inserir todos no processo produtivo com iguais direitos e deveres, suprime a relação de classes, homogeneizando todos na condição de trabalhadores.

Se assim for, concordaremos com Singer de que **a economia solidária em sua contraposição, não é apenas um remendo ao sistema, e sim uma alternativa a ele**, (entendendo aqui que na economia solidária está o mesmo conceito de capital social) e concordando com Schneider que **o objetivo final da cooperação cooperativa é transformar paulatinamente o proletariado de meio de produção em proprietário dos meios de produção.**

Como vimos D'Araujo (2003): na ausência de um **amplo raio de confiança e de associativismo** (neste caso o capital social ou a economia solidária), uma sociedade teria duas opções para construir organizações econômicas de larga escala: i) usar **o Estado como promotor do desenvolvimento**; e ii) **recorrer a investimentos estrangeiros**. Resta saber se a comunidade poderá contar sempre com estes fatores.

Como via mais clara de contraposição ao sistema capitalista colocado em prática até então foi o sistema socialista, preconizado por diversos pensadores, sendo Marx seu principal ideólogo. Por outro lado, em menos de um século as experiências vividas em diversos países sucumbiram aos avanços tecnológicos do capitalismo e ao seu princípio ideológico da competição em tudo. Raras experiências ainda resistem no mundo, como é o caso de Cuba e o controverso modelo chinês.

Concordamos que a organização comunitária referida como capital social, economia solidária e agora o que estamos chamando de **capital comunitário**, é um contraponto ao sistema capitalista, quando estes se propõem quebrar a sua lógica especialmente quanto à propriedade dos meios de produção e das rendas. A seguir os dez princípios da economia solidária elaborados pela Campanha Nacional de Mobilização social:

## Quadro 01

### Dez princípios da Economia Solidária

01	<b>Autogestão</b>	Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.
02	<b>Democracia</b>	A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital.
03	<b>Cooperação</b>	Em vez de forçar a competição, convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país acabando com a guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
04	<b>Centralidade do ser humano</b>	As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas.
05	<b>Valorização da diversidade</b>	Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual.
06	<b>Emancipação</b>	A economia solidária emancipa, liberta.
07	<b>Valorização do saber local</b>	Da cultura e da tecnologia popular.
08	<b>Valorização da aprendizagem</b>	E da formação permanente.
09	<b>Justiça social na produção</b>	Comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vista à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana
10	<b>Cuidado com o meio ambiente</b>	E responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, estimula a criação deles entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma afirmam a vocação local, articulada com uma perspectiva mais ampla, nacional e internacional.

Fonte: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social. Economia Solidária: Outra economia acontece! Ministério do Trabalho, Brasília, novembro de 2006.

Para Singer, in Santos (org.) (2005, p. 84), uma cooperativa para estar classificada como “Economia Solidária”<sup>8</sup>, deve admitir todos seus trabalhadores no quadro de associados. Há cooperativas, muitas delas ligadas ao sistema da Organização das cooperativas do Brasil (OCB), que separam seus trabalhadores sócios proprietários dos trabalhadores assalariados da cooperativa. Tal sistema separa o capital do trabalho e cria as condições para luta de classes, fugindo assim dos ideais da solidariedade mútua conforme os princípios da economia solidária.

<sup>8</sup> Singer conceitua a Economia Solidária como uma “associação” entre iguais para produzir, comerciar, consumir ou poupar em contraposição a um “contrato” entre desiguais. Os associados devem cooperar entre si e não competir. Um trabalhador de empresa solidária não recebe salário, faz retirada. (SINGER, 1996 p. 9 e 12).

Observamos isto muito claramente na cooperativa Aurora, em Chapecó, no Estado de Santa Catarina. Os agricultores que produzem no campo são os associados e consecutivamente os proprietários da cooperativa, já os trabalhadores de apoio e do complexo agroindustrial são assalariados de carteira assinada empregados dos demais e neste caso filiados ao sindicato dos trabalhadores da alimentação, tendo assim uma relação patronal entre eles. Na concepção da economia solidária, todos que trabalham na cooperativa devem ser sócios e proprietários da empresa comunitária, este é o divisor entre a economia solidária e o cooperativismo empresarial/patronal.

### 1.3 - SOBRE O CAPITAL COMUNITÁRIO

São notórias as contradições internas nos sistemas econômicos, mas é indiscutível que o capitalismo aprofundou-as ainda mais devido á acelerada corrida tecnológica e a competição pelo domínio de riqueza e poder de forma global, transformando o mundo numa grande aldeia de consumo em velocidades muito acima daquelas dos sistemas feudal e escravista.

O capitalismo impôs diversas revoluções tecnológicas, enfrentou várias crises internas, enfrentou vários processos revolucionários e, como é de sua natureza, não consegue suprir as necessidades (mesmo as básicas) da sociedade como um todo. No momento da acumulação primitiva, a mais valia se deu de forma absoluta, explorando a força de trabalho em condições sub-humanas mesmo em ambiente nacional (Inglaterra), no momento da expansão global a exploração da mais valia se dá de forma relativa nos países ricos e com fortes conquistas sociais e ainda de forma absoluta nos países pobres com baixas conquistas sociais.

Desde as suas origens, os rejeitados do sistema se organizam de diversas maneiras ora para a simples sobrevivência, ora para o confronto estrutural e de superação do sistema. O fim da experiência da União Soviética e de seus aliados (a experiência socialista) pareceu como sendo o fim da única frente capaz desta superação. Entendemos estes embates como um permanente estado de guerra entre o capitalismo e seus opositores, como descreve Henderson (1996, p. 23):

Depois da guerra fria, o paradigma da competição/conflito, de seis mil anos de idade, transmutou-se na difusão do capitalismo de mercado, das grandes empresas globais e da guerra econômica competitiva. Teóricos de

administração e periódicos especializados tais como Fortune, começaram a descrever a economia global como uma selva ou como um novo teatro militar para uma generalizada guerra econômica. O sistema bélico econômico global colidiu com tendências que levam a formas de desenvolvimento mais sustentáveis (HENDERSON, 1996, p. 23).

Se é da natureza do sistema capitalista o desenvolvimento desigual, então podemos admitir que o desenvolvimento sustentável seja uma forma de contraponto ao sistema. Sendo a sociedade organizada para promover este desenvolvimento, sendo ela a proprietária dos meios de produção, sendo esta organização incluyente, que recusa o lucro, que se preocupa com as futuras gerações, que respeita o modo de vida dos outros, além de outras coisas, esta sociedade está no caminho de uma vida comunitária, superando seus problemas, repartindo as vantagens e avançando numa perspectiva socialista.

A produção de riquezas parece ser inerente de uma organização produtiva, mesmo em sociedades tradicionais existe um volume de recursos disponíveis utilizados de forma a manter o estoque na velocidade natural de sua renovação. Neste caso, as demais sociedades que processam estes recursos nas diversas fases da cadeia produtiva, agregam valor, e a partir daí o problema passa a ser a forma da distribuição solidária entre seus produtores e destes para a comunidade.

Polanyi (2000, p. 128-67) afirma que, em 1782, escrevia John M'Farlane que o maior número de pobres não se encontra nos países áridos ou entre as nações bárbaras, mas naquelas mais férteis e mais civilizadas. Citou também Giammaria Ortes, o economista italiano, que pronunciava como axioma que *a riqueza de uma nação corresponde à sua população, e sua miséria corresponde à sua riqueza*. Uma sociedade em que se observa a ausência da motivação de lucro tem como forma de produção e distribuição de riquezas a **reciprocidade e a redistribuição**. Neste caso, a formação das riquezas é de responsabilidade do conjunto da sociedade, já a distribuição da riqueza se dá conforme o sistema econômico vivido pela sociedade.

É sabido que o cooperativismo (sem considerar aqui sua vertente) nasceu da contradição do próprio sistema capitalista em não resolver problemas como trabalho, renda, habitação, gênero, meio ambiente, etc. Rodrigues (op. cit., p. 17) diz que o cooperativismo já representa oitocentos milhões de pessoas no mundo de forma direta e cerca de 40% de forma indireta. O impressionante é que mesmo sendo o cooperativismo um opositor ao sistema (com bases na economia solidária), estes convivem

civilizadamente se comparados às relações entre o sistema capitalista e o sistema socialista, especialmente no período da guerra fria. Aqui admitimos que o capital social, a economia solidária e o capital comunitário têm estas características, ora de convivência, ora de confronto aberto com o capitalismo.

O cooperativismo nos parece então uma importante ferramenta de poder e organização comunitária de uma comunidade para a resistência/transformação do sistema econômico baseada no princípio da solidariedade prevista nos conceitos de Singer.

Chamaremos de capital comunitário as forças produtivas comunitárias que se organizam de forma a se contraporem aos princípios básicos do capitalismo, nos embates pela posse (propriedade) dos meios de produção na fase da Luta na Terra.

Estas forças produtivas, ao gerarem riquezas, também geram um mercado, porém, sendo este mercado solidário, que distribui o lucro, socializa a propriedade dos meios de produção, se preocupa com a pessoa humana, sua cultura e o meio ambiente, que supera a relação de classes e distribui oportunidades para a satisfação básica das pessoas, torna-se transformador e revolucionário.

O capital comunitário é então o volume das forças produtivas, suas riquezas produzidas e a forma coletiva de participação nestas riquezas e no espaço de poder. Um adendo importante é que o cooperativismo tem abrangência desde o nível local até o nível mundial. Os sistemas econômicos são formas de poder, sendo alguns elitistas e outros solidários, portanto o capital comunitário se enquadra como um poder solidário na economia e na política na Terra.

O desenvolvimento econômico e social de um país e das comunidades deve ter como sustentação o grau de acessibilidade que os cidadãos têm aos direitos sociais, e a responsabilidade social que as empresas devem ter, não somente no mundo dos negócios, mas, principalmente, nas suas ações comunitárias (REIS in BECKER, 2003, p. 19).

Compreendendo o desenvolvimento num conceito de envolvimento de todos, percebe-se que o capital pratica apenas o crescimento da economia e ao mesmo tempo aprofunda as diferenças entre pessoas e lugares, cabendo a estes tomarem um caminho diferente reunindo a capacidade de mobilização da comunidade, a capacidade de elaboração de conceitos e a capacidade de organização de ações voltadas à produção, ao

desenvolvimento social e à preservação do meio ambiente, buscando a melhoria da qualidade de vida para todos.

Entendemos que o capital atua no Brasil desde seu início sob a proteção, apoio e financiamento do Estado Nacional. A infraestrutura para o setor produtivo nacional sempre contou com fortes investimentos públicos, tornando-se uma ação oficial de governo quando a Constituição Federal de 1988 determinou a obrigatoriedade da elaboração, votação no legislativo e promulgação dos Planos Plurianuais – PPA. A votação no Legislativo é para dar o caráter de lei no âmbito municipal, estadual e nacional. O PPA é então uma lei que orienta o planejamento de ação de governo para o curso de seu mandato (quatro anos), submetendo a ele a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e o Orçamento Geral – OG e todas as ações, programas e metas de governo.

O PPA passou a orientar os investimentos principalmente em infraestrutura como o setor de energia elétrica e o setor de transporte como sendo além de outras atividades, a participação pública nos investimentos econômicos.

No primeiro mandato do presidente Lula, o governo apresentou o Projeto de Lei para a criação da PPP – Participação Pública e Privada, Lei nº 11.079, de 30 de Dezembro de 2004. Essa lei visa oficializar o repasse de dinheiro público para o setor privado para os investimentos considerados muito caros, de alta importância e de retorno financeiro de longo prazo, nos quais a iniciativa privada não tenha interesse ou condições financeiras para investir.

Com a PPP, o capital nacional ganhou fôlego e ampliou o crescimento econômico nacional, porém a lei não ampara de forma precisa a participação local e comunitária nesses investimentos. A PPP é então um instrumento do poder público e do grande capital, carecendo de uma profunda mudança em sua concepção para assimilar também a dinâmica do Capital Comunitário.

O Estado brasileiro é conduzido por muitas décadas com a visão intervencionista, mesmo tendo tentado aplicar as regras neoclássicas de economia e o receituário neoliberal do consenso de Washington (período de Fernando Collor). No governo Lula, o país volta-se para a posição de regulador e fomentador da economia, contribuindo muito para a retomada do crescimento numa visão keynesiana de Estado.

Keynes sugeriu que o Estado deve dirigir o capitalismo para torná-lo eficiente como técnica de produção social e, como ente racional, é efetivamente capaz de fazê-lo. É capaz de organizar e reformar o capitalismo sem destruir as bases do modo de

produção, portanto, para Keynes, é possível um capitalismo organizado pelo Estado (REGO, 2002).

Rego (2002) descreve ainda sobre o pensamento de Keynes: a sociedade é uma trama de relações individuais, onde a busca do ganho individual é o mecanismo basilar do funcionamento da economia e a iniciativa individual só é capaz de promover a expansão econômica e o progresso social quando organizada pelo Estado. Assim, o Estado é um complemento da concorrência. O controle da moeda, do crédito e dos investimentos para assegurar a produção, a renda e o emprego, são tarefas do Estado. Portanto, o Estado Keynesiano é intervencionista e se diz independente da sociedade e do capital.

A visão Keynesiana de Estado e desenvolvimento ficou patente para os países em desenvolvimento, especialmente na América Latina através dos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Paula (2007), no modelo de modernização proposto pela CEPAL, o Estado cumpria um papel central como indutor do processo de desenvolvimento.

Paula, citando Fiori, diz que a concentração e centralização marcaram o que ficou conhecido como “Estado desenvolvimentista”, cujas características principais residiram na ampliação do papel econômico desempenhado pelo Estado na regulação e condução da acumulação. A doutrina de Keynes é idêntica à do Estado de Bem-Estar Social (no que diz respeito ao papel do Estado na economia), proposta pelo economista Karl Gunnar Myrdal e adotado pela social-democracia na Europa e nos EUA.

Mesmo numa visão Keynesiana de Estado, o sistema de produção que vigora é o capitalista, cuja regra de existência é a acumulação de riqueza, poder e conhecimento. Assim, nas sociedades capitalistas “subdesenvolvidas e em desenvolvimento”, a sociedade é dividida em poucos ricos e muitos pobres. Aos pobres compete a organização social como marca de sua sobrevivência no sistema e até o seu rompimento.

Esta cadeia de organizações pode ser entendida como Capital Social e que Bourdieu, (1998) diz que o Capital Social seria um conjunto de recursos efetivos, reais ou potenciais, relacionado ao pertencimento a uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo. O Capital Social é composto então por valores sociais, materiais, políticos, simbólicos acumulados por

uma determinada comunidade ou grupo de pessoas, como, por exemplo, a confiança mútua.

No setor rural, os trabalhadores, produtores familiares, ribeirinhos, posseiros, assalariados e sem-terra possuem Capital Social. No entanto, essa população é normalmente marginalizada não só do trabalho, mas também do consumo, da participação na propriedade das riquezas, no poder e no conhecimento, onde a reprodução social é a condição de continuar pobre.

O conceito de Capital Comunitário compreende parte do conceito de Capital Social, porém ampliando no que diz respeito à acumulação, estruturação e organização das comunidades e grupos sociais e suas organizações que estão envolvidos no processo produtivo e na fase de processamento, industrialização e comercialização que chamamos de média e alta complexidade<sup>9</sup> do processo produtivo.

O Capital Comunitário é o conjunto de organizações produtivas, baseadas na cooperação e para a inclusão da comunidade, tendo como pilar de seu conceito a propriedade dos meios de produção, do conhecimento, das riquezas produzidas e do poder sociopolítico na escala de ação de suas redes, seja para a sobrevivência ante o capital, seja para o seu rompimento.

O Capital Comunitário organiza o processo produtivo em escalas diferenciadas de tecnologias e de mercados (baixa, média e alta complexidade produtiva) que pode ser do âmbito local ao global e vai além do processo de “subsistência” muito comum nas políticas públicas para a Reforma Agrária e o combate à integração, que é uma forma de espoliação do campesinato através do fornecimento de matéria-prima para as indústrias.

A integração envolve a comunidade como apenas “fornecedora” de matéria prima. Esta prática respeita a propriedade rural da família, mas a rejeita na propriedade industrial, na tecnologia e principalmente nos lucros finais. O Capital Comunitário é a forma de a família, grupo ou comunidade tomarem parte como societárias e ou proprietárias dos meios de produção ao longo de uma cadeia produtiva e tendo como principais ferramentas de organização comunitária a associação de produção e a cooperativa.

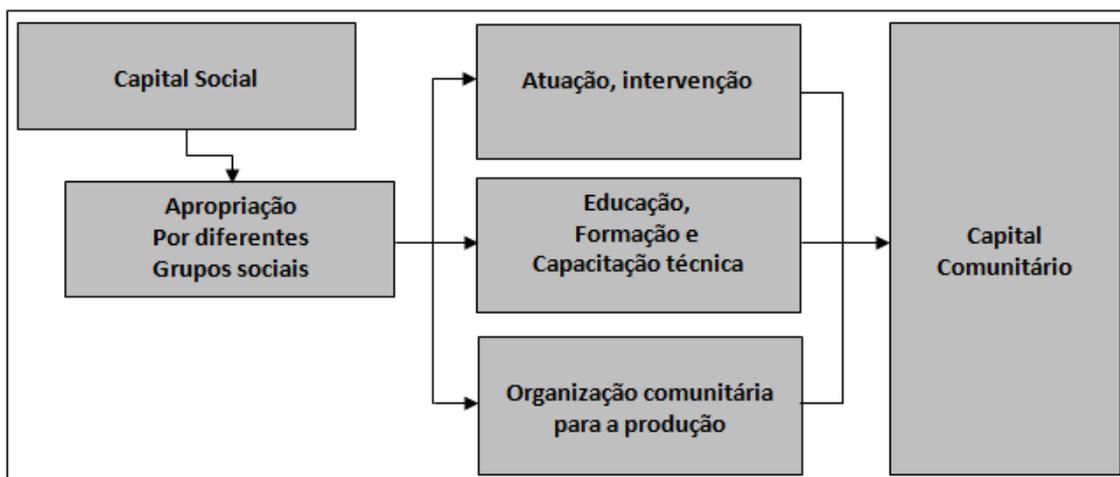
---

<sup>9</sup> Para uma melhor compreensão, admitimos as fases de Baixa, Média e Alta complexidade apenas no que diz respeito à apropriação de novas tecnologias pelas organizações de trabalhadores quando estes assumem a posse de seus meios de produção primária, secundária e terciária e a partir disso, continuam em sua luta pela Terra (no caso rural).

Um processo produtivo requer também um arranjo completo de atividades organizativas. Nesse sentido, o Capital Comunitário deve seguir um trajeto conforme o proposto no quadro seguinte:

Quadro 02

Fluxograma do Capital Comunitário



Fonte: Colaboração do Prof. Dr. Silvio Simione – Revista do mandato do Senador Sibá Machado

A organização produtiva rural convive com diversos estágios de desenvolvimento, os quais requerem um determinado grau de complexidade do processo produtivo que vai da luta pela terra, momento dos conflitos pela posse e propriedade da terra, na qual a produção se dá de forma tradicional; depois a fase do beneficiamento da produção e por fim a fase da industrialização e dos mercados. Estas fases estão classificadas como: i) Baixa Complexidade; ii) Média Complexidade; e iii) Alta Complexidade.<sup>10</sup>

Diversas são as formas “oficiais” de classificação do campesinato para o planejamento e execução das políticas públicas, fator que é determinado pela visão conceitual de desenvolvimento local pelos entes de Estado, governo e do próprio MSTR

<sup>10</sup> Do ponto de vista da apropriação de tecnologias: Baixa Complexidade a produção está mais para a subsistência; a Média Complexidade se dá quando da produção em cadeias e com beneficiamento e a Alta Complexidade se dá quando da industrialização de grande porte especialmente com investimento público.

Neste caso, entendemos a necessidade de abordar no próximo capítulo alguns destes conceitos e marcos teóricos que refletem as nossas observações e preocupações.

## Capítulo Segundo

---

### 2 - POR UMA GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO

O ordenamento do território acriano é o lócus das lutas de classe pela posse da terra e suas formas de uso que embora tenha utilizado um processo de baixa tecnologia conviveu com o capitalismo moderno desde seu primeiro momento. A economia do Acre teve três momentos importantes sendo o primeiro a produção extrativista de látex; a segunda se deu com a instalação da pecuária de corte e atualmente se inicia a instalação de uma base industrial. Tal situação nos remete a uma análise sobre o “desenvolvimento” e sua relação com os conceitos de Região.

#### 2.1 – DESENVOLVIMENTO E REGIÃO<sup>11</sup>

Becker (2003, p. 37) indaga sobre por que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea, construindo seus modelos de desenvolvimento e outras não. Ele mesmo nos responde que aquelas que conseguem integrar os interesses locais sociais e ambientais regionalmente em torno de um modelo próprio e específico, e inseri-lo na dinâmica global de desenvolvimento, o que ele chama de regiões ganhadoras. Estas são as que conseguem transformar as ações cooperativas intrarregional e inter-regional no principal elemento integrador de seu processo de desenvolvimento.

O autor cita Touraine e Bobbio, para quem o desenvolvimento não é a causa, mas a consequência da democracia, e esta por sua vez é resultado da organização social. Uma sociedade organizada é uma sociedade mais democrática e, uma sociedade mais democrática é uma sociedade muito mais desenvolvida. Portanto, as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais e que uma maior participação nos processos decisórios conduzirá a um melhor desenvolvimento.

Moraes (2003, p. 131), citando Paiva (2002), nos diz que o estudo do desenvolvimento regional pode ser agrupado em três categorias: i) **a aglomeração**,

---

<sup>11</sup> Diversos pensamentos já foram colocados para uma conceituação de Região. Assim entendemos Região como sendo “o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição (OLIVEIRA 1981 apud BEZZI 2004).

momento inicial de uma organização produtiva; ii) **os arranjos produtivos**, quando a aglomeração atinge seu desenvolvimento; e iii) **o sistema local de produção**, quando o arranjo toma consciência de si e começa a coordenar racionalmente seu desenvolvimento. Sobre o capital social e sua influência no desenvolvimento regional, Riedl e Vogt (2003, p. 154) entendem que:

As tradições cívicas, o capital social e práticas colaborativas, por si só, não desencadeiam o progresso econômico. Elas, no entanto, se constituiriam em elementos importantes para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade presente e futura. Nos estudos que fez sobre as diferentes regiões do RS, Bandeira constatou não existir uma relação linear entre capital social e desenvolvimento regional. Para ele o capital social favorece o desenvolvimento, porém não é suficiente para que ele ocorra. Outros fatores, entre os quais a estrutura econômica preexistente, as economias de aglomeração, a capacidade de inovação, os recursos naturais e a localização em relação aos mercados também precisam ser levados em consideração (RIEDL e VOGT, 2003, p. 154).

Por outro lado, Kon (1998, p. 26) diz que a hierarquia das localidades é determinada pelo número de funções, bens e serviços oferecidos por elas, existindo uma relação de dependência entre localidades de ordem superior e inferior. Citando Nurske, o mesmo sugere a necessidade de um montante mínimo de investimentos para estimular o crescimento acelerado em uma região e que a pulverização dos investimentos não traz o efeito multiplicador, não gerando demanda que absorva o volume da produção.

Tendo em vista o desenvolvimento regional desequilibrado, a autora aponta para o fato de a hierarquia inter e intrarregional ser estabelecida em cada região como um subsistema inserido em um sistema nacional, possibilitando as desigualdades regionais. Ela conclui dizendo que as desigualdades são pelo fato de existir uma parcela de agentes econômicos (força de trabalho) que não é absorvida, seja pela desqualificação, pela falta de empregos ou pela falta de investimentos suficientes, pois o jogo das forças de mercado tende, em geral, a aumentar, e não a diminuir as desigualdades regionais por força da competição entre pessoas e empresas.

O debate sobre crescimento econômico e desenvolvimento, sendo o crescimento a principal preocupação de gestores e planejadores da economia, dominou o cenário econômico em todo o mundo. Para desenvolver bastava apenas aumentar a renda e sem contar com outras variáveis que são também determinantes para o desenvolvimento da região. Bassan e Siendemberg (2003, p. 138) nos lembram que os países mais desenvolvidos procuram aliar seu crescimento econômico ao

desenvolvimento social, mantendo a população num grau de satisfação elevado e, assim, a população pode consumir mais e contribuir com o crescimento do país.

Já nos países em desenvolvimento, o crescimento econômico, ou apenas o aumento da renda, ainda é predominante, sabendo-se também que a má distribuição de renda é um impeditivo ao desenvolvimento.

Bezzi (2004) nos ensina que o desigual desenvolvimento geográfico é fruto da articulação entre o modo de produção capitalista (modo dominante) e os diferentes modos de produção, que faz surgir os espaços e regiões dominantes e dominadas. Citando ainda Lipietz, o Estado tem um papel em duplo sentido de gerenciador da crise regional: primeiro o de remover as barreiras ao desenvolvimento do capitalismo, e segundo, inaugurar uma nova apropriação legal do espaço e, portanto:

[...] fica assim subentendido que a raiz geradora dos conflitos se deve à recusa de modos de produção não tipicamente capitalista em “aceitarem” a modernização imposta pelo capitalismo monopolista. Conclui, pois, que o território é o produto do relacionamento complexo entre o capitalismo monopolista, a intervenção do Estado e as heranças de períodos anteriores (BEZZI apud LIPIETZ, 2004, p. 186).

E para maior clareza sobre essas diferenças, recorreremos a Neil Smith para abordar mais especificamente sobre o desenvolvimento e suas desigualdades:

## 2.2 – SOBRE AS DESIGUALDADES DO DESENVOLVIMENTO

O sistema capitalista tem como essência, ou seja, é de sua natureza o crescimento desigual e, portanto, “o desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista” (SMITH, 1988, p. 221). Citando Lênin, diz: no período em que surgia o sistemático desenvolvimento desigual do capitalismo, a competição econômica levava, através das crises, à competição militar e à guerra. Ele acrescenta: desenvolvimento desigual teu nome é guerra!

Para Smith, a divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento, e afirma que na definição de Marx sobre a cidade e o campo está a criação de toda a divisão do trabalho bem desenvolvida na troca de mercadorias precedida apenas pela divisão sexual (homens e mulheres) do trabalho em tempos mais remotos.

Smith chama a atenção ainda para a divisão do trabalho com base nas condições naturais e que sob condições naturais diferentes, o mesmo gasto de trabalho resultará em diferentes quantidades de uma dada mercadoria, e isto implica a possibilidade (mas somente a possibilidade) de produção excedente em um lugar, embora não em outro. Além disso, a diferenciação qualitativa da natureza coloca certos limites para que os processos de produção possam ocorrer numa dada área. Assim o algodão não pode naturalmente ser cultivado no Ártico e o carvão não pode ser extraído de camadas geológicas que não o contêm. A divisão mais profunda entre a agricultura e a indústria é igualmente um fenômeno espacial não existe nada na natureza que estimule uma divisão entre agricultura e indústria a localização de diferentes setores agrícolas ocorre em relação a diferentes condições naturais e o mesmo é verdadeiro com relação a diferentes setores industriais, que são influenciados mais pela diferenciação localizacional na disponibilidade de matérias primas e componentes acessórios.

A partir da segunda metade do século XX, a humanidade vem despertando maior consciência para os problemas criados pelo modelo de desenvolvimento adotado em todo o mundo e por todos os países com maior ou menor nível de desenvolvimento.

A Organização das Nações Unidas e as diversas instituições de representação mundial foram provocadas a solicitar estudos dos impactos sobre a natureza e as sociedades, o crescimento desordenado e criador de super ricos de um lado e de super pobres de outro e dos riscos de colapso para as populações atuais e futuras. O problema maior da economia e consecutivamente do desenvolvimento é atender satisfatoriamente o conjunto da sociedade tendo um uso racional dos recursos naturais, pois a fonte de todas as riquezas materiais é a natureza e, dependendo da forma de uso, todos os recursos são esgotáveis.

Bassan e Siendemberg, apud Souza (2003, p. 142-143), debatendo a questão do desenvolvimento/crescimento, analisam três linhas de pensamento que influenciam diretamente na questão regional: i) o crescimento como sinônimo de desenvolvimento; ii) o crescimento como indispensável ao desenvolvimento, mas não o suficiente; e iii) o desenvolvimento envolvendo mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Por fim, conceituam o desenvolvimento como “crescimento contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estrutura e melhoria dos indicadores econômicos e sociais per capita” e

citando Singer (1977), **o desenvolvimento é um processo de passagem de um sistema a outro, transformando qualitativamente a estrutura econômica de um país.**

Os autores, citando Esteva (2000), afirmam que o desenvolvimento não está no desenvolvimento de coisas, e sim de pessoas, portanto o desenvolvimento deve suprir as necessidades básicas da sociedade. Para Yunus (2000), a essência do desenvolvimento é a melhoria da qualidade de vida dos 50% da população pobre ou dos 25% dos mais pobres ainda. A pobreza não foi criada pelos pobres, mas pela estrutura da sociedade e pelas políticas adotadas. E concluem: desenvolver uma região é descobrir e valorizar as características de sua origem, da sua cultura, da sua história, de seus aspectos físicos e naturais, descobrir o seu povo e seu espaço para a partir daí aplicar as políticas mais adequadas, tanto as econômicas quanto as sociais, resultando em bem-estar para todos (idem, p. 152).

Cavalcanti (2001, p. 63) mostra um quadro preocupante quanto à produção de riquezas e a população do planeta: em 1900 a população estava em 1,5 bilhão de pessoas e um PIB de 0,7 trilhão de dólares; em 1995, a população registrou a marca de 5,7 bilhões de pessoas e um PIB de 22 trilhões de dólares. Em um século, a população cresceu quatro vezes e o PIB mais de trinta vezes, saindo de um per capita de cerca de cinco mil dólares para cerca de trinta e oito mil dólares. Mas isto não significou nem de longe a superação da pobreza, pelo contrário, ela piorou, além de ter causado efeitos danosos ao meio ambiente.

Em 1985, o Banco Mundial estimou em 1,1 bilhão de pessoas vivendo na pobreza, com menos de 1 dólar por dia. Como tal, o crescimento econômico pressupõe aumento físico, alargamento das dimensões da economia, enquanto desenvolvimento não significa necessariamente crescimento. Assim, referir ao desenvolvimento sustentável já significa abandonar os supostos discutíveis do crescimento sem limites. E como diz Sachs (2002, p. 66): “o crescimento econômico não é mais tido como a procura cega de crescimento por si mesmo, mas como uma expansão das forças produtivas da sociedade com o objetivo de alcançar os direitos plenos de cidadania para toda a população”.

O sistema econômico é um sistema aberto, que depende visceralmente da ecossfera, a qual, por sua vez, é um sistema fechado. A realidade da economia não pode estar dissociada do que acontece no meio ambiente, regulam-se inteiramente pelos

mesmos princípios que governam o ecossistema, como o ciclo hidrológico que é regulado pela vegetação, a filtração de poluentes e a ação microbiana no solo.

Cavalcanti (2001) diz que a Arábia Saudita tem o petróleo como basicamente sua única fonte de renda, e a cada dia que passa o país fica mais pobre e que seu PIB ultrapassa a casa dos noventa bilhões de dólares por ano. Porém, isso não é riqueza gerada, e sim capital natural consumido perdulariamente.

O autor classifica o desenvolvimento saudita de ambientalmente insustentável e acrescenta: na época em que os sistemas econômicos usavam apenas recursos renováveis abaixo de sua capacidade regenerativa, o crescimento de entropia não constituía um problema específico.

Nesse contexto, os processos econômicos eram parte dos ecociclos, e o produto obtido das atividades econômicas, reciclado no próprio ecossistema terrestre que, a longo prazo, tinha-se a sustentabilidade. E ele acrescenta: “o desenvolvimento não pode mais ser tratado como crescimento e a possibilidade de crescimento tem que ser definida de acordo com a capacidade de suporte dos ecossistemas” (CAVALCANTI, 2001, p. 78, 80 e 81).

Siedenberg (2003, p. 158) classificou o desenvolvimento como sendo também, movimento, processo, mudança e libertação. Sintetizando os diversos conceitos trabalhados durante várias décadas após os anos cinquenta, o autor nos propõe o quadro seguinte:

### Quadro 03

#### Síntese dos principais paradigmas do desenvolvimento pós 1950

Estratégia Básica	Período	Principais Elementos	Ênfase
Modernização	Década de 50	Industrialização, substituição das importações e fomento das exportações, revolução verde.	Setorial, econômica, orientada para o crescimento.
Dissociação	Década de 60	Desenvolvimento do mercado interno, <i>self reliance</i> .	Política
Equacionamento das necessidades básicas	Década de 70	Orientação para a miséria e grupos marginalizados específicos, Participação	Regional e social
Ajuste estrutural	Década de 80	Desregulamentação, flexibilização, equacionamento da dívida, balanço e inflação internos.	Econômica
Desenvolvimento sustentável	Década de 90	Desenvolvimento socioeconômico participativo e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais	Regional, ambiental e socioeconômica.
Governança global	Fins dos anos 90	Novas formas de regulação global, conferências mundiais	Global, política

Fonte: Siedenberg (p. 162) adaptado de Coy (1998).

O autor nos chama a atenção para a “nova ordem mundial” do pós-guerra, quando o mundo foi envolvido pela guerra fria e as concepções de desenvolvimento majoritariamente foram, de um lado, a **“modernização por industrialização”**, seguida por muitos países de Terceiro Mundo e, de outro, o modelo de **“desenvolvimento endógeno”** ou da dissociação. O modelo de desenvolvimento por industrialização segue três enfoques: i) a política de substituição das importações, para atender à crise de abastecimento decorrente da guerra e a modernização do mercado interno; ii) o fomento à exportação, visando ao aproveitamento das vantagens comparativas; e iii) o fomento aos pólos de desenvolvimento setoriais, onde formam ondas de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento endógeno segue a estratégia de isolar uma sociedade dos efeitos dinâmicos do desenvolvimento global e desigual, fomentando o mercado interno e subsidiando o aumento da produção agrícola. (idem, p. 163).

As concepções políticas e estratégias de desenvolvimento fracassaram e a crise do endividamento da década de 80 exigiu uma reorientação. Vários países adotaram a desestatização e a abertura econômica e corte de subsídios como forma de sanar suas

finanças. Este foi o paradigma do ajuste estrutural para as finanças públicas e o controle da inflação. Após estes ajustes, surgiu novo paradigma que o autor assim descreveu:

Alarmada por indicadores de poluição crescente e devastação ambiental desenfreada, a sociedade global instituiu o chavão político do desenvolvimento sustentável como idéia estratégica e hegemônica. Um dos precursores desse paradigma foi a I conferência Mundial do Meio ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, onde se apregoava o eco desenvolvimento como estratégia válida. A idéia ganhou fôlego com a publicação do chamado Relatório Brundtland, em abril de 1987, e se consolidou definitiva e solenemente, como compromisso coletivo na II Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como ECO-92), no Rio de Janeiro em 1992. A implementação de diretrizes mundiais de desenvolvimento sustentável, acabou suscitando um novo paradigma de desenvolvimento: o paradigma da governança global. A tentativa de regulação internacional deste paradigma se deu através das sucessivas conferências mundiais realizadas após a ECO-92 (idem, p. 164 e 165).

E conclui dizendo:

É absolutamente necessário que cada região, cada espaço, cada sociedade, defina para si própria o que entende por desenvolvimento, defina de que forma, com quais meios e a que preço pretende alcançar esse status, sabendo que, ao alcançar o objetivo, necessitará redefinir conceitos e metas, consciente de que não há fórmulas, métodos, modelos ou estratégias pré-definidas que assegurem os resultados. Desenvolvimento é, ao mesmo tempo, um estado e um processo, ambos complexos (idem, p. 171).

O governo brasileiro adota a política de subsídios fiscais e creditícios para empresas para se instalarem nas regiões mais desassistidas como símbolo do desenvolvimento das localidades e do país, embora o produto final dessas empresas quase sempre seja transferido para o centro consumidor e seus lucros para suas sedes, centros do poder econômico-político-administrativo dessas empresas.

Para Dallabrida e Becker (2003, p. 185), citando Santos e Silveira (2001), como o capital globalmente comandado é provisório, não tendo fidelidade ao lugar, este é continuamente extorquido. O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento.

O que é tratado como desenvolvimento local é na verdade ou a política de integração (no campo), neste caso a comunidade participa como empregados ou meros fornecedores de matéria prima, ou a política de compensação social, como mitigadoras dos impactos ambientais e sociais gerados pelos empreendimentos. Tal situação é regra

geral nos grandes projetos industriais e de infraestrutura em todo o país e em especial na Amazônia.

No primeiro mandato do presidente Lula, foi criado o programa de Participação Pública e Privada (PPP) como norte da política de apoio a investimentos em todo o país e que se tornou a base para o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A PPP destina dinheiro público através de crédito dos bancos públicos para empresas privadas implantarem obras de infra-estrutura e projetos industriais e agroindustriais.

Nossa preocupação com tal modelo de desenvolvimento é que o mesmo produz dois tipos de ondas: a primeira é a do impacto negativo sobre a microrregião no curto prazo e em seguida contribuindo para os impactos negativos nas demais escalas a médio e longo prazo. A segunda onda é a positiva, ou seja, é o fruto do investimento satisfazendo necessidades dos consumidores e dando lucro a seus investidores e garantindo o crescimento do país. A primeira onda é sentida imediatamente pela comunidade local; quanto à segunda, esta chega de maneira muito branda para o conjunto da sociedade nacional através de políticas mitigadoras da pobreza. Neste caso, o “desenvolvimento” se concentra no “crescimento econômico” das empresas.

Comumente a comunidade reage a tais empreendimentos como uma ameaça a seu modo de vida, e não como uma esperança de crescimento. Para estes, tais investimentos além de não lhes acrescentar nada ainda ameaçam lhes tirar o que já têm. Daí os tantos movimentos e manifestações contrários a esses empreendimentos gerando um paradoxo sobre o

conceito de desenvolvimento sustentável entre os atores do processo. Deduzimos então que desenvolvimento sustentável está para as comunidades como sendo **a construção de um projeto de autonomia de classe no âmbito integral da luta, ou seja, nos embates, mas também no âmbito produtivo, social, ecológico, cultural e político** (SILVA, 2004, p. 220). Pois comumente:

A influência das empresas no controle do território é tanta, que cada ramo de produção produz uma determinada lógica territorial. Assim, por exemplo, uma empresa fumageira instalada numa determinada região (re) estrutura do território, direcionando as atividades agrícolas para o fornecimento de matéria prima de que necessita, o fumo. Isso acontece com as empresas do leite, dos frangos, dos suínos, etc. (DALLABRIDA E BECKER, 2003, p. 186).

O Acre vive seu momento de industrialização da produção rural. Este momento nos impõe refletir sobre o modelo de desenvolvimento que está sendo seguido e seu nível de envolvimento da comunidade. Desde 1999, o governo da floresta vem implantando sua política de desenvolvimento com investimentos em programas como infraestrutura e indústrias agrícolas e extrativistas numa parceria com empresários locais e de fora. Muitos destes empreendimentos seguem o modelo da PPP do governo federal. Nelas, o governo do Estado investe dinheiro público na implantação do empreendimento e repassa para empresários locais e de fora através de consórcios.

Nossa preocupação reside na possibilidade de se implantar a organização produtiva em harmonia com a dinâmica social local e ir muito além do tradicional, onde a comunidade, através de suas organizações, participe do processo em importância igual aos das empresas e não apenas se tornarem meras fornecedoras de matéria-prima.

O governo de Binho Marques, que corresponde ao terceiro mandato da FPA<sup>12</sup> no estado do Acre, estabeleceu em seu programa de desenvolvimento, além da regra das PPPs, a PPC que é a Participação Pública, Privada e Comunitária para investimentos industriais, absorvendo cooperativas de seringueiros e agricultores e assim inseri-los nos demais elos das cadeias produtivas.

O desenvolvimento econômico requer uma ação democrática, participativa e respeitadora da cultura regional. Os signos da luta popular do Acre (povos da floresta<sup>13</sup>), já produziram efeitos consideráveis sobre o modo de pensar da organização política do estado. Essas lutas produziram um estilo próprio de ocupação e uso do solo rural e um jeito próprio de ser das populações agrárias. “Os signos gerados têm uma espacialidade explícita de uma realidade vivida cravada num território de floresta, com seu trabalho, sua luta e resistência” (SILVA, 2004, p. 373).

Segundo Touraine, apud Ramos e Mariño (2003, p. 222), a democracia é a luta de sujeitos impregnados de sua cultura e liberdade contra a lógica dominadora do sistema. Afirma ainda que a democracia é o motor ou mesmo o mecanismo condutor do

---

<sup>12</sup> FPA: Frente Popular do Acre, coalizão de partidos políticos liderada pelo Partido dos Trabalhadores que governa o Estado do Acre de 1999/2010.

<sup>13</sup> Povos da Floresta: Termo criado durante o II encontro do Conselho Nacional dos Seringueiros, que diante do impacto pelo assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, convocou também outros moradores da floresta como indígenas representados pela União das Nações Indígenas - UNI e ribeirinhos representados por outras entidades, como também STRs, classificando o evento como o I encontro dos povos da floresta realizado em março de 1989, em Rio Branco Acre.

desenvolvimento às vezes expressos em diferentes formas de capital baseados em três requisitos: a) a consciência coletiva, b) trânsito e veiculação de ideias via organizações representativas e c) potencial de inclusão e mobilidade social nos campos de poder.

O perfil do desenvolvimento do Acre adotado pelo governo da floresta se coloca como resultado das lutas camponesas. A luta de classes no campo acriano culminou com criação das Reservas Extrativistas – RESEX e dos Projetos de Assentamento Extrativistas – PAE, até então impensáveis pela estrutura de Estado. Este perfil de assentamento fugiu às regras comuns de Reforma Agrária adotadas pelo Estado Brasileiro que era de Assentamentos para a agricultura.

A conquista das RESEXs e dos PAEs foi muito além da conquista da terra propriamente dita. Foi também a conquista do reconhecimento de seu modo de vida e de sua cultura enquanto moradores da floresta no que eles chamam de seringueiros “libertos”. Sua causa, que era a defesa da floresta como espaço de vida e de trabalho, tornou-se também sua propriedade sobre um importante meio de produção da economia local, “a terra com floresta viva”, numa cadeia produtiva economicamente em situação falimentar. Assim, **ser Seringueiro** parecia para um cidadão como a última coisa a se querer na vida, num confronto entre conceitos e preconceitos.

A industrialização da economia (rural) do Acre, se seguir o formato tradicional de envolver o campesinato apenas na produção e fornecimento de matéria-prima, pode incorrer na repetição das lutas de interesses de classes pela propriedade da terra como um dos principais meios de produção nos processos produtivos locais.

### 2.3 – DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CONQUISTA DA TERRA PELO MSTR

A luta entre capital e trabalho no campo é muito clara quando da disputa pela posse da terra, especialmente nas zonas de fronteira que são vistas como terras livres e despovoadas. É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, onde a Amazônia é vista como um vazio demográfico (terras sem homens), pois índios e posseiros não foram considerados no processo (Silva, 2003, p. 36). Neste caso, fica patente para todos o jogo do poder e a posição do estado diante dos inevitáveis conflitos que se sucedem. Nos processos migratórios para a Amazônia sul-ocidental:

Teve-se então o encontro de grupos humanos que se tornaram estranhos pelas condições que se defrontaram, num espaço apropriado pelo capital. Os confrontos seriam inevitáveis e caracterizaria também como marca de diferentes temporalidades aí presentes. Na complexidade das contradições que geram e são geradas na fronteira, homens movem-se pelas perspectivas e ambições que procuram satisfazer, nisso o desencontro de humanos se reverte nos conflitos manifestados territorialmente (Idem, 2003, p. 36)).

A ocupação dos seringais em forma de grandes extensões de terra coincidiu com a vontade do capital em acumular riquezas e a necessidade de produzir borracha em grandes volumes. A divisão do trabalho nos seringais fez do seringalista o proprietário da empresa e dos meios de produção e do seringueiro a força de trabalho. Devido à produção ser primária e não receber nenhum beneficiamento, a principal estrutura de produção era a terra e a floresta. Pela regra, era impossível o seringueiro ser dono de sua área de trabalho (a colocação).

Desconhecemos a ocorrência de movimentos organizados de seringueiros na luta pela posse da terra, antes da década de 1970, quando se iniciou o processo de substituição da produção de borracha pela produção de gado bovino. A borracha foi o elemento crucial para a expansão das fronteiras nacionais na Amazônia sul-ocidental, configurando a anexação do Acre ao território brasileiro.

O sentimento de luta pela posse da terra veio conforme descreve Costa Sobrinho:

A ocupação recente das terras do Acre, por empresários do centro-sul, no início da década de setenta, instaurou um mundo de terror e violência no mundo dos seringais, em pouco tempo, três ou quatro anos, um terço do Acre havia passado para as mãos de proprietários residentes fora do Estado. A marcha em direção à nova fronteira foi arrasadora. A compra dos seringais, cuja extensão nunca havia sido definida, permitiu o uso e abuso do método de esticamento da terra (...) as terras alienadas foram ocupadas pelos novos proprietários, que deram início a uma operação sem controle de destruição indiscriminada da floresta (...) durante dois ou três anos, os fazendeiros foram donos absolutos da situação, sem encontrar pela frente qualquer forma de resistência (COSTA SOBRINHO, in PAULA e SILVA, 2006, p. 15).

A Igreja Católica organizava o movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no campo e na cidade, movimento que pregava a vida de igualdade entre todos, fazia análises da realidade do povo e pregava a luta pela cidadania e respeito social. A igreja católica era a esperança de conforto que aquela gente tinha para solução de seus problemas agrários. A igreja criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), exatamente para acompanhar melhor aqueles problemas, mas entendeu que seu papel tinha seus limites e,

para tanto, era necessário uma organização diretamente ligada ao seringueiro e que pudesse assumir a frente de lutas contra aquelas mazelas.

Foi o Bispo Dom Moacir Grechi quem deu o primeiro passo para convencer a CONTAG a vir se instalar no Acre. A CONTAG enviou o Dr. João Maia para o Acre, que instala a Delegacia da CONTAG em 1975 e passa a organizar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) e a defesa dos seringueiros. Em três anos a CONTAG criou os STRs de Sena Madureira, Brasiléia, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Xapuri e Feijó. Estava assim criado o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Acre: o MSTR, iniciando, assim, a luta de resistência contra os fazendeiros e a “luta pela terra”<sup>14</sup>.

O MSTR teve muitas dificuldades para encontrar amparo legal na defesa da posse dos seringueiros. Os fazendeiros alegavam o direito à terra por compra e de papel passado em cartório. O Estatuto da Terra, lei n° 4.504, de 30 de novembro de 1964, não previa a situação do seringueiro para enquadrá-lo como posseiro, para tanto, o MSTR passou a orientá-los a plantar roçados, fruteiras, bens de raiz e não pagar renda da produção, fato que o classificaria na condição de posseiro e livre de patrão. Isto foi também o golpe mortal nos seringais e sua política de aviamento<sup>15</sup> (COSTA SOBRINHO, *op. cit.*, p. 17).

Uma das ações mais marcantes do MSTR nessa luta foi a realização do “empate<sup>16</sup>” contra as derrubadas de floresta. Isto porque o modo de vida e trabalho do seringueiro dependia da floresta e nem tanto do solo, portanto, permitir o desmatamento era sucumbir ao fazendeiro e migrar para a cidade. O seringal Carmem em Brasileia foi pioneiro neste tipo de embate e a primeira experiência de Chico Mendes como liderança sindical do STR de Brasileia em um conflito armado.

---

<sup>14</sup> Luta pela terra e luta na terra são processos utilizados aqui para distinguir melhor o momento da tomada de posse da terra e posteriormente a luta para preservar essa posse disputando políticas públicas para a produção.

<sup>15</sup> Aviamento: termo usado para definir o fornecimento de mercadorias feito pelo dono do seringal aos seringueiros em troca de sua produção de borracha. Funcionava como um escambo entre o seringueiro e o dono do seringal.

<sup>16</sup> Empate: Ato de impedir o desmatamento através do diálogo ou do confronto (às vezes armados). O primeiro ocorreu em março de 1976 no seringal Carmem em Brasileia sob a liderança de Wilson Pinheiro, que era presidente do STR deste município (COSTA SOBRINHO, 1992, p. 157).

Neste ato, os seringueiros liderados por Wilson Pinheiro e Chico Mendes cercaram mais de cem peões que estavam desmatando para a formação de pasto. Ao final, por orientação da política da CONTAG, os seringueiros negociaram sair de suas colocações em troca de um lote de terra para a produção agrícola. Em pouco tempo os seringueiros abandonaram estas terras, fato que fez o Chico Mendes repensar a orientação e propor outra forma de resistência (COSTA SOBRINHO, op. cit. p. 19).

O próximo passo da luta foi a reivindicação da desapropriação dos seringais, bandeira aceita pelo governo federal e estadual. O governo federal passou a desapropriar os seringais que estivessem em conflito como forma de pacificar o campo. O INCRA<sup>17</sup> passou a revisar parte da documentação dos proprietários e identificar problemas que viessem a conter irregularidades. Assim, a década de 1980 foi marcada pelas lutas pela desapropriação de terras, porém sempre para fins de produção agrícola. O governo federal, ao desapropriar grandes áreas, aproveitava para assentar também famílias oriundas de outras regiões, resolvendo dois problemas de uma só vez: o local e o nacional.

Muitos embates para a desapropriação de terras se deram na cidade, quando dos acampamentos de camponeses na sede do INCRA, fato que despertou o interesse de muitas pessoas da cidade de Rio Branco (desempregados e classe média) em apoiar o movimento com o objetivo de se beneficiarem com um lote de terra. O caso mais escandaloso foi o do PA Benfica em Rio Branco, que teve parte de seus lotes ocupados por pessoas alheias ao campesinato (até o então governador Romildo Magalhães se disse posseiro da área, fato que virou notícia nacional).

O PA Benfica teve quatro tipos de beneficiários: i) o posseiro seringueiro e morador antigo da área; ii) o migrante oriundo das regiões sul e sudeste; iii) os desempregados urbanos; e iv) os “aproveitadores” de classe média que se infiltraram no movimento.

Desse processo, chegamos ao ano 2008, tendo o governo federal através de seus planos de reforma agrária criado as metas de assentamento na Amazônia em desacordo com a visão de sustentabilidade, gerando um grande passivo ambiental e mesmo um desserviço à economia, pois os projetos de assentamento têm sido em alguns casos um retrocesso às famílias que para lá se destinam.

---

<sup>17</sup> INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Órgão do governo federal.

A partir de 2000, o MSTR iniciou um diálogo com o governo estadual e o INCRA no sentido de priorizar os novos assentamentos agrícolas no Acre em áreas já convertidas e às margens de rodovias asfaltadas, definindo uma cadeia produtiva e um conjunto de políticas para o desenvolvimento do assentamento; a Bonal (Borracha Natural), empresa de produção de palmito e látex, foi a primeira experiência dessa nova política.

A política de assentamentos para agricultura desagradou muito aos seringueiros que lutavam pela posse da terra, porém com o propósito de nela viver no mesmo modo de vida de antes. A visão dos seringueiros sobre a floresta coincidiu com a visão ambiental, causa abraçada imediatamente pelo movimento ambientalista em todo o país e no mundo, e como diz Raimundo Mendes de Barros (Raimundão) seringueiro de Xapuri em entrevista a Silvio Simione: “veja bem, eu pelo menos e o próprio Chico, não tinha nenhuma idéia que nós estava numa luta ecológica; e na verdade era que a gente tava também. Pois, ao mesmo tempo em que lutava pela sobrevivência e o direito de continuar na floresta, nós lutava pela não destruição da floresta” (PAULA e SILVA, 2006, p. 54)

As negociações sobre Reforma Agrária lideradas por João Maia (Delegado da CONTAG no Acre) aceitavam a transformação dos seringais em Assentamentos de Colonização para a produção agrícola. Os seringueiros reagiram a essa política e passaram a reivindicar a posse dos seringais e de suas colocações conforme relata Chico Mendes em entrevista a Costa Sobrinho (op. cit., p. 39):

nós não tínhamos ainda um rumo definido, a saída foi aceitar um acordo e garantir pelo menos um lote de terra. Em troca de suas colocações os seringueiros receberam alguns pedaços de terra. Não foi um bom negócio. Seringueiros transformados em agricultores da noite para o dia não deu certo. Pouco tempo depois venderam ou abandonaram seus lotes e muitos deles foram cortar seringa na Bolívia (PAULA e SILVA, 2006, p. 54).

Diante desse quadro, o STR de Xapuri assume uma nova bandeira e lidera um movimento exclusivo da causa dos seringueiros para criar assentamentos com características próprias, e nas palavras de Chico Mendes a Costa Sobrinho: “a reforma agrária do INCRA, com base no Estatuto da Terra, não servia pro seringueiro. Passamos a lutar pela permanência na colocação com as estradas, com o seu traçado original. Isso correspondia a 300 ou mais hectares. Mobilizamos o pessoal todo pra luta. Vamos empatar o desmatamento” (idem).

O movimento liderado pelo STR de Xapuri se transforma na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985, e nas palavras de Chico Mendes:

O primeiro encontro nacional de seringueiros reuniu 130 seringueiros em Brasília, muitos companheiros se encontravam espalhados nos seringais, na floresta Amazônica fazendo ouvir sua voz [...] dessa reunião saiu a proposta de reserva extrativista [...] no mês de janeiro, uma comissão de índios e seringueiros foi à Brasília levar suas reivindicações; estava selada a união dos povos da floresta [...] tornava-se indispensável definir melhor o que seria reserva extrativista e demonstrar sua viabilidade econômica [...] pensamos em criar uma alternativa de preservação sem tornar a Amazônia um santuário intocável, mas garantindo a sobrevivência com dignidade dos que vivem na floresta. As reservas extrativistas seriam terras da união com direitos de usufruto para os que nela habitam e trabalham (Idem, p. 43).

A luta pela terra no ambiente extrativista teve embates de resistência que foram além dos Empates. Ao tempo em que o MSTR debatia sobre o direito de posse, Chico Mendes já se preocupava com outras necessidades da comunidade, conforme nos conta Binho Marques<sup>18</sup>:

Naquele momento a gente contava apenas com o próprio movimento social, não se tinha nenhum aliado do poder público, não se tinha uma prefeitura, não se tinha o governo do estado muito menos o governo federal e não se tinha se quer mesmo vereadores. Não se tinha espaços de poder, a não ser os espaços alternativos, sindicatos, as ONGs, as cooperativas que estavam conosco e mesmo assim o Chico praticamente iniciou um governo paralelo na região de Xapuri especialmente, mas entrando um pouco por Brasília começou a se construir escolas, centros de saúde, cooperativas feitos com o próprio braço, escolas construídas em mutirão, professores voluntários, agentes de saúde voluntários, [...] (informação verbal).

Antes do reconhecimento oficial das reservas extrativistas, o governo criou uma modalidade de assentamento que pudesse ser administrado pelo INCRA. Assim nasce o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) com características idênticas às da Resex, que através do Decreto N° P 472/87, de 04/06/1987, criou o PAE Remanso com uma área de 43.228 hectares para atender 435 famílias no município de Capixaba.

O governo da floresta tem a terra e a floresta como fontes naturais de geração de riquezas e por isso tem trabalhado num marco regulatório para a apropriação e uso desse espaço. O documento base para o ordenamento territorial do Acre é o Zoneamento

---

<sup>18</sup> Binho Marques: Governador do Estado do Acre no terceiro mandato do Governo da Floresta (2007/2010) foi amigo e colaborador direto de Chico Mendes, especialmente no Projeto de Educação Seringueiro. Entrevista em 07/01/2010.

Ecológico Econômico – ZEE.<sup>19</sup> O ZEE procura orientar a expansão produtiva dos diversos atores sociais rurais e consecutivamente a expectativa de apropriação fundiária entre estes atores.

É importante lembrar que antes do ZEE, a regularização fundiária do Acre, no período das décadas de 1970 até o início da década de 1990, se dava através das lutas camponesas contra a pecuarização e o desmatamento, pois o poder público não dispunha de instrumentos desse tipo para planejar as atividades econômicas, comportando-se mais a serviço do capital do que como mediador dos conflitos.

Os embates da luta pela terra, seus conflitos internos de orientação nas negociações e as divergências de cunho político tinham como propósito a conquista da terra pelo posseiro morador do local, pelo sem-terra oriundo de outras regiões do país e pelo posseiro expulso de sua colocação e residente na periferia das cidades (desempregados e subempregados).

Todos queriam a paz no campo e, portanto, a modalidade de assentamento adotado pelo INCRA não teve muita importância no primeiro momento, sendo o Projeto de assentamento Dirigido – PAD, a primeira modalidade utilizada no Acre em 1977 e que, segundo seu decreto de criação, “o PAD deverá ser gerenciado pela própria comunidade e ocupado por famílias detentoras de algum conhecimento tecnológico e possuidoras de recursos financeiros suficiente para a autogestão de seus negócios”. Ou seja, o PAD não tinha como se viabilizar dentro destes critérios naquele momento.

A situação somente foi percebida quando da organização do processo produtivo, no caso o seringueiro que, como disse Chico Mendes, “a terra conforme o Estatuto da Terra, não serve para o seringueiro”. As condições de trabalho e as relações de mercado eram de difícil adaptação pelos seringueiros. Até o momento o governo federal e o governo do estado instituíram onze modalidades de assentamentos de Reforma Agrária no Acre, sendo que muitos deles já observando a questão da sustentabilidade tão debatida nos embates com o MSTR, classificados conforme o quadro a seguir:

---

<sup>19</sup> ZEE: nos dois mandatos do governo Jorge Viana trabalhou na escala de 1:1.000.000, e o governo de Binho Marques trabalha com a versão na escala de 1:250.000.

## Quadro 04

### Modalidades de Assentamentos de Reforma Agrária e suas características

Ordem	Modalidade do Assentamento	Características
01	PAD – Projeto de Assentamento Dirigido Decreto nº 59.428, de 27/10/1966	Instituído pelo PIN – Programa de Integração Nacional para assentar famílias para a produção agrícola e a criação de animais.
02	PAR – Projeto de Assentamento Rápido	Prevê a regularização e ocupação de áreas devolutas e arrecadadas na faixa de fronteira.
03	PA – Projeto de Assentamento Federal (*)	Criado pelo PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária é o mais utilizado pelo INCRA.
04	PCA – Projeto Casulo Portaria/INCRA/P/Nº 32, de 11/09/1997	Criado em parceria com Prefeituras visando mitigar o êxodo rural e gerando oportunidade de trabalho rural próximo às cidades.
05	PAE – Projeto de Assentamento Agro- -Extrativista .Portaria nº 627 de /07/1987.	Criado pelo I PNRA em respeito às populações tradicionais da Amazônia para a produção Agro-extrativista
06	PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável Portaria/INCRA/nº 477 de	Criado a partir dos embates dos seringueiros e destinado a atividades agroextrativistas de baixo impacto ambiental.
07	PAF – Projeto de Assentamento Florestal	Criado para a produção de manejo florestal especialmente na Amazônia.
08	FLONA – Floresta Nacional Decreto Federal/nº 1.298 de 27/10/1994	De domínio público, é aberta à visitação, à pesquisa e mantém os moradores na área com exploração extrativista de baixo impacto.
09	RESEX – Reserva Extrativista Decreto Federal nº 98.897 de 30/01/1990	Fruto das negociações com o CNS, é destinada a garantir a cultura e o modo de vida dos povos da floresta, voltada a atividades extrativistas.
10	PE – Projeto de Assentamento estadual NE/INCRA/nº 37, de 30/03/2004 e NE/INCRA/nº 69, de 12/03/2008	São Assentamentos propostos pelos governos estaduais e municipais com características próximas às do PCA.
11	FE – Floresta Estadual	Projeto de interesse do governo estadual e segue as características da Flona.

Fonte: Manual orientador de criação e reconhecimento de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e Unidades de Conservação de uso sustentável. Norma de Execução/INCRA nº 30/2008, de 30/04/2008. Quadro organizado por Sibá Machado.

As três últimas décadas foram marcadas pelas negociações entre o MSTR, o CNS e o governo através do INCRA e outros órgãos de representação onde muito se conquistou de reconhecimento das populações tradicionais como exemplo dos extrativistas em várias regiões do Brasil e dos remanescentes de quilombos. O Estatuto da Terra, que foi considerado por muitos como um grande avanço para a Reforma Agrária durante o regime militar, vem sendo gradativamente criticado visando comportar as realidades específicas do campesinato nacional.

Observando a terra conquistada no Acre pelo MSTR e as modalidades de Assentamento que vêm sendo adotadas pelo INCRA em reconhecimento às

especificidades de cada local, as tabelas 01 e 02 nos mostram a situação da distribuição da terra de Reforma Agrária no Acre, a área ocupada e o número de famílias beneficiadas como resultado da luta pela terra travada especialmente nas décadas de 1970 e 1980:

Tabela 01

Assentamentos destinados à produção agropecuária, famílias beneficiadas e área ocupada

<b>Assentamentos para a produção Agropecuária</b>			
Assentamento	Quantidade	Famílias Assentadas	Área Projeto (ha)
PAD	5	8.684	576.583,
PA	69	12.029	629.355,
PE	17	596	6.143,
PCA	6	319	2.923,
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>21.628</b>	<b>1.215.004,</b>

Fonte: INCRA/Diretoria de obtenção de terras e implantação de Projetos de Assentamentos. Organizado por Sibá Machado.

Tabela 02

Assentamentos destinados à produção extrativista e atividades de baixo impacto, famílias beneficiadas e área ocupada

<b>Assentamentos para a produção Florestal</b>			
Assentamento	Quantidade	Numero de famílias	Área Projeto (ha)
PAE	12	1.248	292.544,
PAF	4	470	101.353,
Resex	5	4.264	2.704.352,
PDS	15	2.794	187.833,
PAR	2	774	48.214,
FE	4	880	513.919,
FLONA	3	95	425.332,
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>10.525</b>	<b>4.273.547,</b>

Fonte: INCRA/Diretoria de obtenção de terras e implantação de Projetos de Assentamentos. Organizado por Sibá Machado.

Desde a criação do PAD Pedro Peixoto em 31/10/1977, momento das fortes mobilizações rurais e da criação dos STRs até 2008, o MSTR/CNS negociou a regularização de 130 Projetos de Assentamento, sendo que 97 deles somam **1.215.004**

(um milhão, duzentos e quinze mil e quatro) hectares de terra para assentamentos agrícolas e 33 deles somam **4.273.547** (quatro milhões, duzentos e setenta e três mil, quinhentos e quarenta e sete) hectares para assentamentos de uso florestal, perfazendo um total de **5.488.551** (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e um) hectares e beneficiando 32.153 (trinta e dois mil, cento e cinquenta e três) famílias. Estes dados mostra que cerca de trinta por cento do território do estado está definido como áreas de Reforma Agrária.

Ainda sobre o domínio e uso do solo rural do Acre, temos que considerar as terras indígenas que já são 34 unidades, sendo 24 registradas e as demais homologadas ou em processo de registro ou homologação. Estas terras já somam uma área de **2.390.112** (dois milhões, trezentos e noventa mil e cento e doze) hectares para uma população de 12.720 pessoas, correspondendo a 14,55% do território do Estado (ZEE/AC, 2006). Assim, se somarmos as terras de reforma Agrária para uso florestal com as terras de Reforma Agrária para uso agrícola mais as terras indígenas, obteremos uma área de **7.878.663** (sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil, seiscentos e sessenta e três) hectares, chegando a 48,5% do território do estado. Desconsideramos aqui as unidades de conservação para uso indireto.

Observamos nestes números que a tese de garantir a terra para uso florestal de baixo impacto deve obedecer ao sistema natural da exploração extrativista com baixa densidade demográfica e maior área de exploração, situação que dialoga muito com a visão ambiental e de exploração sustentável da floresta.

#### 2.4 – AS BASES DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA DO ACRE: AMEAÇA OU OPORTUNIDADE PARA O CAMPESINATO?

Nossa preocupação agora reside no fato das relações entre o capital, o Estado e o campesinato, quando os primeiros apontam para a industrialização da economia do Acre tendo como base comparativa as relações entre estes nos períodos da borracha e da pecuária. Estas relações alijaram o campesinato de qualquer direito à posse de seu principal meio de vida e de produção: a terra.

O governo do Estado a partir de 1999, diante do que considera um novo paradigma, tem se mostrado interessado em oportunizar a participação do campesinato no desenvolvimento local através do que ele chama de “empoderamento” das

comunidades através de suas organizações. Abordaremos a seguir sobre alguns pontos que consideramos importantes para descrever as relações econômicas do Acre no período do governo da floresta.

#### 2.4.1 – A visão conceitual de desenvolvimento do Acre no Governo da Floresta

“Governo da floresta” e “florestania” são termos que representam o perfil e a visão conceitual de desenvolvimento do Acre estabelecidos a partir de 1999 quando o PT e a FPA tomam posse no governo do Estado. O governo retoma fortemente os ideais das lutas camponesas dos anos 1970 e 1980 materializado em Chico Mendes e Wilson Pinheiro para designar seu perfil de atuação. Para uma definição de florestania, Binho Marques (entrevista em 07/01/2010) explica da seguinte forma:

As palavras têm muita força, e uma palavra que tem força de um conceito é forte, ela mobiliza, ela sintetiza outra. [...] Se você consegue sintetizar o teu propósito num texto curto está bom, mas se você consegue sintetizar numa palavra é excelente. [...] Os pecuaristas chegaram ao Acre defendendo seu projeto de desenvolvimento, baseado nos propósitos da agropecuária. Tinham muito claramente o projeto deles, porque o projeto deles era e é ainda de certa forma aquilo que faz parte do senso comum, aquilo que é o motor natural da economia, economia de acumulação, independentemente da destruição ambiental ou não, mas é a linguagem que todos falam. Você propor algo que é diferente do que já tá na corrente sanguínea do capitalismo é muito difícil e ainda mais que você não tem como, se toda vez que você tiver que falar da sua proposta tiver que descrever, contextualizar, construir, falar da proposta, então ela precisa ter uma síntese, e nós tínhamos essa dificuldade. Nós não queremos esse modelo que está aí. O que queremos? Ter que contar a história era muito complicado, passamos muito tempo falando do nosso projeto. De um lado está não sei o quê, e do nosso lado está o nosso projeto, então o que é o nosso projeto? Tínhamos que explicar o que era o nosso projeto. Nós perseguíamos há muito tempo algo que pudesse ter a força para sintetizar o nosso projeto. Tínhamos muitas dificuldades. Uma vez o Toinho e o Jorge Nazaré tomaram conhecimento de um conceito chamado “Favelania”, um movimento na favela que se contrapunha a cidadania, que tinha muito haver com a cidade, com o conceito civilizatório ligado muito a cidade tradicional e as condições e a cidade, mas a favela tem uma lógica de vida e de comportamento que não é necessariamente negativo e é possível viver em favela com condições adequadas de qualidade de vida e até de identidade. E na brincadeira o Jorge Nazaré e o Toinho acabaram criando a palavra “Florestania”. Dizendo que Florestania é a cidadania dos povos da floresta, e aí fica uma certa confusão, o que é povo da floresta? É quem mora na floresta? Não. A idéia é que o povo da floresta somos nós, as cidades amazônicas são cidades da floresta, o povo da floresta é quem vive na Amazônia, quem vive no ambiente da floresta, que depende da floresta, independentemente de estar na floresta ou na cidade. E Florestania às vezes também é traduzido muito apenas como o aspecto dos direitos, direito ao acesso aos serviços, o direito a ter educação, saúde, ter acesso a produção, renda, etc. Mas, na Florestania sempre se esquece de um aspecto importante que é a identidade, então Florestania tem o aspecto dos direitos, mas tem o aspecto também da identidade. Então é o conceito que quer traduzir na realidade um novo marco civilizatório, então, é um projeto de civilização que

tem raízes profundas no nosso povo, nos índios, nos seringueiros e tudo o mais que vive na floresta. Então Florestania é um conceito das pessoas que vivem na floresta, da floresta e para a floresta. Então pessoas que vivem para cuidar da floresta, que vivem na floresta, da floresta que também sustenta essas pessoas. É um conceito complexo, é difícil traduzir, mas o nosso projeto é a Florestania (informação verbal).

Para Jorge Viana<sup>20</sup>, este conceito pode ser entendido da seguinte forma:

[...] na base da construção da ideia de governo da floresta estava a tentativa de passar uma mensagem de que nós tínhamos condições de criar, de conceber os princípios e a conceituação de um novo modelo econômico baseado no sócio-ambientalismo e também numa economia moderna que hoje a gente chama de baixo carbono pra ser implementado aqui [...] (informação verbal).

A década de 1970 foi marcada pelos conflitos sociais no campo e pela introdução de um novo formato para o desenvolvimento do Estado. Contra tal modelo, o campesinato através do MSTR usou como tática de luta os empates, que foi além de uma simples disputa pela posse da terra. Para a gestão de um governo que tem como base de pensamento os ideais construídos nesses embates, Jorge Viana (entrevista em 27/01/2010) afirma que:

[...] com a ideia de governo da floresta a gente tava querendo romper com o que ocorria aqui durante décadas, que era a tentativa de introduzir aqui no Acre concepções de gestão econômicas estranhas à cultura e aos costumes locais. Quando a gente criou o governo da floresta, foi uma maneira também de impactar a entrada desses, como os seringueiros e sindicalistas fizeram os empates pra impedir a derrubada da floresta a idéia de governo da floresta foi uma maneira de a gente empatar, de impedir a entrada de modelos não adequados, não adaptados e que não atendiam aos princípios que a gente defende de socioambientalismo, quer dizer, ao contrário, os modelos que queriam vir pra cá eles tinham gravíssimos problemas do ponto de vista social, gravíssimos problemas do ponto de vista ambiental e nenhuma competitividade do ponto de vista econômico, quer dizer perdia do ponto de vista social, ambiental e econômico[...] (informação verbal).

Notadamente, as relações entre seringueiros e seringalistas eram antagônicas quanto ao trabalho e ao direito de posse e propriedade da terra. Já nas relações de uso da floresta havia uma simetria entre as partes, fato que colocou a visão socioambiental nessas lutas. Nas palavras de Jorge Viana, o governo da floresta agiu como o MSTR “empatando” a introdução de um modelo de desenvolvimento inadequado para o Acre e os ideais do campesinato da floresta.

---

<sup>20</sup> Jorge Viana: foi governador do Acre por dois mandatos, 1º e 2º mandatos do Governo da Floresta (1999/2002 e 2003/2006) foi amigo e colaborador de Chico Mendes. Entrevista em 27/01/2010.

O governo da floresta tem preparado as bases para a industrialização do Estado, que além dos investimentos em infraestrutura, construiu algumas indústrias para processar alguns produtos locais. Esta política põe uma preocupação quanto à participação do campesinato através de suas organizações comunitárias nesses empreendimentos. Sobre a participação comunitária neste formato de desenvolvimento, Jorge Viana (entrevista em 27/01/2010) entende que:

Eu acho que essa é a única e boa saída que nós temos. O desafio está em trocar a palavra desenvolvimento, que ela pra mim conceitualmente tem defeito porque desenvolvimento é tirar o envolvimento, (des) envolver, tirar o envolvimento por uma palavra de fazer um processo de envolvimento pleno que é o que a gente tenta buscar aqui no Acre. E o envolvimento pleno é a garantia de sucesso desse modelo que a gente coloca esse modelo só tem sentido se ele tiver baseado num processo de industrialização aqui, mas esse processo de industrialização tem que estar casado com o envolvimento de comunidades, de organizações comunitárias. Eu acho isso inteiramente possível, o estado tem 700.000 habitantes de população, o estado tem uma história singular, um estado que tem já uma experiência acumulada de uma economia comunitária, que não é a economia comum comunitária tradicional que a gente vê no Brasil, é uma economia comunitária contemporânea, é uma economia comunitária de vanguarda, pós-Copenhagen (informação verbal).

Para as principais lideranças do Partido dos Trabalhadores que administram o governo do Estado, o termo florestania vem no intuito de recuperar os ideais e os propósitos das lutas do campesinato acriano, especialmente naqueles representados pelo pensamento de Chico Mendes, líder sindical que conviveu diretamente com estes personagens e que tomou proporções internacionais. Binho Marques, Jorge Viana e Marina Silva são alguns dos nomes que conviveram com Chico Mendes durante boa parte de sua militância sindical e comunitária em Xapuri, tomando parte em vários embates a exemplo do empate contra o desmatamento na fazenda Bordon. Portanto, governo da floresta e florestania são termos considerados por seus criadores como sendo os signos das lutas do campesinato da floresta que simbolizam o avanço da luta de resistência para a realização de seus sonhos.

Contraopondo esta linha de raciocínio, Silva (2005) alerta para o fato de que no processo muitos signos e símbolos da luta são cooptados na formulação e execução do projeto de desenvolvimento que está sendo implantado. A legitimação do “projeto” funda-se em respostas aos anseios históricos da luta, com ações tidas como “modernas”. Estas são colocadas de “fora para dentro”, inclusive sob discursos das bandeiras de lutas construídas no âmbito dos movimentos dos camponeses locais.

#### 2.4.2 – O contexto da economia do Acre no governo da Floresta

Gilberto Siqueira<sup>21</sup> classifica o Acre antes do governo da Floresta como um Estado sem rumo, as instituições não tinham rumo, o governo não se orientava e não orientava ninguém, as empresas do distrito industrial estavam vendendo seus terrenos e estruturas e o único setor que estava mais estruturado era a pecuária. Conceituamos o Acre como um “lugar remoto” longe dos portos, longe dos mercados era o último. As microrregiões eram isoladas, Juruá e Tarauacá não se comunicavam.

O governo da Floresta, ainda segundo Gilberto Siqueira, pensou na integração interna que envolverá uma população de 700 mil pessoas, pensou em se aproximar dos portos investindo na rodovia do pacífico, pois a partir dela estaremos a 1.500 km do oceano pacífico, enquanto estamos a 4.000 km do oceano atlântico, lógica de produção local trabalhou com apenas duas espécies florestais: a *hevea brasiliensis* e a *bertholletia excelsa*, enquanto já se conhecem quatro dezenas de outras espécies, fato que redimensiona a indústria deste setor através de manejos sustentáveis. A estrutura do Estado estava destroçada, salário dos servidores com vários meses de atraso, narcotráfico infiltrado dentro das estruturas do poder público e, por fim, um Acre sem perspectivas.

A indústria do Acre é um projeto muito recente e data (mais precisamente) do segundo mandato do governo da floresta em 2003. Antes a indústria local se resumia a algumas serrarias, usinas de beneficiamento de borracha e abatedouros de bovinos, no caso da economia rural, e a indústria da construção civil para a economia urbana.

No período de seis anos o governo do Estado criou um conjunto de políticas para incentivar o processo de industrialização local: reorganizou as secretarias de Estado; investiu em infraestrutura (aeroportos, rodovias e energia elétrica); criou o Programa de Promoção de Negócios (PPN); criou a Comissão de Política Industrial do Estado do Acre (COPIAI); negociou a abertura de crédito através dos bancos públicos para as empresas e investidores; reativou o antigo Distrito Industrial de Rio Branco e criou outro mais moderno; interiorizou o ensino fundamental, médio e superior para todos os municípios; promoveu a capacitação do quadro de educadores da rede estadual e municipal e concluiu o asfaltamento da rodovia do Pacífico (Transoceânica), BR 317,

---

<sup>21</sup> Gilberto Siqueira: Secretário de Estado de Planejamento e coordenador de infraestrutura do governo Binho Marques. Entrevista em 25/01/2010.

que liga o Brasil ao litoral Peruano passando pelo Acre e que surge como uma grande oportunidade de negócios para a economia local.

O passo seguinte do governo foi o incentivo para atrair grandes empresas para o Acre com o objetivo de industrializar em larga escala o potencial florestal e agropecuário. Nesse sentido, o governo criou as florestas públicas estaduais através da lei nº 1.426, de 27 de dezembro de 2001, para concessão empresarial de exploração de madeira e, através dela, implantar as indústrias florestais em Xapuri, com investimentos públicos (já instalada); em Rio Branco com investimentos privados (em funcionamento no novo Distrito Industrial), e ainda a previsão de instalação dos parques industriais florestais de Tarauacá e Cruzeiro do Sul com investimentos privados.

Na produção agrícola, o governo está trabalhando para a reativação da usina sucro-alcooleira de Capixaba com investimentos privados; em Brasileia instalou o frigorífico de aves com investimentos públicos além de outros investimentos menores como as usinas de beneficiamento de castanha do Brasil em Brasileia e Xapuri e as usinas de beneficiamento de polpa de fruta de Brasileia e Feijó.

Na produção extrativista de látex, os governos estadual e federal financiaram a instalação da fábrica de preservativos masculinos em Xapuri como indústria de ponta para o setor que até então era apenas fornecedor de matéria prima sem processamento.

Em que pese ao esforço do governo para dinamizar a economia local, surgem algumas preocupações, especialmente devido aos efeitos da crise econômica mundial sobre o modelo brasileiro e acreano de fortalecimento do setor produtivo. João Francisco Salomão, presidente da Federação das Indústrias do Acre (FIEAC), em artigo publicado em 25/11/2008 sob o título “Uma política sustentável para a indústria do Acre”, aborda sobre suas preocupações quanto ao futuro breve da economia do Acre, pois, em que pese os esforços do governo, em boa parte os recursos para investimento são oriundos das transferências da União e que as grandes obras tendem a ser concluídas em breve e depois disso deverá ocorrer uma desaceleração neste setor.

João Francisco Salomão mostra suas preocupações com a forma de mitigação da crise econômica de 2008/2009 e a recuperação da economia baseada apenas no fomento ao consumo, isso no caso nacional; no caso local, o mesmo indaga sobre o futuro da economia quando se concluírem as grandes obras de infraestrutura que são o motor da economia urbana. O que não fica muito clara é sua indagação que ele faz sobre o que significa a “política sustentável para a indústria do Acre”.

### 2.4.3 – Alguns dados da economia do Acre

Um dos principais desafios para o paradigma da sustentabilidade da economia do Acre estabelecido pelo governo da floresta está em equilibrar as receitas próprias com as receitas de transferência, ou seja, além do equilíbrio ambiental e social, há o problema do equilíbrio financeiro no processo de desenvolvimento do Estado.

Para ilustrar essa preocupação, observemos na Tabela 03 a evolução financeira do Estado entre as Receitas Próprias, Receitas de Transferências Constitucionais, Convênios e Operações de crédito no período de 2006 a 2009. No Gráfico 01, observamos a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) de 2002 a 2007, e no Gráfico 02, o quadro comparativo do PIB por unidade federativa no ano de 2007:

Tabela 03  
Receitas do Estado por Fonte de Recursos no período 2006/2009

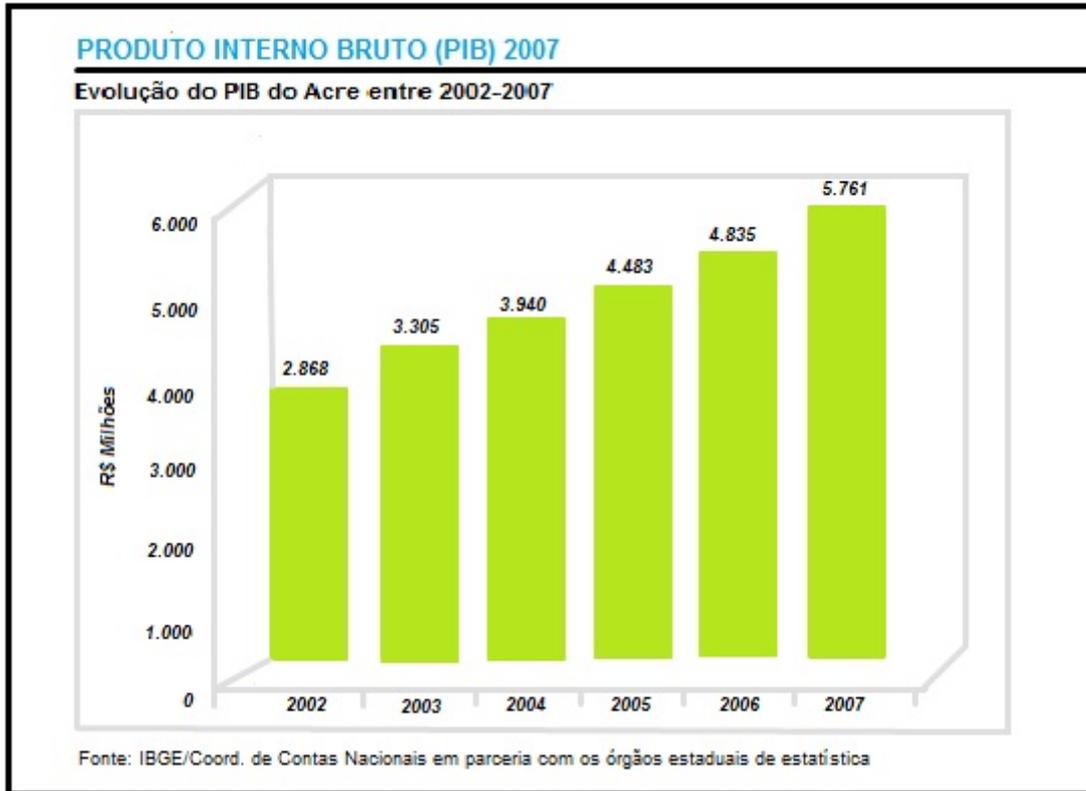
	R\$(milhões)				
<b>Fonte de Recursos</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Total</b>
<b>Receita Própria(*)</b>	468,0	531,8	619,2	818,5	2.437,49
<b>Transferências Constitucionais</b>	1.137,2	1.309,5	1.555,1	1.517,6	5.519,36
<b>Convênios Empenhados/ Contratadas</b>	210,5	355,8	419,3	508,0	1.493,63
<b>Operações de Crédito Contratadas</b>	-	-	798,5	479,0	1.277,44
<b>Total</b>	<b>1.815,7</b>	<b>2.197,1</b>	<b>3.392,0</b>	<b>3.323,1</b>	<b>10.727,92</b>

(\*)Inclui Receita Tributária; Receita Patrimonial e Outras Receitas Correntes; No anos de 2009 está incluído o valor de R\$ 136,84 do PEF I.

Fonte: SEPLAN (convênios e operações de crédito); STN (transferências constitucionais) e SEFAZ (Receita Própria).

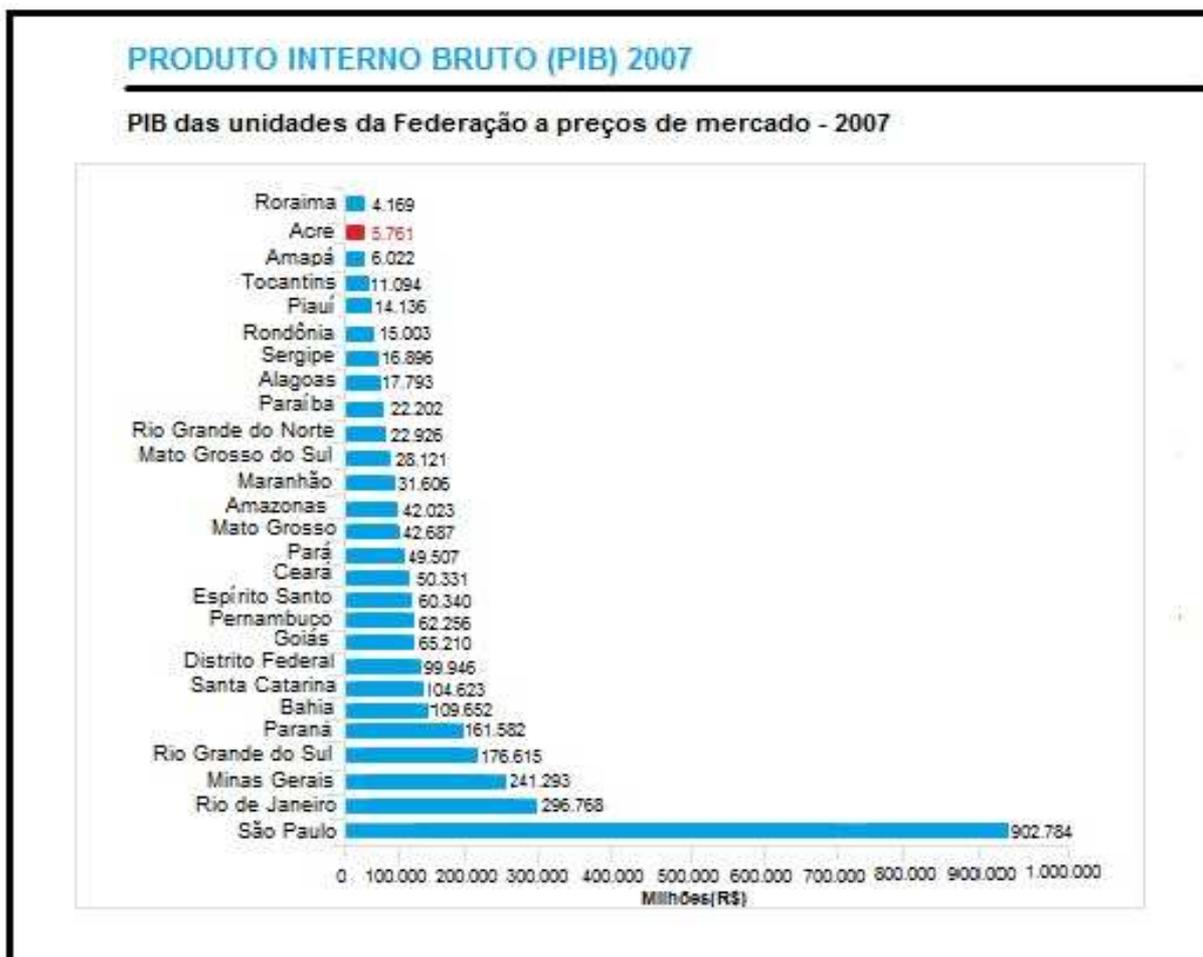
# Gráfico 01

## Evolução do PIB do Acre entre 2002-2007



## Gráfico 02

### Classificação do PIB por Unidade Federativa (2007)



Fonte: SEPLAN: Secretaria de Estado de Planejamento do Governo do Acre – Doc. 26/01/2010/IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Notadamente a relação entre as receitas totais que foram na ordem de onze bilhões de reais no período, com as receitas próprias que somaram cerca de dois e meio bilhões contra cerca de oito bilhões de transferências e outras fontes, teremos uma proporção de 20% contra 80%, ou seja, 2/8. Por outro lado, o Acre teve uma taxa média de crescimento real do PIB na ordem de 6,5% em 2007 contra 3,9% em 2003, período do segundo mandato do governo da floresta. Esta taxa está acima da da região norte, que foi de 6,0% em 2003 e 3,8% em 2007, e a média nacional que foi de 1,1% em 2003 e 6,1% em 2007. Já o PIB evoluiu de 2,8 bilhões em 2002 para 5,7 bilhões em 2007, situação que coloca o Acre na penúltima posição em relação às demais unidades

federativas tanto no percentual de participação quanto nos valores totais. (SEPLAN/AC e IBGE, Doc. de 26/01/2010 e ACRE em números 2007/2008, publicação da Secretaria de Estado do Planejamento do Governo do Acre).

A folha de pagamento<sup>22</sup> dos servidores públicos pode ser considerada ainda a mais importante forma de circulação de rendimentos e riquezas no Estado e uma demonstração da forte dependência da economia do Acre. No Quadro 05, observamos a evolução de crescimento da Folha de Pagamento dos servidores públicos do Estado durante a gestão dos três mandatos do governo da floresta:

#### Quadro 05

Evolução da folha de pagamento dos servidores públicos e do quadro de contratação de pessoal nos três mandatos do governo da floresta.

Ano (mês de janeiro) <sup>23</sup>	Nº de servidores	Valor bruto da folha (em R\$)
1999	31.159	22.370.897,85
2003	33.435	36.226.294,20
2007	35.803	59.565.207,74
2009	42.552	91.700.473,75

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda. Org. Sibá Machado

O Quadro 05 nos mostra a evolução da folha de pagamento e do quadro de servidores públicos do Estado saindo de cerca de 22 milhões de reais em janeiro de 1999 para mais de 91 milhões de reais em dezembro de 2009, um crescimento de aproximadamente 350%. Estes números nos mostram que a folha de pagamento distribuirá em 2010 aproximadamente 1,2 bilhão de reais na economia local, sendo que

<sup>22</sup> Embora não sendo o foco deste trabalho, entendemos que a folha de pagamento do serviço público deve ser ainda o mais importante vetor de circulação de bens e serviços, e estes devem ser as razões para o Estado fomentar as políticas para uma base industrial do Acre e consecutivamente para a “desestatização” da economia.

<sup>23</sup> Datas correspondentes ao mês de janeiro do primeiro ano de cada um dos três mandatos do governo da floresta, sendo 2009 o penúltimo ano do terceiro mandato. Não foi disponibilizado o mês de janeiro de 2010. Primeiro mandato de Jorge Viana: janeiro/1999 a dezembro/2002; segundo mandato de Jorge Viana: janeiro/2003 a dezembro/2006, e primeiro mandato de Binho Marques: de janeiro de 2007 a dezembro/2010.

esta folha é financiada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE), ou seja, pelas transferências constitucionais.

Não consideramos aqui a folha de pagamento dos servidores da união e dos municípios e os proventos de aposentadoria e pensões públicas e privadas, montante que deve se aproximar de 2 bilhões de reais para 2010.

Desconhecemos os dados oficiais da economia do Estado em períodos anteriores ao do governo da floresta, porém estima-se que os números eram muito inferiores aos atuais, pois a Receita do Estado se reduzia praticamente às transferências constitucionais, e a circulação financeira era movida praticamente pela folha de pagamento do serviço público. Na Tabela 04, observamos a situação dos postos de trabalho ocupados por setor no período 2004/2006, período do segundo mandato do governo da floresta:

Tabela 04  
Pessoas ocupadas por setor de atividade

(mil pessoas)

Discriminação	2004		2005		2006	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
<b>Sector de atividade</b>	<b>282</b>	<b>100,0</b>	<b>278</b>	<b>100,0</b>	<b>307</b>	<b>100,0</b>
<b>Agricultura</b>	96	34,0	87	31,3	91	29,6
<b>Indústria</b>	15	5,3	23	8,3	28	9,1
<b>Comércio/serviços</b>	118	41,8	111	39,9	113	36,8
<b>Administração pública</b>	22	7,8	26	9,4	32	10,4
<b>Educação, saúde e serviços sociais</b>	31	11,0	31	11,2	43	14,0

Fonte: Acre em números 2007-2008 SEPLAN/Gov. do Acre

A tabela nos mostra a movimentação de pessoas ocupadas por setor com um decréscimo na agricultura, um crescimento na indústria, um decréscimo no comércio/serviços e um crescimento mais acelerado no serviço público de educação,

saúde e serviços sociais, especialmente no final do período. Se somarmos os setores de Administração Pública com a Educação, Saúde e Serviços Sociais, teremos cerca de 20% das ocupações mais os 36,8% do comércio e serviços formarão 61,2% das ocupações do Estado, ficando a agricultura e a indústria com apenas 38,8% dos postos de trabalho ocupados.

No setor da indústria teremos ainda que observar que a principal atividade é a construção civil, cujo volume maior de operários é de baixa escolaridade e qualificação técnica, problema que se repete no setor da agricultura, fatores que incidem em baixa renda. Ou seja, o governo da floresta tem o setor produtivo do Estado como um de seus principais problemas para o futuro.

As adversidades para a produção primária (agricultura) impôs o Estado à cultura de importação de praticamente tudo que necessita para o seu consumo. Esta situação faz com que o governo da floresta estabeleça atualmente, mesmo sem uma lógica de convencimento teórico, uma política de substituição de importações, modelo praticado pelos países da América Latina nas décadas de 1960 e 1970, pelo menos na produção agrícola. Segundo Gilberto Siqueira, o Estado também já se prepara para instalar uma Zona de Processamento de Exportação – ZPE<sup>24</sup>, pensando numa política de “fomento às exportações” (modelo utilizado pelo governo chinês para fomentar o desenvolvimento de regiões carentes e isoladas) e consecutivamente na ampliação das receitas próprias do Estado e seu equilíbrio financeiro.

#### 2.4.4 – Florestas Públicas Estaduais (FE): a política do Governo da Floresta e a política do CNS

A visão de desenvolvimento do Governo da Floresta trabalha como um de seus eixos principais o aproveitamento dos recursos florestais para a exploração madeireira e não madeireira, observando tanto a lógica dos signos das lutas do campesinato e o ordenamento territorial por ele conquistado, como também os paradigmas de uma economia sustentável que está em debate em todo o mundo.

Observa-se que a economia do campesinato da floresta está mais voltada para os produtos não madeireiros e, como tal, é de baixa escala e incapaz de suprir uma

---

<sup>24</sup> ZPE: Zona de Processamento de Exportações, criada pela Lei nº 11.508/2007. É uma área de livre comércio para a produção de bens e serviços exclusivamente para o mercado exterior, sendo vedado seu comércio no mercado interno. Este modelo tem objetivo de fomentar o desenvolvimento em regiões carentes do país. Ver: <http://www.portaltributario.com.br/guia/zpe.html>

cadeia de indústria de médio a grande porte. Assim, a exploração madeireira se apresenta como uma alternativa para o fomento de um *cluster*<sup>25</sup> para essa atividade.

Pensando no fomento deste *cluster*, o governo da floresta instituiu um conjunto de políticas de regulamentação e incentivos, sendo que uma das principais iniciativas foi a aprovação da Lei 1.426, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a preservação e a conservação de florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências. Em resumo, a lei estabelece a criação das florestas públicas estaduais para exploração madeireira empresarial e comunitária e regulamenta essa atividade.

O governo do Estado através da Secretaria de Florestas (SEF) estabelece como sua missão “desenvolver o setor florestal do Estado com a participação e inclusão social”. Segundo a SEF, a floresta possui 200 árvores maduras por ha e 1000 árvores jovens, admitindo-se a retirada de apenas 4 a 6 árvores por ha, o que corresponde entre 15 a 25 m<sup>3</sup> de madeira a cada 25 ou 30 anos. O governo incentivou o setor a caminhar em direção às novas exigências legais e enquanto a produção de madeira manejada era de apenas 4,4% em 2002, subiu para 90% em 2006.

A criação das Florestas Estaduais, segundo o secretário Resende<sup>26</sup>, resolveu várias dificuldades para a implantação do complexo industrial florestal tais como o problema fundiário, as barreiras legais impostas pela lei das licitações públicas, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que impedia a concessão de florestas devido ao limite de prazo de apenas 5 anos, enquanto um manejo precisa de 25 anos; o problema na cotação de preços para o leilão; os problemas nos prazos dos contratos entre o Estado e as empresas e o problema relacionado aos posseiros residentes nas áreas de concessão.

São quatro as Florestas Estaduais no Acre: a) Floresta Estadual do Antimary, criada através do decreto nº 13.321 de 1º de dezembro de 2005, tem uma área de 47.064 ha, possui em seu interior 41 colocações<sup>27</sup>, 41 famílias, tem 4 mil ha de exploração florestal e 6 mil inventariada; já conquistou a certificação e é uma floresta das mais estudadas na Amazônia, e b) Complexo das Florestas Estaduais do Rio Gregório, criado através da Lei nº 1.426, de 27/12/2001, é formado pela Floresta Estadual do Rio

---

<sup>25</sup> Cluster: é um conjunto de empresas industriais que se reúnem por atividades semelhantes.

<sup>26</sup> Carlos Olvídio - Resende: Secretário de Estado de Florestas (entrevista em 01/02/2010).

<sup>27</sup> Colocação: é a unidade produtiva do seringueiro e seu local de residência.

Gregório, Floresta Estadual do Mogno e pela Floresta Estadual do Rio Liberdade. Possui uma área de 486.319 ha, e nelas residem 420 famílias e tem alta biodiversidade (dados da SEF). No quadro a seguir, observamos os indicadores esperados pelo governo com a exploração madeireira nas Florestas Estaduais e Florestas Privadas:

#### Quadro 06

##### Atividades e metas para o complexo industrial florestal a partir das Florestas Estaduais e Florestas Privadas

<b>Atividade</b>	<b>Indicadores</b>
Florestas Públicas manejadas e certificadas <sup>28</sup>	480 mil há
Florestas Privadas manejadas e certificadas	150 mil há
Produção das Florestas Públicas (em toras)	420 mil m <sup>3</sup> /ano
Produção de Florestas Privadas (em toras)	100 mil m <sup>3</sup> /ano
Produção industrial (laminados/serrados)	125,8 mi de US\$/ano
Investimentos Públicos	40 mi de US\$
Investimentos Privados	52 mi de US\$

Fonte: SEF/apresentação da política florestal do governo do Acre. Org. Sibá Machado

O Quadro 06 nos dá a visão das expectativas do governo do Estado quanto a sua política de industrialização do principal ativo econômico do Acre: a madeira, que explorada de forma racional e com alto investimento em tecnologia, poderá inserir cerca de 126 milhões de dólares/ano e gerar 1.200 postos de trabalho de forma direta, explorando 630 mil ha de floresta (cerca de 5% do território do Estado) num ciclo de trinta anos.

O problema que agora incide sobre as Florestas Estaduais está na relação com o possessor destas áreas. Segundo o Secretário Resende, a posse da terra das Florestas Estaduais é de domínio público, concedendo seu uso e exploração de duas formas: a) o possessor recebe um título individual sobre um lote de 100 ha de sua colocação, (mesmo que esta for maior que isso) para usufruto livre; recebe também o direito de usufruto de

<sup>28</sup> Florestas Públicas e Privadas: o manejo considera a exploração para um ciclo de 30 anos.

uma área coletiva dentro da FE; metade dos tributos arrecadados das empresas concessionárias retorna para a comunidade em forma de investimentos coletivos e podendo ainda o posseiro trabalhar com a empresa exploradora como prestador de serviço florestal; b) o restante da FE é repassado para as empresas através de licitação para exploração madeireira por 25 anos, desde que cumpra com os compromissos legais e os objetivos do governo.

O secretário Resende afirma que as FEs estão cumprindo uma função de regularização fundiária, pois estas terras foram adquiridas de proprietários privados e incorporadas ao patrimônio do Estado, e que mediante a política de valorização dos recursos florestais, esta aumentará a ambição dos proprietários que poderão promover novas expulsões de posseiros destas áreas. As FEs não tratam mais o seringueiro local como posseiro, pois o mesmo receberá um título individual de uma parcela de 100 ha além de uma concessão coletiva. Das cerca de 450 famílias residentes nas FEs, apenas 8 desistiram e migraram para a cidade, o que é um indicador muito positivo de aceitação se comparado a outras modalidades de assentamento.

Para José Maria Barbosa (Boka)<sup>29</sup>, as Florestas Estaduais são criadas praticamente para a exploração madeireira. A RESEX não, ela foi criada como Reforma Agrária para garantir o acesso à terra para as pessoas que já moram lá e não têm intenção madeireira. Existe uma grande diferença entre a RESEX e a FE; a RESEX foi conquistada, não foi dada, a FE foi o Estado que deu. Por outro lado, o seringueiro não trabalha para enriquecer, ele trabalha para viver, portanto não é uma questão de aumentar o preço de sua produção, se ele produzir mil kg de borracha e aumentar o preço para 10 reais, o seringueiro diminui a sua produção. Na FE o seringueiro recebe um título de 100 ha de sua posse e passa a apenas uma concessão sobre o restante dela, e o Estado pode fazer manejo dentro desta área repassando uma porcentagem dos lucros para o posseiro, por falta de melhor entendimento, tivemos muita confusão no início da FE Antimary.

Segundo Boka, a política do governo de dar título individual para os seringueiros está na contramão da política do CNS, que é dar título coletivo, e a estrutura legal das Florestas Estaduais poderá sofrer reviravolta se o governo mudar pelo simples fato de que a mesma não tem sustentação social, os posseiros não lutaram

---

<sup>29</sup> José Maria Barbosa (Boka): É secretário-geral do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, entrevista em 04/02/2010.

por ela. A comunidade trabalha de forma coletiva e se deve insistir em título individual. Muitos moradores já procuraram o CNS para reclamar da redução de sua posse para 100 ha, queremos que o governo retire da lei a concessão de títulos individuais e que mantenha a posse do seringueiro em seu tamanho original. Nosso conceito sobre o uso de florestas não combina com o conceito adotado nas FEs. Além do mais, se titular a área de 100 ha, o seringueiro pode desmatar os 20% permitidos por lei. Em reuniões feitas no Antimary a comunidade não aceitou a idéia de reduzir suas posses para 100 ha. O CNS entende que não se deve mais criar novas Florestas Estaduais, e sim novas Resex.

Temos então um paradoxo sobre o conceito de posse e uso das Florestas Estaduais entre o Governo e o CNS, pois o que parece ao governo como sendo um salto de qualidade para o campesinato da floresta, para o CNS parece ser um retrocesso desestruturante para os princípios do movimento. O propósito do governo é intermediar a participação do seringueiro no primeiro elo da cadeia produtiva da madeira com o setor privado. Porém a redução do tamanho da posse do seringueiro esbarra no acumulado das lutas pelas Resex.

O governo militar (1964/1984) considerou a Amazônia como sendo a grande fronteira econômica nacional, sendo possível a partir dela, implantar um modelo de desenvolvimento que pudesse absorver uma massa de camponeses sem terras de outras regiões do Brasil e consecutivamente elevar a Amazônia ao patamar de grande produtora de bens agropecuários e florestais numa visão desenvolvimentista.

A luta pela terra no Acre conseguiu mudar essa direção no que diz respeito à posse da terra e à concepção de uso da mesma, priorizando a exploração econômica nos moldes de produção e reprodução do modo de vida dos seringueiros, moradores dos seringais e ex-trabalhadores das empresas florestais. Este processo impôs uma ruptura ao desenvolvimento proposto pelo Estado e pelo capital.

Nas palavras de Jorge Viana, ele entende que o “governo da floresta” encampa os signos das lutas camponesas adequando-as ao formato do desenvolvimento ora em construção no estado.

Nossa preocupação maior reside no fato de que as lutas do campesinato lideradas pelo MSTR/CSN eram autônomas e não recebiam a tutoria da estrutura de governo e, portanto, é pensável que o campesinato deve assumir o seu papel de vanguarda nos embates que surgem diante da nova relação com o governo e com o

capital quando da instalação da base industrial da economia do Acre e a forma que se desenha: a Participação Pública, Privada e Comunitária, visto que as lutas do campesinato estão mais na linha de negociação com o governo da floresta.

## Capítulo Terceiro

---

### 3 - A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA, PRIVADA E COMUNITÁRIA – PPC COMO MÉTODO DO CAPITAL COMUNITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Considerando os embates da Luta pela Terra, os conflitos, a violência física e psicológica contra o campesinato, o comprometimento das instituições do poder público e de grande parte da imprensa com o capital e os vícios totalitários herdados do regime militar, falar em direitos humanos parecia apenas um sonho. O MSTR, o CNS e a CUT<sup>30</sup> foram determinantes para consolidar um projeto de vida, resistindo brilhantemente para a superação de seus problemas e para a conquista de seu direito mais sagrado: a posse da terra.

#### 3.1 - O MSTR: AGORA A LUTA É “NA TERRA”<sup>31</sup>

A marca principal do governo da floresta, conforme seus principais dirigentes e pensadores, está embasada nos ideais construídos nos embates das lutas camponesas liderados por Wilson Pinheiro e Chico Mendes. Segundo Eufan Amaral<sup>32</sup>, o modelo de desenvolvimento segue a seguinte trajetória: a) viver “na” floresta, diz respeito às pessoas e comunidades que vivem na floresta e dela tirando seu sustento e condição de vida; b) viver “da” floresta são as empresas que exploram a floresta, transformando suas riquezas em divisas para o Acre e c) viver em harmonia “com” a floresta, é o conjunto da sociedade que dela se beneficia.

Estes signos nos dão a linha de pensamento de governo quanto às políticas públicas a serem desenvolvidas para o campesinato acreano que agora domina cerca de

---

<sup>30</sup> CUT: Central Única dos Trabalhadores.

<sup>31</sup> Luta na terra: termo que utilizamos apenas para maior esclarecimento desta fase das lutas camponesas no Acre que após a regulamentação de 30% do território do estado em assentamentos de Reforma Agrária, o campesinato passa a atuar fortemente para a conquista de políticas públicas de seu interesse especialmente a partir do início da década de 1990.

<sup>32</sup> Eufan Amaral: Secretário de Estado de Meio Ambiente do governo Binho Marques (entrevista em 26/01/2010).

30% do território do Estado, que conta com 88% de cobertura floresta primária (ZEE 2006).

No processo da luta na terra, o campesinato se depara com o desafio de ter que produzir por mais incipiente que seja, tanto para a sua subsistência quanto algum excedente para a comercialização. Este é o primeiro passo para sua organização produtiva, momento em que ele necessita de um pouco de paz para se estruturar, e assim, o trabalho do sindicato lhe parece agora pouco eficaz, tendendo a um isolamento e certo individualismo em suas ações.

As dificuldades enfrentadas pelo campesinato em sua tomada de posse na terra tiveram três fatores importantes: a) os problemas com o Estado e suas políticas públicas para fomentar suas atividades econômicas; b) os problemas com relação ao seu trabalho e sua margem de renda que fica abaixo da Linha de Dependência do Mercado/LDM<sup>33</sup> Ribeiro, (2008); e c) os problemas na relação com o capital nas disputas pelos investimentos e pelo mercado. Tais circunstâncias conduzem o campesinato a desistir da posse da terra, fato que promove o rodízio de assentados, a reconcentração fundiária e êxodo rural.

Da luta de resistência pela posse da terra, agora o campesinato deverá organizar a sua produção, disputar as políticas públicas com o Estado, criar novas formas de organização, como a associação e a cooperativa e enfrentar o capital nos demais elos das cadeias produtivas e consecutivamente nos mercados. Na fase da “Luta pela Terra” a marca principal dos embates é a violência (inclusive física) contra os trabalhadores, agora na fase da “Luta na Terra” os embates se darão nas disputas pelas políticas públicas e na organização produtiva para enfrentar o capital.

### 3.2 – O MSTR E A COMPLEXIDADE DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO

A luta na terra enfrenta vários estágios para uma organização produtiva e como tal o processo de aprendizado para a superação de seus novos desafios e embates com o capital e o Estado. Para uma melhor visão desta fase, classificamos a produção rural

---

<sup>33</sup> Para maior aprofundamento sobre o tema, ver Ribeiro (2008): Dissertação de Mestrado.

(produção primária) em três etapas complementares: i) a *Baixa complexidade*; ii) a *média complexidade*; e iii) a *alta complexidade*<sup>34</sup>.

### 3.2.1 - A Baixa Complexidade

A Baixa Complexidade pode ser analisada observando o processo produtivo do látex (borracha natural) até o início da década de 1970, quando tivemos uma produção que se limitava a extrair o produto e exportá-lo in natura para a indústria (primeiro a do exterior e depois a nacional), sem receber qualquer beneficiamento ou processamento para uma agregação de valor e implementação de novas tecnologias.

Os trabalhadores dos seringais, os seringueiros, e o patronato dos seringais, os seringalistas, talvez não tivessem ideia do que isto significava para eles e para a economia do estado (e também do país) a médio e longo prazo. O aviamento (comércio praticado entre as partes que consistia em trocar a produção da borracha por gêneros e outros produtos de primeira necessidade, e somente em alguns casos o seringueiro poderia receber seu saldo em dinheiro) era o regime de trocas entre o seringueiro e o barracão (sede comercial e administrativa dos seringais) e entre o seringalista e as casas aviadoras (casas comerciais localizadas em Manaus e Belém que compravam a produção de borracha e fornecia toda a mercadoria para o abastecimento dos seringais). Conforme Rego (2002, p. 367):

É somente a partir dos anos quarenta, no período em que se segue a segunda guerra mundial, com a consolidação da indústria nacional de pneumáticos, que o consumo interno de borracha assume significação, passando a absorver a produção nacional no início da década de cinquenta [...]. Assim, o extrativismo desarticula-se do setor de exportação e articula-se ao desenvolvimento industrial interno [...]. Saliente-se que, durante esse período, nenhum esforço de modernização se efetivou, mantendo-se a estrutura arcaica de produção, apesar da importância da borracha natural no abastecimento da indústria de artefatos [...]

A lógica do desenvolvimento tecnológico é acelerar o processo produtivo (produtividade), reduzindo custos, tempo e esforço de trabalho humano. Entendemos que o seringal nativo, por ser uma plantação da própria natureza, mesmo sendo

---

<sup>34</sup> O termo Baixa, Média e Alta complexidade se refere apenas ao grau de organização do campesinato quanto à capacidade de se apropriar de tecnologias e de melhorias de condições de produção e trabalho, especialmente quando da apropriação dos meios de produção nas cadeias produtivas: > organização; > capital comunitário; > eficiência e > complexidade.

explorado com o maior grau de aproveitamento possível, tem um limite de produção. Imaginemos que se todos os seringais do Acre fossem totalmente aproveitados e explorados de maneira adequada, nossa produção poderia atingir a escala de 10 mil toneladas por ano, e não há como ultrapassar esse número.

Aqui cabe uma reflexão sobre o que é “arcaico e moderno” para a economia extrativista de modo geral. O problema é modernizar a extração de látex quando as árvores estão dispersas, requerendo um esforço de oito horas de trabalho, andando a passos rápidos para aproveitar no máximo 200 árvores/dia, no caso do vale do rio Acre, e apenas 150 árvores/dia, no caso do vale do rio Juruá, para uma produção anual média de uma tonelada de produto. Todos os esforços para ampliar a capacidade produtiva dos seringais se resumiram em melhorar o preço da produção através de subsídios dos governos Estadual e Federal.

A indústria de artefatos e pneumáticos, observando o problema de escala de produção dos seringais nativos e sua impossibilidade de abastecer todo o consumo mundial, resolve incentivar o cultivo da espécie no sul da Ásia (especialmente na Malásia), e segundo Eduardo Carneiro na página da *web*:

Por causa da crescente demanda internacional por borracha, a partir da segunda metade do século XIX, em 1877, os seringalistas com a ajuda financeira das Casas Aviadoras de Manaus e Belém, fizeram um grande recrutamento de nordestinos para a extração da borracha nos Vales do Juruá e Purus. De 1877 até 1911, houve um aumento considerável na produção da borracha que, devido às primitivas técnicas de extração empregada, estava associado ao aumento do emprego de mão-de-obra. O Acre chegou a ser o 3º maior contribuinte tributário da União. A borracha chegou a representar 25% da exportação do Brasil. Em 1876, sementes de seringa foram colhidas da Amazônia e levadas a Inglaterra por Henry Wichham. As sementes foram tratadas e plantadas na Malásia, colônia inglesa. A produção na Malásia foi organizada de forma racional, empregando modernas técnicas, possibilitando um aumento produtivo com custos baixos. A borracha inglesa chegava ao mercado internacional a um preço mais baixo do que a produzida no Acre. A empresa gumífera brasileira não resistiu à concorrência Inglesa. Em 1913, a borracha cultivada no Oriente (48.000 toneladas) superava a produção amazônica (39.560t). Era o fim do monopólio brasileiro da borracha ([www.historianet.com.br/conteudo](http://www.historianet.com.br/conteudo)).

Um dado importante a ser considerado é a posse da unidade produtiva do seringal (a colocação) que é também o local de moradia. O seringueiro sempre almejou o direito de posse de sua terra, livrar-se do barracão e do marreteiro (comerciante atravessador) e, por fim, ser uma pessoa livre. Para ele, a terra é valorizada na medida

em que contém floresta, pois ele vive da floresta, mas para isso é necessário ser dono da terra (Rego, 2002, p. 405).

O problema então de nosso objeto em discussão está na capacidade organizativa da produção onde cada trabalhador trabalha e vive isoladamente. Seu produto, o látex, para ser produzido requer um pequeno esforço tecnológico e segue o caminho de sangria, coleta, defumação (ou coalhamento) e venda. Este processo dispensa maiores estudos e escolaridade, dispensa maior organização, pois ele já sabe o que faz e mesmo não gostando do marreteiro (comerciante intermediário), este se torna um mal necessário para o comércio, não precisa de maior capacitação para produzir, pois não há inovações na forma, por mais que se esforce sua capacidade produtiva está dada, não vai fazer muita diferença e, assim, se a borracha tiver um preço melhor, é o suficiente para se viver em paz.

O Estado tem se mostrado sensível a este problema, no caso do Acre, o governo negociou com o CNS, a criação e execução da Lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999 (Lei Chico Mendes), estabelecendo uma subvenção ao preço da borracha natural produzida pelos seringueiros devido à gravidade da crise de preço e o desestímulo da categoria em continuar nessa modalidade de produção. Havia aí um alto risco de abandono dos seringais e uma propensão à grilagem e desmatamentos em alta escala.

Nessa direção o governo federal criou o programa de fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade através da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, na qual estabelece a subvenção de preço mínimo para a borracha da Amazônia em R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) por kg. Este preço é complementar ao preço de mercado que o seringueiro encontrar, se no ato da venda tal preço for inferior a R\$ 3,50. Todo esse processo nos mostra que a produção primária da cadeia produtiva da borracha natural na Amazônia está inserida na fase de Baixa Complexidade, embora o restante da cadeia produtiva se vincule à Média e Alta Complexidade com alta tecnologia, alta produtividade e baixo custo.

A produção agrícola da economia familiar também passa por problemas idênticos. Com a falência da economia de extração do látex, esta foi sendo substituída aos poucos pela pecuária de corte e, em decorrência dos conflitos no campo, o Estado brasileiro e seu ente federativo local, o Acre, implantaram como política de Reforma Agrária os assentamentos voltados em primeiro lugar para uma produção agrícola e, depois, diante das dificuldades enfrentadas pelo setor, este passou a produzir de maneira

muito incipiente, uma pecuária de baixa tecnologia que tem contribuído mais para os prejuízos ambientais do que para a produção e renda.

O INCRA, o governo do Estado e algumas prefeituras já criaram no Acre 110 projetos de assentamentos voltados à produção agrícola beneficiando 17.112 famílias, que ocupam uma área de 1.192.065 ha nos vinte e dois municípios (dados do INCRA de 2008). Mesmo considerando a legislação que determina o uso de apenas vinte por cento da área para conversão em corte raso, teremos ainda 238.413 ha disponíveis para a produção.

A tecnologia utilizada nos Projetos de Assentamento é arcaica, utilizando o sistema de desmatamento e queima para a limpeza da área, sistema de alto impacto ambiental para a floresta, o solo, a água e o ar. A produtividade é muito baixa, a infraestrutura de transporte é um problema quase insolúvel e a produção não incide sobre a agregação de valor maior. Essa realidade é responsável por um alto empobrecimento no campo, êxodo e reconcentração fundiária. Nas tabelas a seguir observaremos os dados de desmatamento nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia:

Tabela 05

Desmatamento ocorrido nos assentamentos no período de 2002 a 2008, na Amazônia

<b>Desmatamento em km<sup>2</sup></b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Assentamentos</b>	4, 669	4, 955	4, 326	4, 553	2, 254	2, 491	2, 710
<b>Amazônia</b>	21,	25, 247	27, 423	18, 846	14, 109	11, 532	11, 968
<b>Percentual %</b>	22	20	16	24	16	22	23

Fonte: Prodes, INPE – Presidência da República/Casa Civil – Plano de ação para a prevenção e o controle do desmatamento na Amazônia Legal (versão preliminar 2009).

Tabela 06

Estado da federação, desmatamentos e percentual ocorrido nos assentamentos, na Amazônia

Estado	Desmatamento em km <sup>2</sup>	Áreas desmatadas em Assentamento em km <sup>2</sup>	Percentual %
<b>Acre</b>	<b>184</b>	<b>67</b>	<b>36</b>
Amazonas	610	134	22
Amapá	39	31	79
Maranhão	613	103	17
Mato Grosso	2, 678	512	19
Pará	5, 425	1, 111	20
Rondônia	1, 611	389	24
Roraima	309	128	41
Tocantins	63	16	25
<b>Total</b>	<b>11, 532</b>	<b>2, 491</b>	<b>22</b>

Fonte: Prodes, INPE – Presidência da República/Casa Civil – Plano de ação para a prevenção e o controle do desmatamento na Amazônia Legal (versão preliminar 2009).

Assim, *Baixa Complexidade* é a fase inicial da organização produtiva. Nesta fase a organização comunitária é ainda difusa e a produção é muito individualizada, gerando uma escala de subsistência, utiliza tecnologias rudimentares e agressoras do meio ambiente. Tem um mercado incerto, possui alto custo de produção. Tem como principal organismo de organização comunitária a Associação, que é de pouca representatividade, baixo poder de barganha, recebe poucos investimentos e está em transição entre o Sindicato e a Cooperativa, gerando uma produção mais voltada para a subsistência, onde as políticas públicas chegam sempre de forma dispersa e de caráter compensatório.

A Baixa Complexidade tendo como principal organismo de representação a Associação de Mini e Pequenos Produtores, dificilmente interfere na organização produtiva e no trabalho da família, tendo como ponto alto de sua ação coletiva a luta pela melhoria da via de escoamento (ramais<sup>35</sup>), posto de saúde, escola (geralmente primária) e transporte para a feira de produtores (mercado).

Quanto à produção, esta é realizada e comercializada individualmente e apresenta dificuldades em absorver inovações tecnológicas. **A questão da propriedade dos meios de produção se estabelece apenas na terra, ou seja, é quando se conclui o**

<sup>35</sup> Ramal é a estrada vicinal de acesso aos Assentamentos de Reforma Agrária. No Pará é chamada de Travessão por serem transversais ao eixo da rodovia principal e em Rondônia e outros estados são chamados de Linha.

**processo da luta pela terra e se inicia o processo de luta na terra.** Nesta fase a luta com o grande capital se dá principalmente pela posse da terra. Nesta fase a PPC está apenas no C de Comunitário, sem nenhuma participação dos demais atores do processo.

### 3.2.2 - A Média Complexidade

É a fase seguinte da organização produtiva. Nesta fase já se inicia a organização da produção em cadeias produtivas, cujo nível de trabalho já é muito mais exigente com as técnicas de produção e até com questões ambientais. Aqui as políticas públicas já são negociadas de forma mais focada; e a produção passa por maior agregação de valor, redução de custos, aumento da escala e melhores mercados. Esta fase coloca de forma mais clara o papel da cooperativa que requer um nível organizativo maior, correndo mais riscos e avançando para pequenas e médias indústrias. Ocorre também uma redução do número de pessoas envolvidas no processo produtivo devido à maior exigência com a coletividade, maior rigor com o aprendizado e maior exigência na colaboração. É o começo de uma ação mais solidária, pois quanto maior for a participação dos envolvidos, maior a capacidade de independência/autonomia em relação às influências externas.

A ação do poder público sai da condição de “compensação social” para o “apoio à produção comunitária”, negociando investimentos de médio a longo prazo, passando a fazer parte do portfólio de governos e instituições para o que podemos chamar de desenvolvimento participativo. A cadeia produtiva é mais bem estabelecida e quase sempre a forma de organização é a cooperativa, pois aumenta substancialmente o rigor administrativo, e elevando a produção da condição de subsistência para a produção escalonada.

A situação da propriedade dos meios de produção passa a ser um marco em relação à baixa complexidade; nesta a maior conquista é a terra (no caso rural), ficando a produção sem maiores avanços; na média complexidade, a organização produtiva (Cooperativa), passa a dominar como proprietária ou societária outros elos da cadeia produtiva. Primeiro a indústria de beneficiamento e depois a indústria de processamento, dependendo do nível organizativo da Cooperativa. Aqui a disputa com o grande capital sai da condição de luta pela propriedade da terra (primeiro meio de produção rural) para a disputa por mercado de produtos industrializados. Porém a disputa ainda se dá de forma incipiente, pois a organização produtiva atende a um

mercado pequeno e com produtos que não estão competindo (ainda) na alta concorrência do mercado, mas é também onde a possibilidade de fracasso está muito presente gerando alguns medos e incertezas.

Algumas experiências de Média Complexidade têm mostrado que a organização produtiva (Cooperativa) tem absorvido cem por cento da propriedade dos meios de produção (caso do Acre), sendo proprietária da terra e da indústria, dominando também sua rede comercial. Estas experiências se revelam também uma verdadeira escola de administração com grandes saltos de qualidade, com algumas dessas cooperativas dominando quase a totalidade da cadeia de sua produção.

Experiências também foram testadas no passado recente, quando logo após a morte de Chico Mendes se tentou beneficiar borracha e castanha do Brasil na CAEX (Xapuri) e borracha na Cooperativa Chico Mendes, em Sena Madureira. Os resultados foram ruins e serviram para criar a imagem negativa para o movimento.

Um das regras fundamentais da Cooperativa é a integralização de recursos financeiros. Na Associação, a quota é na verdade uma colaboração para o funcionamento da entidade e mais para uma simbologia comunitária. Na Cooperativa, a integralização das quotas é um investimento capitalizado, uma poupança do associado que é colocado como um fundo de investimentos na produção, com obrigação de retornar (corrigido) ao associado.

Esta é sem dúvida uma fase muito complexa para as organizações produtivas comunitárias do Acre, até mesmo porque em caso de prejuízo no saldo do balanço, este deve ser rateado com o conjunto dos associados, assim como as rendas e as vantagens. Diferentemente da Associação, que comercializa sua produção de forma individual, a cooperativa que beneficia ou industrializa seu produto, agrega valor pós-colheita e aumenta a capacidade de renda de seu associado.

A Média Complexidade é o momento no qual o PPC já envolve o Público e o Comunitário (PC) nos investimentos de industrialização e beneficiamento da produção. Neste momento o Capital Comunitário poderá ser societário ou proprietário dos meios de produção industrial.

### 3.2.3 - A Alta Complexidade

É a fase industrial de grande escala. Aqui os investimentos são muito altos, com tecnologia de ponta, mercado voltado para a exportação, infraestrutura de alto

custo, a gestão requer muita habilidade e escolaridade, e o faturamento é muito elevado. Nesta fase, poucas são as experiências bem sucedidas de Cooperativas que atingiram tal nível de organização.

Neste ponto é onde se dá de forma muito clara a maneira como o Estado Brasileiro fomenta o capital através da PPP. As políticas públicas de investimento na economia colocam grandes quantias de recursos financeiros na mão da iniciativa privada para esta mover a economia do Brasil, principalmente em infraestrutura, como tem sido a política do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No Acre, o governo local tem promovido o desenvolvimento do Estado numa regra muito parecida, quando recursos públicos são investidos na industrialização do estado, cujas indústrias são repassadas ao capital nacional e local para gerenciar os empreendimentos, obedecendo à lógica de que o capital local não tem a disposição e/ou a competência administrativa para tal nível de investimento. A tradição do capital local está para a produção pecuária bovina no caso do campo e para a construção civil de baixa a média tecnologia no caso urbano, ficando as grandes obras para empresas de fora do Estado.

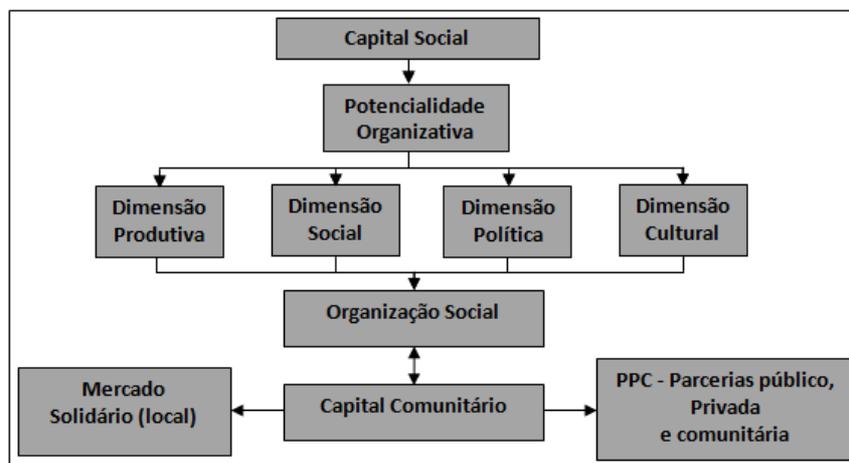
Sendo a industrialização de grande porte uma necessidade para o desenvolvimento do Acre, e estando o Acre muito distante dos centros fornecedores de matéria e de consumo, com uma infraestrutura incipiente, instalar um empreendimento de grande porte requer investimentos que o capital local não tem e o capital nacional não quer investir, ficando então o poder público responsabilizado para isso.

Nesta fase a propriedade dos meios de produção fica quase sempre no modelo PPP, no qual a tradição do capital é assumir também a propriedade dos meios de produção no setor primário (a terra), ou no máximo realizar uma integração com a mini e a pequena produção, dado o volume dos investimentos e a complexidade administrativa, tecnológica e comercial deste processo produtivo. O custo financeiro de um investimento de Alta Complexidade requer que o Estado tenha uma forte participação nos empreendimentos, sem o qual o Capital Comunitário fica inibido de participar do processo.

Entendemos assim que a PPC poderá desempenhar um papel muito importante para a socialização da economia, evitando assim uma concentração e reconcentração de riquezas (financeira, industrial e fundiária) e de poder nas mãos de poucos.

Durante a economia de exploração extrativista, o capital representado pelo seringalista detinha o poder econômico e político do Estado. Depois o capital passou para a classe pecuarista, e agora se promove o capital industrial. Nos dois primeiros, o campesinato não tinha direito à propriedade (posse) da terra. Lutou e conquistou-a e agora precisa participar do processo de industrialização e disputar a propriedade dos meios industriais através do aporte público. O Quadro 07 mostra o organograma da estrutura organizacional do Capital Comunitário e a PPC:

Quadro 07  
Fluxograma do Capital Comunitário e a PPC



Fonte: Colaboração do Prof. Dr. Silvio Simione – Revista do mandato do Senador Sibá Machado

Neste organograma, o capital social se compõe das potencialidades organizativas da dimensão produtiva, da dimensão social, da dimensão política e da dimensão cultural, o que entendemos como sendo o conjunto da organização social, ou o capital social. Este capital social, ao partir para o mercado, em primeiro lugar buscando o abastecimento local e solidário, e entrando para as parcerias públicas, privadas e comunitárias, a PPC, forma o capital comunitário e como tal passa a disputar as políticas públicas e a participação nos investimentos nas cadeias produtivas como sócios proprietários delas ou mesmo assumindo a sua totalidade.

### 3.3 - O MSTR/CNS E O PACTO AGRÁRIO

No início do terceiro mandato do Governo da Floresta (governo de Binho Marques), o MSTR/CNS realizou uma negociação com o Governo do Estado, Prefeituras e Parlamentares do legislativo estadual e federal para levantar recursos financeiros para investimento nos assentamentos de Reforma Agrária, especialmente para a recuperação das vias de acesso (ramais) e o fomento à produção familiar.

O acordo previu que o Governo Estadual, o INCRA, as Prefeituras e a Bancada Federal deveriam destinar recursos financeiros na ordem de vinte e cinco milhões de reais por ano no período de 2007 a 2010, chegando neste último com investimentos na ordem de cem milhões de reais para assim se tentar uma ação mais coordenada pelo poder estadual na execução das políticas para o setor. Neste caso, a Bancada Federal ficou de destinar uma emenda ao Orçamento Geral da União na ordem de doze milhões de reais, as prefeituras juntas contribuiriam com um milhão de reais, o INCRA com sete milhões e o governo estadual com cinco milhões de reais/ano.<sup>36</sup>

Além do entendimento sobre os recursos financeiros, o MSTR/CNS teria participação no fórum de decisão sobre a aplicação desses recursos como também no acompanhamento e fiscalização na execução. Pelas condições do momento, a principal reivindicação das comunidades era a recuperação dos ramais, que também sempre foi a ação que requer maior volume de investimento.

Em negociações posteriores e também pelo surgimento de novas políticas, o Governo da Floresta apresentou um quadro de investimentos envolvendo vários programas para ações em infraestrutura, qualidade da produção, produtividade, etc., totalizando 115,8 milhões de reais para serem executados em 2007/2008, ou seja, atingindo em dois anos as metas previstas para os quatro anos.

Das ações iniciais negociadas no Pacto Agrário, o Governo da Floresta apresentou os seguintes programas e ações: 1) **Desenvolvimento Econômico:** a) Fomento à recuperação de áreas alteradas; b) Modernização e fortalecimento da bacia leiteira; c) Modernização e fortalecimento da cadeia produtiva da castanha; d) Melhoria no sistema do subsídio da borracha; e) Consolidação dos pólos agroflorestais; f) Consolidação do complexo agroindustrial de aves; g) Fortalecimento das compras

---

<sup>36</sup> Esta programação não está considerando os investimentos dos programas do governo federal.

antecipadas de gêneros alimentícios; h) Fortalecimento da Assistência Técnica; i) Aquisição de látex para a fábrica de preservativos de Xapuri; j) Implantação do sistema de defesa animal e vegetal; k) Programa florestas comunitárias, florestas públicas, florestas plantadas e indústria florestal comunitária; 2) **Educação e Saúde**, a) Fortalecimento da atenção básica de saúde via prefeituras e b) Expansão do ensino fundamental e médio e melhoria do transporte escolar; 3) **Meio Ambiente**: a) Implantação do ZEE para a prevenção e conservação do ativo ambiental; b) Programa de regularização fundiária; 4) **Infra-estrutura**: a) Programa Luz para todos (governo federal); b) Programa de recuperação de ramais (principal ponto do Pacto Agrário); c) Limpeza de rios e igarapés.

A negociação do Pacto Agrário previu a realização de encontros anuais para avaliar e redimensionar as ações e os recursos financeiros para o ano seguinte, porém o MSTR/CNS não deu acompanhamento. O propósito do Pacto ficou basicamente na mente do próprio governo, que deixa sua prestação de contas dessas ações referentes aos anos de 2007 e 2008 na sua página na internet ([www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)).

Do ponto de vista das negociações das políticas públicas para o campo, o Pacto Agrário é uma ação entre o MSTR/CNS e as estruturas de governo, porém sua execução se dá através das Associações e Cooperativas, que tiveram no governo de Binho Marques uma atenção mais voltada à organização das cadeias produtivas, conforme a complexidade dessas cadeias, e suas principais ações foram<sup>37</sup>:

- a) Política de crédito: a cargo do Governo Federal, através do PRONAF<sup>38</sup>, Programa Mais Alimentos e outros. O governo do Estado dispõe de programa “Pró-florestania” cujos recursos financeiros são oriundos dos financiamentos obtidos junto ao BID<sup>39</sup> e ao BNDES.
- b) Política de Assistência Técnica: a cargo do Governo Federal e Estadual, para ampliação e qualificação do quadro de pessoal e equipamentos;

---

<sup>37</sup> Não foi possível realizar uma síntese completa dos investimentos nos Programas do Pacto Agrário, abordamos apenas o programa de ramais e os investimentos nas cooperativas Agroaves, Coopel, Cooperacre e Cooperfloresta.

<sup>38</sup> PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Governo Federal negociado com o MSTR/MST (Movimento dos Sem-Terra) para investimento na Reforma Agrária.

<sup>39</sup> BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

- c) Política de transferência de tecnologias: a cargo do Governo Federal/Estadual através da EMBRAPA<sup>40</sup> (Bacia leiteira, florestas plantadas, mecanização agrícola, etc.);
- d) Política de Comercialização: a cargo do Governo Federal através da CONAB<sup>41</sup> com os programas de “compra antecipada” e “formação de estoques”; e do PRONAF para capital de giro. O governo do Estado fomentou parte da gestão e qualidade da produção;
- e) Melhoria da estrutura produtiva: a cargo do Governo do Estado fomentando transportes, galpões, equipamentos, etc.
- f) Política de Formação continuada de jovens rurais. A Escola da Floresta trabalha a formação de jovens em tecnologia, meio ambiente e gestão.
- g) Política de novos Assentamentos às margens de rodovias asfaltadas e rios de acesso permanente e voltados a uma cadeia produtiva a cargo do governo Federal, através do INCRA e do governo do Estado. O Assentamento Baixa Verde no cruzamento das BRs 317 e 364 (asfaltadas) será para a produção de grãos e está a 25 km de Rio Branco.

Observamos em trabalho de campo que o MSTR/CNS suspendeu as negociações diretas sobre o Pacto Agrário com o Governo do Estado, porém o governo continuou o que considera como sendo o cumprimento de suas responsabilidades acordadas no Pacto em diversos programas desenvolvidos através de suas secretarias e nos convênios e contratos com o governo federal e as prefeituras. Na Tabela 07 observamos alguns dos investimentos destinados à recuperação e asfaltamento de ramais, principal ponto das negociações do Pacto Agrário:

---

<sup>40</sup> EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

<sup>41</sup> CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento.

Tabela 07

Cronograma dos investimentos em ramais no período 2007/2010<sup>42</sup>

ITEM	NOME	EXTENSÃO (km)	VALOR DO CONVÊNIO
1	CALHA NORTE 2007 A 2009 (ASFALTO)	66,26	17.013.509,24
2	BNDES 2008 A 2010 (ASFALTO)	257,49	80.475.049,19
3	INCRA 2008 A 2010 (PIÇARRAMENTO)	318,46	39.638.288,75
4	SUFRAMA 2008 A 2009 (PIÇARRAMENTO)	180,94	11.068.750,00
<b>TOTAL CONTRATADO</b>		<b>823,15</b>	<b>148.195.597,18</b>

Fonte: DER/AC – Governo do Estado do Acre.

A Tabela 07 nos mostra que a meta inicial de se investir 100 milhões de reais nos quatro anos do governo Binho Marques foi ultrapassada, sendo que em informação verbal do Diretor Geral do DER/AC, Marcos Alexandre, o governo de Jorge Viana asfaltou 50 km de ramais, e o governo Binho Marques ampliou para 323 km.

O Cooperativismo do campesinato, por sua vez, passou a liderar as negociações com o governo do Estado, especialmente as cooperativas organizadas em cadeias produtivas buscando manter os investimentos diretos e indiretos para o setor e se constituindo como uma importante ferramenta de luta do campesinato na fase da luta na terra.

Na Tabela 08 observamos o cronograma dos principais investimentos públicos negociados pelas cooperativas Cooperacre, Coopel, Agroaves e Cooperfloresta no período 2007/2010, fruto dos entendimentos do Pacto Agrário.

<sup>42</sup> Os dados desta tabela não correspondem ao total dos investimentos realizados no período. Segundo o governador Binho Marques, o governo publicará uma prestação de contas completa dos resultados do Pacto Agrário até junho/2010.

Tabela 08  
Cronograma de investimentos e capital de giro na  
Coopel/Cooperacre/Agroaves/Cooperfloresta no período de 2007/2010

(Valores em  
reais)

Cooperativa	Modalidade de Investimento	2007	2008	2009	2010	Total
Coopel	<b>Capital de Giro</b>	<b>518.000,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>412.056,00</b>	<b>1.100.000,00</b>	<b>2.430.056,00</b>
	Conab	518.000,00	-	412.056,00	600.000,00	1.530.056,00
	Banco da Amazônia S.A.	-	400.000,00	-	500.000,00	900.000,00
	<b>Máquinas/equipamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.273.103,62</b>	<b>413.180,00</b>	<b>1.686.283,62</b>
	Banco da Amazônia S.A	-	-	376.490,00	-	376.490,00
	Seaprof (BID)	-	-	896.613,62	413.180,00	1.309.793,62
<b>Subtotal</b>		<b>518.000,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>1.685.159,62</b>	<b>1.513.180,00</b>	<b>4.116.339,62</b>
Cooperacre	<b>Capital de Giro</b>	1.500.000,00	1.500.000,00	3.800.000,00	4.990.000,00	11.790.000,00
	Conab	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000.000,00
	Banco da Amazônia S.A.	-	-	2.000.000,00	3.000.000,00	5.000.000,00
	Banco do Brasil S.A.	-	-	300.000,00	490.000,00	790.000,00
	<b>Máquinas/equipamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.447.267,04</b>	<b>11.500.000,00</b>	<b>15.947.267,04</b>
	Seaprof (BNDES)	-	-	2.922.133,28	11.500.000,00	14.422.133,28
	Seaprof (BID)	-	-	1.525.133,76	-	1.525.133,76
<b>Subtotal</b>		<b>1.500.000,00</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>8.247.267,04</b>	<b>16.490.000,00</b>	<b>27.737.267,04</b>
Agroaves	<b>Capital de Giro</b>	-	56.000,00	338.515,00	-	<b>394.515,00</b>
	Banco da Amazônia S.A.	-	56.000,00	338.515,00	-	394.515,00
	<b>Máquinas/equipamentos</b>					<b>4.137.000,00</b>
	Seaprof (BID)	-	-	2.537.000,00	1.600.000,00	4.137.000,00
<b>Subtotal</b>		<b>-</b>	<b>56.000,00</b>	<b>338.515,00</b>	<b>-</b>	<b>4.531.515,00</b>
Cooperfloresta	<b>Capital de Giro</b>	-	400.000,00	-	250.000,00	650.000,00
	Banco da Amazônia S.A.	-	400.000,00	-	-	400.000,00
	BNDES	-	-	-	250.000,00	250.000,00
	<b>Máquinas/equipamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.000.002,00</b>	<b>1.000.002,00</b>
	BNDES	-	-	-	1.000.002,00	1.000.002,00
<b>Subtotal</b>		<b>-</b>	<b>400.000,00</b>	<b>-</b>	<b>1.250.002,00</b>	<b>1.650.002,00</b>
<b>Total</b>		<b>2.018.000,00</b>	<b>2.356.000,00</b>	<b>10.270.941,66</b>	<b>19.253.182,00</b>	<b>38.035.123,66</b>

Fonte: SEAPROF – Governo do Estado do Acre

Como visto na Tabela 08, o Pacto Agrário teve efeitos muito significativos para as cooperativas organizadas em cadeias produtivas, mobilizando recursos em investimento e capital de giro na ordem de trinta e oito milhões de reais entre 2007/2010. Estes recursos foram muito importantes para a consolidação dos empreendimentos cooperativos e para o início das PPCs. Os recursos públicos são a fundo perdido e os bancários são de programas com baixa taxa de remuneração e prazos de pagamento facilitados.

### 3.4 - O MSTR/CNS E O COOPERATIVISMO COMO FERRAMENTA DE LUTA COMUNITÁRIA

Para Fleury, apud Silva (2005, p. 276 e 277), cooperativa é uma sociedade de pessoas e não de capital, organizada sob princípios e que procura prover seus membros de bens e serviços, observando-se que a cooperativa é uma organização que mesmo inserida no sistema capitalista se distingue das empresas privadas por seus objetivos e sua forma organizacional.

Cumprir observar que o objetivo principal de uma empresa capitalista é o lucro, enquanto que a empresa cooperativa distribui-o enquanto renda a seus associados, buscando também assegurar um conjunto de valores, ideias e formas de organização da produção e do consumo de bens e serviços, tendo como propósito não apenas o conjunto de pessoas, mas o indivíduo através do conjunto.

Portanto, cooperativismo protege a economia dos trabalhadores, sendo assim uma forma de pensar e coordenar a economia da comunidade, sendo daí que se projetam as relações que transcendem a realidade capitalista. Ainda sobre estas considerações, têm-se a consciência de que sozinhos são fracos e somente a união os transforma em força social perante a sociedade local e o mercado.

A organização comunitária cooperativa, seguindo o método do ver, julgar e agir, considera como atitudes de bom comportamento de um associado: i) **A democracia**, participação de todos nas tomadas de decisão e no compartilhamento das informações; ii) **A cooperação**, trabalhar em conjunto e atender sempre aos interesses coletivos; iii) **A honestidade**, respeito e cuidado com a organização e as coisas dos demais; iv) **A responsabilidade**, de cumprir os compromissos assumidos; v) **A**

**tolerância**, com as outras pessoas e seus pontos de vista; vi) **A franqueza**, falar o que pensa de maneira elucidativa e objetiva; e vii) **O respeito**, respeitar para ser também respeitado é o lema de um cidadão (SILVA, op.cit., p. 280).

Tivemos várias experiências de cooperativismo desde o início da revolução industrial na Europa. Porém o registro mais notório se deu a 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, na cidade de Manchester, na Inglaterra, quando um grupo de 28 tecelões iniciam o movimento em reação à exploração de trabalho de mulheres, homens e crianças em jornadas de até 16 horas/dia, salários irrisórios, moradia insalubre e desemprego. Naquele momento a constituição de uma pequena cooperativa de consumo no então chamado "Beco do Sapo" (Toad Lane) estaria mudando os padrões econômicos da época e dando origem ao movimento cooperativista (Sescoop/SP: <http://www.potaldocooperativismo.org.br>)

Tal iniciativa foi motivo de deboche por parte dos comerciantes da época, mas logo no primeiro ano de funcionamento o capital da sociedade aumentou para 180 libras e, cerca de dez anos mais tarde o "Armazém de Rochdale" já contava com 1.400 cooperantes. O sucesso dessa iniciativa passou a ser um exemplo para outros grupos (Sescoop/SP: <http://www.potaldocooperativismo.org.br>).

O cooperativismo se espalhou pelo mundo, sendo uma organização aceita em todos os países e por todas as correntes políticas de que se tem notícia, reunindo pessoas de diversos grupos sociais com interesses comuns e visão de ajuda mútua, solidariedade, organização, direitos e deveres de todos reunidos numa comunidade.

A cooperativa tem como pressuposto o cuidado com a pessoa humana em primeiro lugar, e não o lucro, conquanto tenha em matéria de organização o dever de melhorar a renda, a produtividade e a qualidade de vida de seus associados, sendo a propriedade de bens e de resultados de toda a coletividade.

Desde suas origens, o pensamento associativista e a prática cooperativa, desenvolveram-se como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado. SANTOS, apud Hirst (2005, p. 33), diz que como teoria social o associativismo é baseado em dois postulados: i) a defesa de uma economia de mercado baseada em princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e ii) a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil. Para Santos (op. cit., p. 43):

A afirmação fundamental do socialismo de mercado é que a forma viável e adequada de perseguir os fins socialistas de solidariedade e igualdade é uma combinação entre mecanismos de mercado e planejamento econômico na qual o mercado tenha um papel preponderante [...] segundo esta perspectiva, não existe uma relação necessária entre mercado e capitalismo. O mercado é um mecanismo (o mais eficiente que conhecemos) de coordenação das decisões econômicas descentralizadas. Por si próprio, o mercado não gera inevitavelmente os níveis de desigualdades e alienação que caracterizam o capitalismo. Tais efeitos são próprios, [...] dos mercados capitalistas [...] é possível, então, fazer reformas radicais no regime da propriedade e em outras instituições, [...] exige-se, em especial, que as empresas sejam de propriedade dos trabalhadores, que funcionem como cooperativas de trabalhadores [...] (SANTOS, apud Hirst, 2005, p. 33).

Santos (op. cit., p. 34) enumera os princípios básicos que regem o cooperativismo, desde sua origem, da seguinte forma: i) o vínculo aberto e voluntário (livre adesão), estando as cooperativas sempre abertas a receberem novos associados; ii) gestão e controle democrático, as decisões em assembléia seguem o critério de um sócio, um voto; iii) a participação nos resultados; iv) a autonomia em relação ao estado e outras organizações; v) o compromisso com a formação dos associados; vi) a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e internacionais; e vii) a contribuição para o desenvolvimento da comunidade de seu entorno. Estes princípios foram ratificados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) através da Recomendação n° 193, de 03 de junho de 2002.

A recomendação definiu também o conceito de cooperativismo como sendo “uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais por meio de uma sociedade de propriedade comum e de gestão democrática”.

Santos (op. cit., p. 36) chama a atenção para o fato de as cooperativas tenderem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas. Isto se dá devido a seus trabalhadores serem também proprietários e terem maior incentivo econômico e moral para dedicar tempo e esforço de trabalho, beneficiando-se ainda mais quando a cooperativa prospera. O mesmo não ocorre nas empresas capitalistas que colocam a tudo e a todos a serviço do lucro, o qual, por mais que cresça, é sempre apropriado pelo seu proprietário.

As linhas de pensamento do cooperativismo no mundo tiveram origem em pensadores socialistas do século XIX, e seus principais idealizadores foram: a) Robert Owen, que pregou a idéia de transformar os indigentes e desempregados da Inglaterra em cooperados através das aldeias cooperativas; b) Willian King incentivou a criação de

um fundo no qual seus associados deveriam adquirir terras e casas, seu princípio era de que o trabalhador deveria melhorar sua situação por si mesmo; c) Charles Fourier propôs um tipo de organização comunitária chamada falanstério como divisão do trabalho, publicou obras com duras críticas ao sistema, sendo considerado um socialista utópico romântico; d) Charles Gide propôs a substituição do sistema capitalista por uma república cooperativa, no qual a soberania cabia ao consumidor. A história e o desempenho do cooperativismo mostra que este é sem dúvida o maior movimento social do mundo em todos os tempos (VEIGA e FONSECA, 1999).

<sup>43</sup>Na Itália, no início da década de 1980, incentivados pela Igreja Católica, nasceu o movimento cooperativo que eles denominaram de “cooperativas sociais”. Este movimento passou a organizar trabalhadores em situação “especial” que eles chamam de desvantajados.

Desvantajados são os trabalhadores com dificuldades físicas, mentais, dependentes químicos, presidiários e outros tipos de problemas pessoais e sociais. São trabalhadores que naturalmente têm muitas dificuldades para encontrar trabalho e até mesmo uma escola em que possa adquirir uma profissão com qualificação técnica. Assim, as cooperativas sociais admitem em seus quadros de associados um mínimo de trinta por cento de pessoas especiais, qualifica-os em uma profissão, inserem-nas no mercado de trabalho e ao mesmo tempo trabalham pela recuperação de seu problema, seja de saúde ou social. As cooperativas sociais são um sucesso de organização na Itália e já há iniciativas sendo tomadas em outros países em vários continentes.

<sup>44</sup>Uma das mais bem sucedidas experiências de cooperativismo no mundo é o da Mondragón Corporação Cooperativa – MCC do país Basco na Espanha que já conta com mais de cem mil associados. A experiência iniciou-se em 1950 com a criação da escola para a formação profissional de jovens pelo reverendo D. José Arrizmendiarieta.

Somente em 1956 é formada a primeira empresa associativa do que iria se tornar o grupo Mondragón: a Talleres ULGOR. Cerca de um ano e meio depois, a empresa é transformada em cooperativa de trabalho associado para a fabricação de aquecedores a querosene.

Com o tempo e o crescimento, a MCC expandiu suas atividades sempre criando novas cooperativas vinculadas ao sistema através da intercooperação (marca de

---

<sup>43</sup> As informações estão embasadas em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

<sup>44</sup> Idem.

sucesso da corporação), e em 1959 é criada a cooperativa de crédito Caja Laboral Popular (CLP), que centraliza todas as questões financeiras e de seguridade social do grupo de cooperativas, que são cerca de 120, operando com produtos industriais, financeiros, bens de consumo, agricultura, educação, construção civil, pesquisa e serviços sociais.

O custo de entrada no sistema cooperativo é de 14.000 € (2008), uma quantia que é deduzida progressivamente dos salários sobre um longo período. Ser membro de uma das cooperativas do grupo abre o direito a uma participação correspondente a 20% dos lucros do conjunto, à adesão automática ao sistema complementar de saúde e de aposentadoria da empresa, a empréstimos com juros preferenciais. Representa também uma segurança de emprego relativamente grande. O nível de formação no decorrer da vida é elevado, conforme os 10% exigidos na Espanha. Um acesso à Universidade técnica aos centros de formação para a gestão é igualmente garantido (HITCHMAN, <http://base.d-p-h.info/es/fiches/dph/fiche-dph-7695.html>).

#### 3.4.1 – O cooperativismo no Brasil

O movimento iniciou-se na área urbana, com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Depois, expandiu-se para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de se espalhar em Minas Gerais (OCB, [www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br)). Diversas correntes de pensamento sobre o cooperativismo surgiram ao longo do tempo, todas organizadas em nível local, estadual, regional e nacional, sendo que algumas delas estão também associadas à ACI (Aliança Cooperativa Internacional), órgão de representação internacional das cooperativas.

Conforme a lei 5.764, de 16/12/1971, “cooperativa é uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviço aos seus associados”. É uma associação voluntária de no mínimo vinte pessoas, com fins econômicos, que exercem uma mesma atividade para realizar objetivos comuns, que, para tanto, contribuem equitativamente para a formação do capital necessário por meio da aquisição das quotas-partes e aceitam assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento, sendo regida pelo princípio

democrático de cada associado um voto. Os excedentes ou sobras são distribuídos na proporção do trabalho de cada cooperado (VEIGA e FONSECA, 1999, p. 43).

Conforme a OCB, o cooperativismo brasileiro cresceu em 2008, gerando mais emprego e renda para associados, familiares e comunidades onde há cooperativas. Nos municípios e comunidades onde há cooperativas, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi de 0,701, enquanto em municípios que não há cooperativas o IDH foi de 0,666. Em 2008, o cooperativismo contabilizou 7.682 cooperativas e 7.887.707 associados. O total de empregados contratados pelas cooperativas atingiu 254.556 trabalhadores, o faturamento das cooperativas alcançou a marca dos R\$ 84,9 bilhões em 2008, representando 40% do PIB agropecuário e 6% do PIB nacional, exportando 4,01 bilhões de dólares e investindo cerca de 10 bilhões de reais, envolvendo aproximadamente 13 milhões de pessoas em todo o país (OCB, [www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br)).

No Brasil, em que pese à unicidade cooperativa imposta pela lei n° 5.764, de 16/12/1971, na prática nunca houve consenso sobre isso. Muitas formas e pensamentos sobre o cooperativismo já havia desde seu nascimento até o momento atual. No quadro a seguir observamos as principais correntes de pensamento do cooperativismo brasileiro:

## Quadro 08

### Organizações cooperativas do Brasil e suas características

Organização	Características
<b>ANTEAG:</b> Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.	Autogestão de empresas falidas
<b>UNISOL BRASIL:</b> União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil.	Autogestão de empresas falidas
<b>UNICAFES:</b> União Nacional de Cooperativas da agricultura Familiar e Economia Solidária.	Representa basicamente as cooperativas da agricultura familiar
<b>OCB:</b> Organização das Cooperativas Brasileiras.	Apresenta-se como o cooperativismo oficial e patronal por força da lei 5.764, de 16/12/71.
<b>CONCRAB:</b> Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.	Representa a forma produtiva do MST e reúne as cooperativas dos assentados da Reforma Agrária.
<b>ANCOSOL:</b> Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária.	Apresenta-se como de orientação à Economia Solidária.

Fonte: As páginas da internet das respectivas organizações (ver nas referências bibliográficas). Org. Sibá Machado.

#### 3.4.2 – O associativismo rural no Acre

As organizações sindicais rurais do Acre lideraram a luta pela conquista da terra entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira da década de 1980, quando foram criados os primeiros projetos de assentamento. Até aí a organização comunitária mais importante era o sindicato, que respondia por todos os problemas da categoria. Com o assentamento, as famílias assentadas deixavam a condição de sem-terra para a condição de pequeno proprietário, e agora tendo que produzir uma agricultura especialmente de culturas temporárias como o milho, o arroz, o feijão e a mandioca. A nova realidade trouxe a necessidade de estradas, armazéns, financiamento, assistência técnica, transporte para a produção e principalmente o mercado.

Na década de 1980, o governo do estado passou a incentivar a criação de associações de produtores através da empresa de assistência técnica e extensão rural, a Emater. O primeiro critério adotado para a criação de uma associação era a proximidade

de residência do tipo “Associação dos Pequenos Produtores e Moradores do ramal...”, e em muitos casos a associação era criada sob interesse de clientelismo político, e poucas delas tiveram de fato um papel organizador da comunidade, da produção e da comercialização.

O principal papel da direção dessas associações era a reivindicação de ramais, escolas, posto de saúde e o transporte da feira. Quase sempre a produção era tão pequena que o caminhão transportava toda a produção da comunidade em uma única viagem e uma vez por semana. A política adotada pelo governo do estado e pelo INCRA para a distribuição de máquinas e equipamentos a essas associações estava mais para a cooptação e subordinação desses dirigentes do que para o desenvolvimento das comunidades.

O movimento de reivindicação pelas estradas, escolas e postos de saúde era anual e liderado pelos sindicatos de trabalhadores rurais – STR e tinha como alvo principal de seus embates a sede do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), pois se tratava de relações com o governo federal e a dependência dos projetos de assentamento.

Em contraposição à ação política do Governo do Estado e do INCRA na época, a CPT passa a orientar também a criação e funcionamento de diversas associações de pequenos produtores rurais, pregando a autonomia em relação ao poder público, melhor gestão de sua direção, melhor capacidade de reivindicação e melhor condição para adquirir bens de uso coletivo.

As associações de pequenos produtores são organizações mais livres do controle público do que as cooperativas, mais que tiveram muitas dificuldades de organizar as cadeias produtivas e sua produção, o mercado e a agroindústria. A terra uma vez desmatada era colocada em produção apenas no primeiro ano. Para as famílias de baixíssimo poder aquisitivo, a terra era abandonada após a colheita para criar capoeira e ser reutilizada depois, para as famílias com melhor situação, após a colheita da safra de grãos, plantava pasto e passava a criar gado bovino, situação que levou a um forte desmatamento e à pecuarização nos assentamentos, empobrecimento dos solos e perda de mananciais.

O INCRA criava os assentamentos subdividindo-os em lotes com formatos retangulares e sem observar as condições de relevo, recursos hídricos, fauna e flora. O que valia era apenas o quantitativo e as metas de assentamentos definidas pelas políticas

do governo federal para encontrar a solução para os conflitos agrários. A produção dos assentamentos teve a característica de ser de subsistência, o que deixou a rede de armazéns do estado praticamente abandonada por muito tempo por falta de produtos, especialmente grãos.

A associação tem como objetivos básicos a instituição de uma entidade capaz de viabilizar ganhos para seus associados, podendo assim efetuar convênios, acordos, contratos, receber doações e legados de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras, buscando a promoção social e cultural de seus membros. Quanto à formação do quadro de associados, não há limite mínimo ou máximo para a constituição de uma associação, recebendo sócios efetivos e honorários em seu quadro (SILVA, 2005, p. 297). A associação não estipula a quota-parte de seus associados, como é caso da cooperativa, cobrando apenas uma mensalidade (simbólica) que também é chamada de jóia, cuja arrecadação é transformada em doação para manutenção das despesas administrativas da entidade.

Como a produção é individualizada e dentro das condições já elencadas, esta se torna difusa, insipiente, de baixa qualidade, o que definimos então a associação como organização embrionária do cooperativismo no Acre. Uma situação inusitada é quanto à participação de camponeses oriundos do sul do Brasil e os de origem local no corpo social das Associações e Cooperativas, conforme nos afirma Silva:

Há uma distinção que deve ser feita quanto à opção pela modalidade de organização. As associações, inicialmente, progredem mais entre os trabalhadores migrantes, nos PADs e em áreas de colonização. Já as cooperativas sobressaíram-se mais entre os trabalhadores locais, nos Projetos de Assentamento Extrativistas e nas Reservas Extrativistas. Isto deve ser entendido no sentido de que, dadas as lutas políticas que os trabalhadores locais já travavam nos STRs, as conquistas que eram buscadas nessas organizações coletivas eram fortemente marcadas pela necessidade de maior espaço no mercado. Já os trabalhadores migrantes, por um lado, traziam experiências negativas do cooperativismo que viveram no centro-sul; por outro, as associações, para muitos não sindicalizados, eram instâncias também de embates políticos. Daí, no avanço da luta, estes chegam à estratégia de unir as associações fazendo surgir as Centrais de Associações (SILVA, op. cit. p. 281).

Se, de um lado, a eclosão dos assentamentos de reforma agrária foi responsável pela eclosão de associações de pequenos produtores, a situação se acirrou na década de 1990 com o movimento O Grito da Terra Brasil. Iniciado em 1992, as organizações sociais rurais do Acre, Pará e Rondônia, tiveram como principal conquista a

democratização dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Até então as associações tinham sido contempladas apenas com o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), criado em 1985 pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária, que se revelou insuficiente para um investimento adequado.

O Banco da Amazônia criou uma linha especial de crédito para a agricultura familiar chamada de FNO – Urgente e adotou como critério para a liberação que os pequenos agricultores estivessem associados à Associação ou Cooperativa de mini e pequenos produtores e se compusessem de no mínimo cinquenta associados, exigindo também a total regularização da entidade e de sua diretoria com o fisco e as obrigações cartoriais. Foi com isso que o movimento associativo e cooperativo se revelou em total desorganização burocrática e administrativa. Foi um verdadeiro corre-corre para organizar a papelada das associações para poderem acessar o crédito.

No Grito da Terra de 1994, a CUT e a FETACRE receberam duras críticas por não considerar os seringueiros como beneficiários do FNO. Isto provocou várias conversas entre as lideranças do movimento com apoio do prefeito de Rio Branco da época (Jorge Viana) e técnicos da prefeitura para elaborar uma proposta de crédito especial para os seringueiros.

Nasce assim o Programa de Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX) que foi negociado em Brasília no gabinete da Senadora Marina Silva com a bancada federal do Acre, o Diretor da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o diretor presidente do Banco da Amazônia (BASA), sendo transformado em linha de crédito do FNO em 1995. O Prodex também exigia a constituição de associações e cooperativas dos seringueiros, extrativistas e pescadores artesanais para acessar o financiamento.

No grito da Terra de 1995, o MSTR negociou a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O MSTR e o MST consideravam a necessidade de universalizar as políticas públicas para todo o país para assim atender melhor as demandas do campesinato.

Em 1998 o PRONAF substituiu o PROCERA e foi disponibilizado em todo o país tornando-se a principal linha de crédito para a produção familiar estendendo-se para comunidades indígenas, quilombolas, mulheres e jovens camponeses. Algumas

linhas do PRONAF também exigem a organização associativa e cooperativa para ser acessado.

Podemos afirmar que a luta pela infraestrutura como as estradas vicinais e pontes foi a principal bandeira dos movimentos sociais e consecutivamente das associações rurais na década de 1980. O crédito rural subsidiado foi o principal elemento motivador das mobilizações na década de 1990.

A disputa política pela liderança no MSTR tinha, de um lado, a influência de dirigentes ligados à CONTAG e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido que dirigia o governo estadual e nacional naquele período. De outro lado, as lideranças ligadas à Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da CUT que disputava o espaço sindical com a CONTAG, e do Partido dos Trabalhadores (PT), principal opositor dos governos em nível nacional e local. Tal relação influenciou fortemente a direção e as lutas das associações naquele momento

A CPT passou a acompanhar e assessorar a criação e o trabalho de diversas associações. Uma das principais experiências da CPT foi a Associação Rural Libertadora na BR 317 (que liga Boca do Acre/AM a Rio Branco/AC), com sede no km 52. Outra experiência vivida pela CPT foi a Associação Rural Santa Inês do PAD Humaitá, no município de Porto Acre, com sede no km 29 da rodovia AC-10 (que liga Rio Branco a Porto Acre).

Duas experiências de Central de Associações acompanhadas pela CPT foram a Central de Associações de Pequenos Produtores de Brasileia e Epitaciolândia (CAPEB) que teve um período de muito sucesso e crescimento, e a Central de Associações Bom Jesus do Abunã, em Plácido de Castro, que nunca conseguiu maiores feitos. Estas Centrais reuniam um conjunto de associações de pequenos produtores rurais com o objetivo de praticar a comercialização da produção e facilitar o escoamento dos produtos de seus associados. Podemos entender que ao propiciar a compra e revenda de produtos industrializados para o consumo das famílias, a central estava na verdade dando alguns passos para uma cooperativa de consumo. A CAPEB abriu sua própria loja de revenda em Brasileia. No Quadro 08 veremos as principais Associações, Cooperativas e Centrais criadas no período entre o final da década de 1970 e primeira metade da década de 1990:

## Quadro 09

Principais Associações e Centrais criadas pela CPT no período da segunda metade dos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990

Organização	Modalidade	Sede e abrangência	Observações
Bom Jesus do Abunã	Central de Associações	Plácido de Castro – Todo o município	Extinta
CAPEB/COMPAEB	Central de Associações	Brasileia – Assis Brasil e Eptaciolândia	Atualmente passa por dificuldades financeiras
Libertadora	Associação	Km 52 da BR 317 (Estrada de Boca do Acre) – Comunidades do entorno	Atualmente é associada da Cooperacre. Reduziu muito sua importância política.
Santa Inês	Associação	Porto Acre – Todo o município	Extinta

Fonte: Silvio Simione da Silva (2004), adaptado por Sibá Machado.

Estas Centrais e Associações foram marcantes para a “organização comercial”<sup>45</sup> dos produtores rurais, sendo que várias delas chegaram a estabelecer postos de compra e venda na cidade e também organizaram algumas experiências de transporte da produção. Porém nunca conseguiram trabalhar as cadeias produtivas e industrialização de seus produtos e, diante de tantas outras dificuldades, faliram ou estão com sérios problemas financeiros e administrativos. Consideramos que a conjuntura econômica e política do Estado e do Brasil não eram de muitas esperanças, o ambiente para o setor estava desanimador, a produção dessas comunidades era incipiente, com baixo excedente e com produtos de baixa agregação de valor, fatores que levaram estas experiências a extremas dificuldades.

Além do quadro já visto, também tivemos o trabalho de Organizações não Governamentais – ONGs como o Grupo de Pesquisa em Sistemas Agroflorestais (PESACRE) e o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA). O primeiro atuando fortemente na Associação Rural Novo Ideal, no ramal do km 12 (ramal do granada) no município de Acrelândia, para a produção e beneficiamento de banana e café. O segundo atuando inicialmente com a CAEX em Xapuri e depois com a Associação dos Seringueiros do PAE – Porto Dias, no município de Acrelândia, para a produção

<sup>45</sup> Estas Centrais de Associações priorizaram a comercialização da produção e não o processo de beneficiamento e industrialização de seus produtos.

madeira através do manejo comunitário. Como vemos, o trabalho dessas ONGs teve preocupações com a organização da produção em escala e buscaram avançar na cadeia produtiva, inserindo no processo produtivo a indústria de beneficiamento.

No Acre as Associações rurais têm como marca produtiva produtos de agricultura rotativa (lavoura branca), produtos de baixo aproveitamento industrial e, portanto, pouco capazes de incidir novas etapas do processo produtivo. Esta produção utiliza tecnologias tradicionais dificultando novos aprendizados, pouca mecanização e, por fim, uma dispersão da organização. Talvez esses tenham sido os principais motivos da falência das Associações e suas Centrais de representação que não conseguiram organizar-se em cadeias produtivas e superar a fase da subsistência.

### 3.4.3 – O cooperativismo no Acre

O Cooperativismo acriano é composto atualmente por 138 cooperativas com registro na Junta Comercial, 75 delas estão filiadas e representadas pelo sistema OCB/SESCOOP e, como tal, vinculadas a este sistema em nível nacional. O sistema OCB não filia associações de produção de maneira direta, apenas indiretamente, como é o caso da Cooperacre, que é uma cooperativa central de associações de agricultores e seringueiros. O sistema UNISOL, por sua vez, admite as duas formas organizativas que representam atualmente 30 entidades.

A estrutura da OCB/SESCOOP/AC está subdividida em sete ramos de trabalho, sendo eles: i) **Agropecuário** – composto pelas Cooperativas de produtores rurais, extrativistas, agropastoris e pesca, onde os meios de produção pertençam aos associados; ii) **Turismo** – composto pelas Cooperativas de serviços turísticos, artísticos de entretenimento, de esporte e de hotelaria; iii) **Crédito** – composto pelas Cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus associados; iv) **Produção** – composto pelas Cooperativas dedicadas à produção de bens e produtos onde os associados sejam os donos dos meios de produção e que pratiquem um comércio livre; v) **Saúde** – composto pelas Cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana, formadas por profissionais que prestam assistência médica, odontológica, psicológica, enfermagem, etc.; vi) **Trabalho** – composto pelas Cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos seus associados; e vii) **Transporte** –

composto pelas Cooperativas que atuam no setor de transporte de pessoas e cargas, onde os meios de trabalho pertençam aos associados individualmente ou coletivamente.

Na Tabela 09 vemos a estrutura organizativa da OCB/SESCOOP/Acre e seu potencial de representação financeira, e na Tabela 10 vemos a estrutura organizativa das Cooperativas vinculadas ao sistema UNISOL/AC:

Tabela 09

Estrutura organizativa da OCB/SESCOOP/AC

Ramo de atividade	Nº de Cooperativas associadas	Quadro de associados	Patrimônio físico/financeiro (R\$) <sup>46</sup>	Empregados
Turismo	01	20	0,00	00
Saúde	02	193	50.912.500,00	07
Crédito	06	3.099	8.849.699,15	44
Transporte	09	386	7.331.600,87	21
Produção	13	1.942	12.383.579,00	122
Trabalho	17	1.301	4.161.170,00	00
Rurais/Diversas	27	1.437	889.300,70	27
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>8.378</b>	<b>84.527.849,72</b>	<b>221</b>

Fonte: OCB/SESCOOP/Acre. Organizado por Sibá Machado.

<sup>46</sup> Dados fornecidos à OCB/SESCOOP pelas Cooperativas com base no balanço de 2008.

Tabela 10

Estrutura organizativa das Cooperativas vinculadas ao sistema UNISOL/AC

Setorial de atividade	Nº de Cooperativas	Quadro de associados	Patrimônio físico/financeiro (R\$) <sup>47</sup>	Observações
Alimentação	7	168	-	Diversos tipos
Agricultura Familiar	12	993	-	Especialmente dos PEs
Artesanato	4	84	-	Em muitos casos é um complemento de renda.
Serviços	7	1.299	-	Composto pela CBCRED e serviços gerais
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>2.544</b>	<b>-</b>	

Fonte: UNISOL/AC, dados de 2009. Organizado por Sibá Machado.

Em trabalho de campo, observamos a existência apenas dos sistemas OCB e UNISOL com representação no Acre, sendo que a UNISOL se apresenta como vinculada à economia solidária, tendo em sua estrutura organizações cooperativas e associações de trabalhadores com maiores dificuldades de trabalho e formação profissional. Em que pese à UNISOL ter sido criada para organizar cooperativas de trabalhadores em autogestão, no Acre, a única cooperativa em autogestão é a COOPEL, que é filiada ao sistema OCB. Assim, a UNISOL acaba por promover um trabalho de fortalecimento de organizações mais carentes da sociedade.

O cooperativismo rural acreano teve uma trajetória diferente do associativismo. Uma das primeiras experiências de cooperativas pós-conquista da terra no Acre foi a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX, fundada pelo movimento que criou o CNS, que de imediato se propôs organizar a produção da borracha e da castanha do Brasil (*bertolletia excelsa*), instalando as usinas de beneficiamento para estes produtos e um pequeno supermercado.

A CAEX se estruturou na reserva extrativista Chico Mendes extrapolando os limites do município de Xapuri. Poucas foram as cooperativas criadas no Acre naquele período, se comparado ao número de associações. Diante das exigências administrativas

<sup>47</sup> Os dados não foram fornecidos pela fonte.

do Banco da Amazônia para a liberação do crédito do FNO, tanto na forma individual como coletiva, a CAPEB se viu obrigada a se transformar (sob protestos) numa cooperativa, passando a ser Cooperativa das Associações de Pequenos Produtores de Brasileia e Epitaciolândia (COMPAEB).

Podemos considerar como a terceira fase do associativismo e do cooperativismo no Acre, quando da chegada do Partido dos Trabalhadores e da FPA ao governo do estado no ano de 1999. O governo retomou o setor produtivo que estava paralisado. Uma das primeiras ações foi a criação da lei nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999 (lei Chico Mendes), que subsidiou a produção de borracha nativa e a retomada dos seringais. Nos moldes do FNO, a lei exigiu também a organização de associações e cooperativas para acessar o subsídio, processo que também exigiu a emissão de nota fiscal de venda da produção, situação impensável até então por essas organizações.

Outra ação do governo foi a retomada do crédito do FNO para o setor incentivando a produção mecanizada de grãos, o crédito através de Associações e Cooperativas e a introdução da farinha de mandioca nas compras da CONAB<sup>48</sup> para a formação das cestas básicas distribuídas no Estado. Diversas outras políticas foram implantadas pelo governo e que, no afã de valorizar as organizações comunitárias, também criou algumas cooperativas para assumirem a coordenação e implantação de suas políticas. O caso mais notório foi a criação da COOPERACRE, a qual passou por mudanças profundas até conseguir sua estabilidade, e hoje é uma das mais bem sucedidas no Estado.

Diante da conjuntura atual, a OCB/SESCOOP/Acre tem avançado em intercâmbios entre as Cooperativas urbanas<sup>49</sup> e rurais no Acre e promovido renovações nos estatutos e conselhos de administração/diretorias, buscando maior grau de eficiência e excelência das organizações e seus ramos de atividade quanto à administração. Um dado muito importante sobre a qualificação numérica do quadro de associados entre as

---

<sup>48</sup> A CONAB exigiu que o produto fosse embalado em pacotes de 1kg, classificado e com código de barras. Isto foi um salto para o trabalho da CASAVAJ, Cooperativa vencedora da licitação e por isso teve que reprogramar todo o seu trabalho.

<sup>49</sup> O cooperativismo urbano no Acre seguiu uma trajetória diferente do rural, pois além das características vividas por elas em cada conjuntura, os trabalhadores urbanos, na maioria, são formados por servidores públicos e profissionais liberais, considerados de classe média para os padrões locais. Dessas organizações o cooperativismo de crédito é o mais estruturado e com maior poder financeiro; tem maior autonomia em relação aos governos, maior cobrança de resultados tanto por parte de seus associados, quanto pela legislação financeira nacional e os critérios de funcionamento exigidos pelo Banco Central do Brasil.

Cooperativas urbanas e rurais é que, nas Cooperativas urbanas, cada associado responde por si, é pessoa física; já nas Cooperativas rurais, considera-se a família através de seu provedor (chefe de família), pois o que conta é a unidade produtiva: a terra (sítio ou colocação). Portanto, o quadro de associados das Cooperativas rurais pode ser entendido de forma individual multiplicando o número de sócios pela média de pessoas componentes das famílias (SILVA, 2005, p. 285).

Uma das regras das teorias econômicas é quanto à organização das cadeias produtivas e o dinamismo industrial para a agregação de valor aos produtos, processo em maturação na economia acriana. Dos diversos conceitos sobre desenvolvimento regional, o ponto crucial do pensamento em geografia crítica está na produção, reprodução e acumulação do capital, que promove, assim, a diferenciação regional SMITH (1988). Outro ponto importante desse debate é quanto ao papel do capital social como promotor do desenvolvimento regional; neste caso o capital social é o conjunto das organizações sociais. Para nós, o capital comunitário, sendo o conjunto das organizações produtivas, é capaz de uma transformação sócio-espacial promotora do desenvolvimento regional nas escalas de baixa, média e alta complexidade econômica.

No Acre, o cooperativismo e o associativismo tem assumido um papel de destaque para a organização de seus associados, porém, ainda estão com muitas dificuldades para uma ação mais conjunta diante dos desafios postos pelo momento atual da economia no qual, talvez seja necessário uma atuação em rede.

### 3.5 – O COOPERATIVISMO E A PPC

O PPC tem como propósito inserir o capital comunitário através de suas organizações e redes cooperativas do campesinato no processo industrial, como proprietários destes meios de produção, assumindo seu papel de vanguarda tanto na organização social de suas comunidades (capital social), quanto nas disputas pelas políticas públicas com o Estado e pela propriedade dos meios de produção e mercado local e externo com o capital (capital comunitário), que, para os líderes do Governo da Floresta, colocam-se como sendo um “empate” contra o modelo de desenvolvimento com base no desmatamento e queima das florestas, a PPC poderá também ser entendido como um “empate” sobre a total privatização dos meios de produção na formação das

bases industriais da economia acriana e combatendo a participação na forma da integração.

O debate iniciado a partir do segundo mandato do Governo da Floresta sobre a participação do setor comunitário no processo de industrialização do Estado foi aprofundado no governo Binho Marques, que tem a Cooperacre como o melhor exemplo a ser seguido para a consolidação de uma Participação Pública, Privada e Comunitária – PPC, embora as cooperativas aqui analisadas possam ser entendidas como as diversas formas de participação do capital comunitário no processo de industrialização das cadeias produtivas.

O tema PPC ainda é muito embrionário para o governo, para o MSTR/CNS e para o cooperativismo e o associativismo local, para tanto, achamos importante ouvir as lideranças destas organizações e observar seu entendimento sobre o assunto.

Segundo Boka, o CNS tem como meta principal para o futuro fortalecer a cadeia produtiva. “Estamos acompanhando todo o programa do governo sobre a modernização da produção e pretendemos capacitar os seringueiros para assumirem seu espaço nas cadeias produtivas. Uma coisa é o seringueiro produzir látex para a fábrica de preservativo, outra coisa é ele fazer parte do negócio, assim como fomos capazes de ganhar a terra, devemos ser capazes de gerir empresas e indústrias, erramos em querer trazer o seringueiro que só sabia cortar seringa para gerenciar a cooperativa, as compras da produção, as vendas, a indústria, etc. É preciso fazer uma coisa de cada vez e fazer bem feito. Estes erros levaram várias cooperativas à falência” (entrevista em 04/02/2010).

Eufnan Amaral (entrevista realizada em 26/01/2010) entende que a PPC garante melhoria de capital social, fortalece as relações das comunidades, das associações e das cooperativas, garante eficiência econômica, tem uma gestão compartilhada e também garante qualidade ambiental, pois, ao melhorar a renda das famílias, estas não precisarão mais desmatar e queimar para produzir. Esta avaliação considera a PPC um avanço na distribuição de renda e concomitantemente na redução dos impactos ambientais.

Nos próximos itens abordaremos sobre as cooperativas que, em nosso entender, podem esclarecer melhor as diversas fases do PPC e o grau de observação de seus associados sobre o processo industrial de sua produção. Não abordaremos de forma detalhada a vida íntima de cada cooperativa, nosso objetivo é apenas captar a linha de

pensamento de seu público quanto às vantagens e perigos do processo de industrialização da economia do Acre. Todos os dados e informações descritas foram fornecidos pelas próprias cooperativas através de documentos ou das entrevistas feitas com seus dirigentes e associados.

### 3.5.1 - A Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários – Cooperfloresta e a PPC

A Cooperfloresta foi fundada em 04/08/2005 por produtores florestais comunitários com o intuito de desenvolver estratégias de consolidação do manejo florestal comunitário no Estado do Acre, através da estruturação da cadeia produtiva e qualificação da relação com o mercado consumidor de madeira certificada (interno e externo).

Atualmente, a cooperativa trabalha com 100 famílias, pertencentes a 07 comunidades extrativistas. Dessas, 04 comunidades estão extraíndo madeira certificada em tora, são elas: (ASPD/PAE Porto Dias; AMARCA/PAE Remanso; AMPPAE-CM/PAE Chico Mendes; e ASPPAAE-SE/PAE Equador). Também está em processo de fechamento da safra 2008 e operando a safra 2009, com volume potencial de produção de 8.000 a 10.000m<sup>3</sup> de madeira em tora, já comercializado, em sua grande parte, no mercado local.

A Cooperfloresta trabalhou para beneficiar sua produção chegando a alugar uma serraria no Distrito Industrial de Rio Branco, porém, devido aos custos operacionais, a cooperativa se desfez do negócio, fechando contrato com a fábrica de pisos de madeira de Xapuri.

Sobre a PPC, a Cooperfloresta foi convidada a participar do consórcio proprietário da fábrica de pisos de Xapuri com 8% das ações (esta indústria foi construída com recursos públicos do governo federal e do governo estadual e repassada para um consórcio empresarial em concessão de uso por tempo determinado), mas o negócio não foi formalizado como também a cooperativa não foi informada de que precisaria integralizar sua cota-parte para poder participar. Na primeira tentativa o consórcio se desfez e se constituiu outro, e a Cooperfloresta foi informada de que para participar teria que integralizar seus 8% que correspondiam ao valor de 400 mil reais.

Segundo Daú<sup>50</sup>, a cooperativa não dispõe de caixa para isso, e os associados da Cooperfloresta não estão muito acostumados a trabalhar com empresários e por isso a cooperativa está apenas fazendo algumas transações comerciais com a sua produção.

A cooperativa não pode apenas vender madeira em tora, também não pode pagar para uma serraria particular beneficiar, pois estes custos são muito altos e, por fim, a cooperativa não dispõe de recursos financeiros para comprar sua participação na fábrica de pisos. A saída foi então adquirir o maquinário usado de uma serraria (que ainda não entrou em operação) e negociar com a SEF e a fábrica de pisos para beneficiar sua produção.

Daú acha que os associados da Cooperfloresta ainda não estão entendendo o significado da PPC, porém ele pensa em preparar a cooperativa para que no momento da renovação do contrato do consórcio, a Cooperfloresta deva estar pronta para adquirir o complexo industrial em parte ou por completo, porque a cooperativa tem que agregar valor a seu produto. “O trabalhador não pode ser amador, ele deve ser profissional”, mas neste momento terá que maturar bem o processo.

Na comunidade do PAE Cachoeira, os associados da Cooperfloresta produzem madeira, látex e castanha do Brasil, sendo que a Cooperfloresta trabalha apenas com a madeira, os demais produtos são comercializados com a Cooperacre. Esta situação é comum nas cooperativas que estão organizadas em cadeias produtivas, fato que tem obrigado a comunidade a se filiar em várias cooperativas, sobrepondo a ação cooperativa e dispersando as formas internas de organização e visão comunitária.

Para o senhor Vital Barros, sócio da Cooperfloresta e morador do PAE Cachoeira em Xapuri, enquanto a cooperativa trabalhou com uma serraria própria, o preço do produto ficou melhor, e acha que a cooperativa deve adquirir sua indústria própria. Daú informou que esta serraria foi fechada devido a seu custo, que era muito alto. Para o senhor Romualdo Campos Barbosa, também morador do PAE Cachoeira, a fábrica de preservativos em Xapuri é uma conquista de suas lutas e, através dela, o preço do látex aumentou.

Observamos nas palavras do Senhor Vital e do senhor Romualdo um “despertar” para a necessidade de industrializar a produção, diferentemente do período de venda exclusiva da borracha coagulada para o marreteiro (comerciante intermediário), quando o seringueiro não observava isso.

---

<sup>50</sup> Dionísio Barbosa de Aquino - Daú: Presidente da Cooperfloresta (entrevista em 30/01/2010).

A Cooperfloresta ainda não participa do consórcio proprietário da indústria de pisos de Xapuri, mantendo com o mesmo apenas um contrato de compra e venda de sua produção. Neste formato de relação não ocorre o PPC, deixando a Cooperfloresta ainda como fornecedora de matéria prima para a indústria (uma forma de integração). O contrato firmado pela Cooperfloresta tem permitido um rigoroso cumprimento dos prazos de fornecimento e pagamento da matéria-prima, deixando os seus associados satisfeitos com a liquidez do seu produto.

A produção de madeira trabalhada pela Cooperfloresta em 2009 na comunidade do PAE Cachoeira foi de 4.729 m<sup>3</sup> de 28 espécies aproveitadas, gerando um faturamento de R\$ 319.482,98; na comunidade do Seringal Equador, a produção foi de 1.613m<sup>3</sup> de 38 espécies aproveitadas, gerando um faturamento de R\$ 103.699,42. O processo de colheita das árvores é de baixo impacto, aproveitando apenas 10 ha/ano por unidade produtiva para ciclos de 25 anos. A renda ao associado em média é de 4 mil reais/ano nessa atividade que é realizada em um ciclo de 3 meses/ano.

A Cooperfloresta está atuando ainda na fase de **baixa complexidade**, pois ainda não industrializa sua produção, apenas fornecendo matéria-prima para a indústria. A Cooperfloresta tem a possibilidade de atuar em duas formas do PPC, uma será quando a cooperativa montar sua serraria própria (a Cooperfloresta adquiriu um equipamento) e a outra será quando ela integralizar sua participação de 8% no consórcio da fábrica de pisos.

Foto 01

Reunião do núcleo de base da Cooperfloresta no PAE Cachoeira (Xapuri)



Fonte: Acervo de Sibá Machado (janeiro/2010)

### 3.5.2 - A Cooperativa dos Agricultores e Pecuáristas da Regional do Baixo Acre – Coopel<sup>51</sup> e a PPC

A Coopel nasceu da necessidade dos produtores de leite de Plácido de Castro que na época era a comunidade com maior volume de produção, para beneficiar seu produto na própria comunidade. A comunidade fornecia para o laticínio CILA (Companhia Industrial de Laticínio do Acre), uma empresa estatal criada para fomentar a bacia leiteira no Acre a partir dos assentamentos do INCRA. Este laticínio faliu e em seguida foi instalado o Laticínio Fronteira em Rio Branco, de capital privado e que

---

<sup>51</sup> Os indicadores aqui informados foram colhidos em trabalho de campo em fevereiro de 2010.

segundo o senhor Vilmar Antonio Vicenzi<sup>52</sup>, este laticínio mantinha uma política muito negativa com seus fornecedores. Com a instalação do laticínio SILA (nome de fantasia da empresa proprietária do empreendimento) de capital privado, os produtores abandonaram o laticínio Fronteira e passaram a fornecer para este que também veio a falir deixando uma dívida com seus fornecedores.

Segundo o senhor Vilmar, a Coopel nasceu a partir do incentivo de um professor da comunidade, para que esta beneficiasse e comercializasse sua produção e não mais entregasse a terceiros. Foram mobilizadas 70 pessoas, mais quando perceberam as dificuldades, apenas 21 permaneceram. A ideia inicial era montar um pequeno laticínio na própria comunidade, mas com a falência da SILA, a Coopel resolve assumir o empreendimento num processo de autogestão.

A Coopel, com sede situada na Br 364, km 60, Distrito de Campinas, Município de Plácido de Castro; e Laticínio (indústria), localizado na Via Verde, nº 2863, Rio Branco; conta com um número de 90 cooperados e 200 não cooperados, que fornecem em média 15.000 (quinze mil) litros diários de leite in natura.

A captação do leite abrange cinco municípios do Estado: Rio Branco (sua capital), Senador Guomard, Plácido de Castro, Capixaba, Xapuri, parte da Br 317 sentido Boca do Acre e parte do município de Acrelândia.

A Coopel tem como missão ser uma cooperativa líder no beneficiamento de matéria prima agropecuária no estado do Acre, visando ao desenvolvimento sustentável. Sua visão é oferecer em nível estadual produtos alimentícios industrializados de qualidade que venham a saciar as necessidades do consumidor acreano, gerando emprego e valorizando a produção agropecuária da região. Seus valores é ter Compromisso, responsabilidade e relação contínua e estreita entre os cooperativistas com fins de prosperidade. E seu objetivo geral é envolver grande número de pequenos produtores no processo produtivo, além do produto apresentar grande inserção no mercado, exercendo forte influência na geração de renda na propriedade (Produtor) e no município (Usina).

A Coopel é proprietária em 100% de seu empreendimento industrial, recebendo aportes financeiros do poder público apenas para o fortalecimento de suas atividades complementares, mas não como participante da empresa. Os principais

---

<sup>52</sup> Vilmar Antonio Vicenzi: Morador do ramal novo horizonte no PAD Pedro Peixoto, em Plácido de Castro, é produtor de leite (sua única fonte de renda), sócio da Coopel e membro titular do conselho de administração da cooperativa (entrevista em 03/02/2010).

investimentos públicos foram através da CONAB, que repassou 1,3 milhão de reais, e o governo do Estado através da Seaprof, que repassou 151 mil reais para capital de giro. Assim a PPC da Coopel é diferente da Cooperfloresta, pois a Coopel é proprietária da indústria, processa e comercializa sua produção, e está atuando na fase de **média complexidade** por ser um empreendimento considerado de médio porte para os padrões do Acre.

A Coopel é hoje quase monopólio da produção leiteira do Acre, porém o Governo do Estado pretende incentivar a instalação de uma indústria de grande porte e alta tecnologia (alta complexidade) num formato PPP. Neste caso, a Coopel terá que enfrentar uma concorrência com o capital privado e também com o Estado sobre as políticas públicas. Conforme o presidente da Coopel, senhor Ezequiel Rodrigues de Oliveira, este empreendimento poderá trazer sérios problemas para a cooperativa. Porém há quem entenda que esta concorrência poderá incentivar ainda mais o setor a produzir mais leite e com melhor qualidade.

A Coopel processou em 2009, 4,4 milhões de litros de leite, faturando cerca de 6 milhões de reais. Sua atuação neste mercado impulsionou o setor para a modernização e por sua alta liquidez é uma atividade que mais distribui renda no campo no Acre atualmente, sendo uma exclusividade dos agricultores. A atividade poderá colaborar muito na recuperação dos ativos ambientais, pois sua nova tecnologia de produção aumenta o potencial das pastagens, melhora a qualidade genética, aumenta a produção/animal e por fim dispensa a horizontalidade da produção e o processo de derrubada e queima de florestas para novas pastagens.

Segundo dados da SEAPROF<sup>53</sup>, a bacia leiteira do Acre saiu de uma média de 50 mil litros/dia antes da Coopel para cerca de 75 mil litros/dia até 2009, e chegará a 100 mil litros/dia até o final de 2010. Este cenário é fruto dos esforços da cooperativa, do Governo do Estado e agora dos próprios produtores que já tomam iniciativas independentes de investimento na atividade

A Coopel comprou a SILVA por 1,1 milhão de reais, assumindo todo o seu ativo e passivo sem prazo fixo para a quitação da dívida que, segundo sua diretoria, está orçada em 300 mil reais atualmente. Os produtos da Coopel estão presentes em quase toda a rede de supermercados, lanchonetes, panificadoras e restaurantes de Rio Branco. A Coopel trabalha muito para saldar o restante da dívida, assumir em definitivo o

---

<sup>53</sup> SEAPROF: Secretaria de Estado de Apoio à Produção Familiar – Governo do Estado do Acre.

patrimônio que está avaliado em cerca de 400 mil reais e adquirir um laticínio totalmente novo antes da chegada da nova empresa.

Com as mudanças que ocorreram com os laticínios de Acrelândia, os produtores procuraram a empresa Italach, sediada em Rondônia, para venderem sua produção; diante dos problemas apresentados pela Italach, vários produtores procuraram a Coopel, que passou a processar cerca de quinze mil litros de leite/dia fixo e variando até 19 mil litros/dia, estabelecendo para o produtor um preço estável e equivalente à média nacional, evitando assim os ciclos de queda de preço e de renda do produtor.

A Coopel é fruto da luta dos agricultores familiares que passaram pelo jugo de meros fornecedores de matéria prima (integração) para empresas privadas e agora estão trabalhando em auto-gestão de sua empresa coletiva, enfrentando as dificuldades inerentes deste momento. Portanto, entendemos que isto se revela numa ação do capital comunitário e desafio para os camponeses envolvidos nesta cadeia produtiva.

Foto 02

Laticínio da Coopel em Rio Branco



Fonte: Acervo Coopel

Foto 03  
Produtos do Laticínio da Coopel



Fonte: Acervo Coopel

### 3.5.3 - A Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre – Cooperacre e a PPC

A Cooperacre<sup>54</sup> foi criada em 2001 e, segundo o senhor Manoel da Gameleira<sup>55</sup>, por três cooperativas: a COPASF de Capixaba, a COOPERIACO de Sena Madureira e a COAF de Feijó, em substituição à Cooperativa Central de Associações do Estado do Acre – COOPEC. A Coopec foi fundada pela necessidade de gerenciamento das políticas do Governo da Floresta. Ou seja, por influência do governo para o campesinato e seguiu um formato já trabalhado pela CPT, tendo como exemplo a CAPEB em Brasília. Por diversos problemas a Coopec faliu, e em seu lugar veio a Cooperacre, que iniciou seu trabalho comercializando a produção de borracha natural

<sup>54</sup> Para maiores informações sobre a Cooperacre, ver SALES (2009), Dissertação de Mestrado.

<sup>55</sup> Manoel José da Silva, **Manoel da Gameleira**, é sócio fundador e presidente da Cooperacre (entrevista em 15/01/2010).

bruta e operando a subvenção ao preço da borracha estabelecido pela lei Chico Mendes (SALES, 2009, p. 69).

O Governo da Floresta teve como desafio executar sua política de valorização dos extrativistas iniciado com a promulgação da lei Chico Mendes criando o programa de subvenção da borracha natural bruta. A lei definiu que os seringueiros deveriam estar vinculados a uma associação ou cooperativa, para acessar o subsídio. Outra política do governo foi construir duas usinas de beneficiamento de castanha do Brasil, sendo uma em Brasileia e outra em Xapuri. O formato de concessão dessas usinas deu as primeiras formas e os primeiros passos para uma PPC, pois seus consórcios proprietários foram formados pela Capeb/empresa privada na usina de Brasileia, e Caex/empresa privada na usina de Xapuri, numa participação de 50% entre as partes.

A Cooperacre é uma central de industrialização e comercialização de produtos extrativistas, e sua forma jurídica não associa a pessoa física, somente pessoa jurídica (Associações e Cooperativas). Hoje são 20 entidades filiadas à central representando cerca de 1.800 famílias em 10 municípios. A Cooperacre define sua missão da seguinte forma: organizar, representar e garantir a sustentabilidade dos extrativistas, através da agregação de valor aos produtos, resgatando a credibilidade e a dignidade para promover a educação, a saúde, a igualdade social, econômica e a conservação ambiental.

A Coopec tinha como propósito inicial apenas a comercialização da produção, situação idêntica à Capeb em Brasileia; já a Caex, em Xapuri, e a Cooperativa Chico Mendes, em Sena Madureira, tentaram desde seu início processar sua produção instalando duas pequenas usinas de beneficiamento de borracha (doadas pelo governo federal através do IBAMA), e a Caex iniciou também o processamento de castanha do Brasil de forma semi-industrial. Este formato de processamento tinha custos muito elevados e a qualidade dos equipamentos era muito inferior, fator principal da falência desses empreendimentos.

Atualmente a Cooperacre trabalha com a **castanha do Brasil** que é seu produto principal, a **borracha natural** bruta nativa e de cultivo tanto coagulada como o látex fornecido à indústria de preservativos de Xapuri, o **óleo de copaíba** e mais recentemente a **polpa de frutas** através da concessão da usina de beneficiamento pela Prefeitura de Rio Branco. O maior desafio da cooperativa tem sido industrializar sua produção, agregando valor e ampliando a margem de renda de seus associados.

No início de seu trabalho a Cooperacre apenas comercializava produtos in natura, mas a experiência de comercialização da castanha-do-Brasil a impeliu para a necessidade de industrializar sua produção, agregando valor e abrindo novos pontos comerciais, fato que a colocou na vanguarda do Cooperativismo do campesinato acriano.

A Cooperacre está caminhando a passos largos para potencializar o processo industrial de sua produção e, para tanto, seu planejamento estratégico para o próximo período, a PPC de sua matriz está da seguinte forma: a) concessionária integral da usina de beneficiamento de castanha do Brasil em Brasileia; b) concessionária integral da usina de beneficiamento de castanha do Brasil em Xapuri, porém por tempo determinado até a recuperação financeira da CAEX, que deverá depois assumir a concessão sozinha ou em parceria com outras cooperativas; c) concessionária integral da usina de beneficiamento de polpas de frutas em Rio Branco; d) concessionária integral da usina de beneficiamento de castanha do Brasil em Rio Branco<sup>56</sup> e e) concessionária de 50% da usina de beneficiamento de borracha natural em Xapuri<sup>57</sup>.

A Cooperacre é sem dúvida uma cooperativa bem sucedida do campesinato acriano na fase da “Luta na Terra” e, como tal, está sendo sondada para assumir a concessão da usina de beneficiamento de polpa de fruta de Brasileia, e num futuro mais distante, a concessão da fábrica de preservativos de Xapuri, que hoje é 100% do governo do Estado em convênio de fornecimento de sua produção com o Ministério da Saúde. A Cooperacre é a cooperativa responsável pelo fornecimento do látex (matéria-prima) para essa indústria.

Durante a visita dos representantes da MCC Mondragón do país Basco, estes desafiaram a Cooperacre a assumir a fábrica de preservativos, e a Cooperfloresta a assumir a fábrica de pisos. A MCC daria todo o suporte técnico de gestão, tecnologia e mercado, fazendo com que o cooperativismo acriano desse um grande salto para a apropriação do processo industrial.

Se a Cooperacre chegar a assumir a fábrica de preservativos, ela terá se incluído no PPC em todas as suas fases (Baixa, Média e Alta complexidade) da

---

<sup>56</sup> Esta usina está em fase de projeto, porém com os recursos financeiros já disponibilizados, podendo entrar em operação em 2011.

<sup>57</sup> Esta usina está em fase de projeto entre a Cooperacre, o Governo do Estado e uma empresa de São Paulo, e deverá entrar em operação em 2011.

organização do processo produtivo nas escalas: Comunitária, Pública/Comunitária, Privada/Comunitária e Pública/Privada/Comunitária. A indústria nos parece ser um passo inevitável para o campesinato em sua Luta na Terra, conforme as palavras de Manoel da Gameleira (entrevista em 15/01/2010): “Em primeiro lugar eu agradeço a Deus, depois à nossa decisão de industrializar nossa produção e aos apoios que recebemos, senão a Cooperacre teria falido, a castanha teria apodrecido e nós teríamos retornado à mão dos empresários” (informação verbal).

A direção da Cooperacre reconhece o apoio que recebeu do Governo do Estado e do Governo Federal para se fortalecer, porém surgiu como uma dúvida sobre a capacidade da cooperativa sobreviver sem este apoio. Manoel da Gameleira (entrevista em 15/01/2010) responde da seguinte forma:

A crise econômica atrapalhou muito o comércio, especialmente o da castanha, deixando a Cooperacre com um estoque muito grande desse produto, porém sem dívidas, pagamos todos os compromissos com os fornecedores, os bancos e a CONAB, estabilizamos o preço da castanha em 10 reais/lata e se não fosse a crise, a cooperativa estaria com cerca de 3 milhões de reais livres. Esse dinheiro é capital dos associados, que na minha intenção é deixá-lo girar sempre na cooperativa. Eu quero ter um dinheiro para não mais precisar de financiamento (bancário) e transformar este movimento para filhos e netos (informação verbal).

O trabalho do cooperativismo que se organiza em cadeias produtivas com industrialização de seus produtos tem contribuído muito para a fixação das famílias no campo e que, segundo Manoel da Gameleira (entrevista em 15/01/2010): “São muito poucos os associados que desistem da cooperativa e de sua posse, em geral eles estão muito satisfeitos com o nosso trabalho e muitos nos procuram para entrar na Cooperacre” (informação verbal).

Raimundo Barros<sup>58</sup> por sua vez afirma que no seringal floresta, na Reserva Chico Mendes, está havendo um “excesso de famílias”, pois os filhos dos moradores que se casam, dividem a colocação com seus pais. Com a chegada de vários benefícios e a garantia de venda da produção pela Cooperacre, que paga em dia, tem havido a reprodução familiar na comunidade.

---

<sup>58</sup> Raimundo Mendes de Barros: morador da Resex Chico Mendes em Xapuri, é sócio e membro do conselho de administração da Cooperacre. Entrevista em 14/01/2010.

Para Manoel Monteiro<sup>59</sup> a Cooperacre entende que o melhor sistema para uma organização em rede é manter as associações de base, pois elas conseguem atuar conforme as peculiaridades de cada comunidade e conseguem também estar mais presentes junto aos associados. Para uma associação se vincular à Cooperacre, ela deve participar de três reuniões oficiais, conhecer mutuamente os estatutos, apresentar certidões negativas de débitos, pagar 500 cotas-partes (1 real/cota) e realizar uma assembléia geral de seus membros com a presença de diretores da Cooperacre para solicitar a filiação. Somente depois deste ritual uma associação ou cooperativa de base poderá ser aceita como filiada da Cooperacre.

Segundo Celso Custódio<sup>60</sup>, um projeto que está em curso na relação entre a Cooperacre e suas associadas é que estas adquiram seu capital de giro próprio, para comprar a produção das famílias a elas vinculadas, ficando a Cooperacre responsável pela industrialização e comercialização dessa produção, ou seja, a Cooperacre será transformada numa prestadora de serviço para suas associadas. O objetivo maior deste projeto é repassar ao máximo os rendimentos adquiridos no processo industrial para as famílias participantes da rede fortalecendo ainda mais as comunidades de base.

As cooperativas e associações têm limites para acessar recursos para capital de giro seja junto aos bancos ou mesmo nos programas sociais do governo. Portanto, a Cooperacre fica limitada para comprar toda a produção (castanha do Brasil p. e.) pela imposição desses limites. A ideia de transferir essa responsabilidade pode ser entendida da seguinte forma: a) amplia-se muito o volume de dinheiro para capital de giro; b) a Cooperacre poderá monopolizar o mercado de seus produtos; c) reduz os riscos de fracasso, pois individualiza os perigos por cada associada; d) fortalece muito a estrutura das associadas, e) aumenta a exigência pela qualidade do produto; e f) amplia o rendimento final das famílias.

---

<sup>59</sup> Manoel Monteiro de Oliveira: Superintendente da Cooperacre (entrevista em 16/01/2010).

<sup>60</sup> Celso Custódio da Silva: sócio da rede Cooperacre e membro do conselho da administração. Morador da comunidade Porangaba em Brasília. (Entrevista em 12/01/2010).

Foto 04

Diretoria e Conselho de Administração da Cooperacre



Fonte: Acervo de Sibá Machado (janeiro/2010)

Foto 05

Usina de beneficiamento de castanha do Brasil da Cooperacre em Brasília



Fonte: Acervo de Sibá Machado (janeiro/2010)

### 3.5.4 - A Cooperativa dos Produtores de Aves – Agroaves e a PPC

O governo da Floresta implantou o CAI-F<sup>61</sup> no município de Brasileia dentro de sua política de fomento à industrialização da economia do Estado. A atividade faz parte do portfólio de substituição de importação de produtos de primeira necessidade da população e uma posterior política de fomento às exportações como está em curso a instalação da ZPE.

O formato da concessão do empreendimento tem desde seu início a vontade política de ser através da PPC. Para tanto, o governo entendeu que esta atividade requer um nível de gerenciamento com notório saber dadas as dificuldades de se produzir frango industrial nas condições do Acre. Para se estabelecer a PPC, o governo convidou um empresário de Minas Gerais como sócio majoritário e propôs uma participação de 6% para os produtores de aves através de sua cooperativa.

Segundo Raimundo Pedro<sup>62</sup>, o primeiro consórcio não funcionou, e o frigorífico ficou à beira da falência. Para retomar seu funcionamento de forma normal, o empresário apoiado pelo governo através da SEAPROF negociou com a cooperativa Agroaves a integralização de não apenas dos 6% propostos no início, mas de 30%, que somou o valor de 400 mil reais. Assim a Agroaves é atualmente sócia proprietária da empresa concessionária do CAI-F em 30%. A Agroaves recorreu a financiamento bancário através do PRONAF para levantar o montante requerido e que, no contrato de integralização, será devolvido da taxa de lucro do negócio sem precisar fazer tomada de capital dos associados da cooperativa, ou seja, até a quitação do crédito com o banco, a Agroaves não receberá sua parte nos lucros da empresa.

A Agroaves foi fundada em setembro de 2006 com 60 associados, e a ideia inicial negociada com o governo era para produzir frango semicaipira. Este projeto não deu certo, mas ainda assim deixou um fundo de 100 mil reais que o governo repassou para a cooperativa como aporte de seu capital inicial. Atualmente a Agroaves tem 98 associados com galpões instalados e em produção e mais 22 em fase de instalação.

Segundo Raimundo Pedro, para os associados residentes nos Polos Agroflorestais (PE), o governo assume todos os custos de instalação dos galpões, já para

---

<sup>61</sup> CAI-F: Complexo Agroindustrial de Frangos, localizado em Brasileia numa PPC com a Cooperativa Agroaves.

<sup>62</sup> Raimundo Pedro Honório da Silva: é sócio fundador e Presidente da Cooperativa Agroaves. Entrevista em 14/01/2010.

os associados residentes em outras áreas, o governo assume no máximo a metade desses custos, ficando o produtor responsável pela outra parte.

Sobre a participação da Agroaves no conselho de decisão da empresa, Raimundo Pedro se mostra preocupado, pois agora a Agroaves tem “dinheiro em jogo”, e quando se tem dinheiro em jogo é preciso saber o que está acontecendo. “Eu preciso estar sabendo, pois se eu tiver sabendo o cooperado também saberá”. É preciso haver informação entre empresa e cooperativa.

Na formação do consórcio, a cooperativa não indicou um de seus membros para atuar junto à direção da empresa, na verdade a SEAPROF indicou um de seus servidores em nome da Agroaves, situação que percebemos estar gerando um incômodo para a cooperativa. Raimundo Pedro pretende convocar uma assembleia da Agroaves para discutir esse problema e tentar substituir o representante no conselho de administração da empresa.

O senhor Paulo Eduardo<sup>63</sup> analisa o CAI-F e a experiência da PPC da seguinte maneira:

Temos uma experiência com os sócios da Agroaves onde cerca de 40% são nota dez, acreditam no empreendimento, aprendem a atividade muito rápido e querem investir mais; cerca de 40% podemos dizer que se contentam com o que já tem e não querem ultrapassar isso e cerca de 20% podemos considerar um prejuízo para a atividade e para a cooperativa. Nosso objetivo com essa sociedade é de um lado uma dificuldade no processo de tomada de decisão, pois cada associado poderá ter uma compreensão diferente, e de outro lado, precisamos ter um sócio do empreendimento forte do ponto de vista da inteligência quanto à sua atividade e do ponto de vista financeiro. Queremos ajudar na organização da Agroaves. Imaginemos eu ter que solicitar um investimento de 1 milhão de reais e os cooperados dizerem simplesmente “sim”, não é muito bom, o bom é que eles possam entender e discutir o projeto (informação verbal).

Paulo Eduardo (entrevista em 02/02/2010) chama a atenção para o tipo de indústria que estão operando: o frigorífico é diferente de uma indústria (de borracha, v. g.) que pode estocar produto e suspender a produção por algum tempo. O frigorífico trabalha diariamente com o mesmo volume e a mesma qualidade sem parar. Portanto, requer uma competência muito forte. Os 20% dos sócios da Agroaves que não se esforçam pela atividade deveriam ser desligados e repassar suas granjas para os outros, esta é uma falha da cooperativa. As pessoas ainda não entendem que esta atividade tem

---

<sup>63</sup> Paulo Eduardo Santoio Bernardes Antunes: é sócio majoritário e diretor geral da Acreaves Alimentos S.A., empresa concessionária do CAI-F de Brasileira. Entrevista em 02/02/2010.

seu sucesso não no frigorífico, mas nas granjas, é lá que acontece o processo mais delicado, o frigorífico apenas processa o que as granjas de fato produziram. O frigorífico pode apenas “piorar” a qualidade da ave, mas nunca poderá melhorar uma ave ruim. A Agroaves deve então assumir a direção da produção de aves.

Paulo Eduardo afirma ainda que os números obtidos pelos 40% dos sócios mais dedicados da cooperativa já ultrapassam os de grandes empresas como a Sadia. Ele espera então que a cooperativa cumpra também seu papel de organizadora do padrão produtivo junto a seus associados e que estes descubram que 30% dos lucros da empresa retornarão a eles no final do processo.

O senhor Orides Rigamonte<sup>64</sup> (entrevista realizada em 12/01/2010) entende que a atividade avícola é uma mudança muito forte no ritmo de trabalho do camponês: “antes nós precisávamos trabalhar mais, ao sol escaldante e com muito esforço físico; agora temos que trabalhar com menos esforço físico e prestar mais atenção” , é mais tempo de atenção.

Em trabalho de campo observamos que a produção de aves é a principal atividade dos sócios da Agroaves e sua principal fonte de renda, porém ainda não sabemos se as visitas realizadas se deram exatamente nos sócios nota dez da avaliação de Paulo Eduardo. Por parte do governo e da indústria existe a possibilidade de apenas ampliar os galpões dos atuais sócios para que estes atinjam a capacidade de 14 mil aves alojadas, número considerado ideal para uma família de pequeno produtor. Atualmente os maiores alojam cerca de 4 mil aves por lote.

O CAI-F para chegar a seu ponto de equilíbrio precisa atingir a cota de 25 mil aves por dia; atualmente abate apenas 9 mil aves/dia, situação que lhe tira do vermelho, mas ainda não gera excedentes e lucro. O CAI-F é formado: a) pelo frigorífico (abatedouro); b) pela fábrica de ração; c) pela incubadora (não instalada); d) pelas granjas de postura (não instalada); e) pelas granjas de cria/engorda (são as granjas da Agroaves instaladas em 98 pontos); e f) pelo fornecimento dos insumos em geral (a produção de milho do Acre abastece apenas alguns meses do consumo da Acreaves).

---

<sup>64</sup> Orides Rigamonte: é pequeno produtor na BR 317 (estrada de Assis Brasil), é produtor de grãos, leite e frango. É sócio da Agroaves e pretende ampliar seu galpão para 14 mil aves e atingir excelência na atividade. Entrevista em 12/01/2010.

Foto 06

Complexo Agroindustrial de Frangos em Brasília



Fonte: Acervo de Sibá Machado (janeiro/2010)

Foto 07

Unidade Produtiva de Frangos/Cooperado: Orides Rigamonte



Fonte: Acervo de Sibá Machado (janeiro/2010)

Neste capítulo procuramos analisar o momento das lutas sociais no campo acriano logo após a conquista de cerca de 30% das terras do Estado para fins de Reforma Agrária. Antes disso, a marca das lutas sociais neste setor, se deram através do “empate” contra os desmatamentos e consecutivamente contra a expulsão dos seringueiros de suas colocações.<sup>65</sup> Nossa percepção é que o MSTR/CNS arrefeceram nos embates com o capital e com o Estado, tarefa assumida mais precisamente pelas associações e cooperativas especialmente a partir do início do “governo da floresta” que chegou a incentivar a criação de algumas cooperativas, no intuito de executar algumas de suas políticas para o campesinato.

---

<sup>65</sup> Colocação: local de moradia e de trabalho dos seringueiros. É uma parte do Seringal.

O processo de industrialização agrícola e florestal do Acre, se seguir as mesmas diretrizes observadas em outras regiões do país, poderá por em risco todo o arcabouço de conquistas do MSTR/CNS, dado as disputas, agora por tecnologias e mercado que poderá incidir sobre uma reconcentração fundiária em áreas de assentamentos.

Portanto, as associações e cooperativas vem a nosso ver, assumido a liderança do processo de absorção de tecnologias e apropriação do processo industrial, conseguindo assim garantir a posse de suas terras. A forma em curso desse movimento, embora tenha sido transformado em uma política do governo da floresta, é a PPC. Na qual as cooperativas estão assumindo de forma parcial ou mesmo integral a participação nos complexos industriais. A isto nós estamos chamando de fase da “luta na terra”. Ou seja: “a participação comunitária na construção do desenvolvimento local”.

No debate sobre as fases de média, alta e baixa complexidade, a liderança do movimento de absorção de tecnologias e participação no processo industrial é das cooperativas, as associações estão sendo absorvidas por estas como uma espécie de “filial” como observamos na Cooperacre.

## CONCLUSÃO

---

*“Um povo só se deixa guiar quando lhe apontam um futuro; um líder é um comerciante de esperanças”.*

Napoleão Bonaparte

O sindicalismo é uma organização criada pelos operários possuidores apenas de sua força de trabalho buscando mitigar as mazelas do sistema capitalista que, em sua fase de acumulação até a segunda revolução tecnológica, mantinha uma relação canibalesca com o operariado, usurpando ao máximo a força de trabalho de adultos, mulheres e crianças.

O sindicalismo foi muito potente para conquistar uma série de melhorias de renda e condições de trabalho, como a redução da jornada, fundos de amparo, direitos das crianças, direitos da mulher, melhorias salariais, etc. Porém, não é da natureza do sindicalismo obrigar o patronato a investir mais, construir novos empreendimentos e “empregar” mais trabalhadores, fato que fez com que o sindicalismo se aprimorasse na representação dos trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho, e tendo algumas dificuldades para inserir os que estão fora.

O sindicalismo chegou ao campo no Brasil mais precisamente na segunda metade do século vinte, quando da criação das “empresas rurais” através do Estatuto da Terra, fator que gerou a categoria do “trabalhador rural assalariado” (operários rurais) e também devido a um considerável número de camponeses que tiveram acesso à posse de sua terra ou por meio da Reforma Agrária dos governos pós-Getúlio Vargas ou por meio das Lutas camponesas, especialmente às promovidas pelas Ligas Camponesas e outras. A CONTAG e seu sistema confederativo foi “aceita” pelo regime militar para “substituir” as Ligas Camponesas, organização camponesa da época que foi massacrada pelo sistema. Portanto a CONTAG tornou-se o sindicalismo oficial no campo brasileiro e protegida pela “unicidade sindical” da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

O cooperativismo, por sua vez, nasce como “alternativa” à divisão social do trabalho promovido pelo sistema capitalista. Ou seja, enquanto o sindicalismo travava suas lutas contra o regime de trabalho das empresas capitalistas por melhores condições e contra o Estado capitalista para investir mais em políticas de interesse do trabalhador, (mas nunca para tomar as empresas), o cooperativismo nasce para organizar os trabalhadores (especialmente os excluídos do mercado de trabalho) a tomarem suas

próprias iniciativas, criando suas empresas coletivas, seus postos de trabalho e travando suas lutas contra o Estado capitalista, para conquistar políticas públicas importantes para seu sucesso e também contra o capital na concorrência no mercado.

No Acre, o sindicalismo representado pelo MSTR/CNS foi fundamental para a conquista da terra, sendo o empate sua principal forma de luta. Porém a conquista das indústrias e outros elos das cadeias produtivas passam a ser uma tarefa dos movimentos sociais e neste momento coordenado apenas pelo cooperativismo e a PPC passa a ser a bandeira principal de ação.

Nos embates ideológicos entre capital e trabalho no Brasil, o sindicalismo protagonizou lutas muito mais nitidamente estruturais em confronto com o sistema capitalista, especialmente quando dos enfrentamentos com o regime militar. O Cooperativismo por sua vez não expôs tanto essas contradições e, ainda por cima, o sistema oficial do cooperativismo coloca o problema da divisão social do trabalho como apenas uma questão de oportunidade, vendo isso como um problema “social”, admitindo em suas cooperativas uma relação também patronal entre trabalhadores.

Dessa forma pode parecer um pouco confuso o papel do cooperativismo nos embates estruturais contra o sistema e o Estado capitalista, porém nossa compreensão se dá no sentido de que é preciso uma ação conjunta do MSTR/CNS com o cooperativismo/associativismo para a implantação das PPCs e tendo o Pacto Agrário como instrumento de conquista das políticas de interesse do capital comunitário.

O capital social é um conceito muito interessante para descrever as lutas sociais em seu conjunto. Nossa compreensão é que este conceito admite todas as formas de organização e formas de luta da comunidade em qualquer nível. Para nós o capital comunitário poderá ser entendido como sendo a organização do campesinato na fase da luta na terra e quando passa a disputar a propriedade dos meios de produção em escalas de baixa, média e alta complexidade do processo produtivo. O “empate” foi a marca da conquista da posse da terra, e a “PPC” poderá ser a marca da conquista do segundo elo do processo produtivo: o conjunto dos fatores para fazer a terra produzir e assumir seu papel político tão importante para territorializar o seu modelo de desenvolvimento.

O termo “capital” pode ensejar preocupações quanto a sua conceituação, pois capital é entendido por Marx como o epicentro da luta de classes exemplificada entre capital, trabalho, propriedade privada e mais-valia. Porém, nosso entendimento é que na economia capitalista os excluídos também se constituem em uma força política expressa

nos sindicatos e outras agremiações representativas de classe e um poder econômico expresso nas cooperativas e outras agremiações de representação econômica.

Portanto, o conceito de “capital social” está representado nas forças políticas dos movimentos sociais, no caso acriano pelo MSTR/CNS, enquanto o “capital comunitário” pode estar representado nas forças econômicas pelas cooperativas e associações de produção.

Ainda sobre o capital comunitário, este é formado pelo conjunto do cooperativismo/associativismo quando da posse das cadeias produtivas, envolvendo um poder de organização comunitária, de produção, de mercado e de renda. O capital comunitário pode ser entendido conforme Gide, apud Schneider (2003, p. 18), para quem **o objetivo final da cooperação cooperativa é transformar paulatinamente o proletariado de meio de produção em proprietário dos meios de produção.**

O cooperativismo/Associativismo acriano ainda é muito incipiente, conquanto algumas cooperativas já desponhem com boas condições organizativas e, portanto, necessitam atuar em redes solidárias para o fortalecimento de seu capital comunitário e assim avançar ainda mais sobre as PPCs dos complexos industriais e agroindustriais fomentados pelo Estado. A Cooperacre avança muito para consolidar-se como uma rede de produção e comercialização, podendo até assumir o monopólio de algumas cadeias produtivas. Assim, as PPCs representam o principal embate entre o capital comunitário e o Estado para a próxima etapa da economia local redesenhando o formato do desenvolvimento do Acre.

O grande desafio do cooperativismo acriano é estar preparado para uma “independência” em relação às ações de governo (negociada ou por ruptura), e neste sentido entendemos que os próximos passos serão os seguintes: a) ampliar a rede para uma solidariedade com o cooperativismo urbano; b) criar o Fundo Solidário de Investimento intercooperativo para iniciar um crédito próprio da rede; c) Criar a Escola Cooperativa para a formação continuada dos associados; d) Especializar as Associações na produção para o abastecimento local das cidades sedes e das próprias comunidades nos processos de baixa complexidade<sup>66</sup>; e) Realizar as compras em grupo para reduzir custos; e f) consolidar a gestão para disputar os mercados em qualquer ordem.

---

<sup>66</sup> Observação feita por alguns estudiosos em que a produção comunitária deve provê, antes de tudo, o abastecimento local. Esta situação é notória nos municípios acrianos mais isolados que importam quase tudo que consomem. Baixa Complexidade é pelo fato de esta produção dispensar a industrialização.

A PPC é um processo de disputa negociada com o Estado e com o empresariado para ocupar um espaço na economia local. Neste caso, sua representação política deverá ser encampada pelo MSTR/CNS através da construção/negociação do Pacto Agrário especialmente quando da elaboração dos Planos plurianuais e das leis orçamentárias, e nelas inserir as dotações para os investimentos no setor. Já a execução das PPCs é uma tarefa das Cooperativas e das Associações que deverão assumir a gestão dos empreendimentos nas escalas de baixa, média e alta complexidade, consorciadas os não numa clara disputa pela posse dos meios de produção.

A PPC é uma bandeira para a conquista de espaço no processo produtivo e como tal deverá ser encampada pelo MSTR/CNS, assim como foi para a conquista da posse da terra. Esta tarefa não é apenas das próprias cooperativas, pois não se trata de uma conquista eminentemente econômica, e sim uma conquista política do campesinato em sua Luta “na” Terra. Ou seja, é tarefa do sindicalismo e dos movimentos sociais de massa a disputa política dos processos sociais, ficando o cooperativismo para a gestão dessas conquistas.

Por falta de uma representação política mais organizada, as cooperativas estão sendo inseridas nos empreendimentos industriais por “compra de participação”, como foi o caso da Agroaves, e Cooperfloresta (em negociação) e não por uma negociação política. Assim, nosso entendimento é que o MSTR/CNS deve assumir essa representação para melhor direcionar essa etapa das lutas campesinas em solo acriano, e o Pacto Agrário pode ser entendido como a “data-base” do sindicalismo rural acriano, assim como foi o Grito da Terra Brasil que já dura duas décadas.

A PPC não deve se resumir a uma simples “política de governo”, ela deve antes de tudo se tornar uma referência do MSTR/CNS para a conquista de novos espaços sócio-econômicos do campesinato e como tal, imprimir sua visão de desenvolvimento na paisagem acriana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ARAUJO, Maria Celina D'. **Capital social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BASSAN, Dilani S. e SIEDENBERG, Dieter Rugar. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton Luiz (orgs.): **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- BECKER, Berta K. **Amazônia: geopolítica na virada do milênio**. Rio de Janeiro. Garamond, 2004.
- BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton Luiz. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **Locke e o direito natural**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- , **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CAVALCANTI, Clóvis. Condicionantes biofísicos da economia e suas implicações quanto à noção de desenvolvimento sustentável. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro, REYDON, Bastiaan Philip e LEONARD, Maria Lucia Azevedo (orgs): **Economia do Meio Ambiente: Teoria, políticas e a gestão de espaços regionais**. Campinas: UNICAMP. IE, 2001.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo. Moderna, 1999.
- CORREIA, Silvio Marcus de Souza. (org.) **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia ocidental:** contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo. Cortez: Rio Branco. UFAC, 1992.

DALLABRIDA, Valdir Roque e BECKER, Dinizar F. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar F. e WITTMANN, Milton Luiz (orgs): **Desenvolvimento regional:** abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

DASGUPTA, Partha. **Economia.** São Paulo: Ática, 2008.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico.** Rio de Janeiro. Bertrand, 1991.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre.** Rio Branco: a resistência dos seringueiros de Xapuri. Casa da Amazônia, 1987. Dissertação de Mestrado PPG em História – UNICAMP.

EHLERS, Eduardo. **O que é agricultura sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

ERNEST, Mandel. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista.** Campinas. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros e SUZUKI, Júlio César (orgs). **Geografia agrária:** teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRAXE, Therezinha J. P. **Homens anfíbios:** etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer:** reflexões sobre a formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1999.

-----**Formação econômica do Brasil.** 32ª edição. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2003.

GEORGE, Pierre. **Geografia econômica.** São Paulo. Difel, 1983.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

----- **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão** in: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo. Contexto. 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Programa estadual de zoneamento Ecológico-econômico do estado do Acre – ZEE**. Fase II. Documento síntese – Escala de 1:250.000. Rio Branco, SEMA, 2006.

HARNECKER, Marta e URIBE, Gabriela: **Exploração capitalista**. São Paulo: Global Editora, 1979.

HENDERSON, Hazel. **Construindo um mundo onde todos ganhem**. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 1996.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A. 1986.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo. Atlas, 1982.

KON, Anita. **Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil**. São Paulo. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998. Vol. 2

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas. Papirus, 1988.

LAJUGIE, Joseph. **As doutrinas econômicas**. São Paulo. Difel, 1981.

-----**Os sistemas econômicos**. Rio de Janeiro. Bertrand, 1988.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LÊNIN, Vladimir I. **O estado e a revolução**. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo. Hucitec, 1987.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MARAFON, Glaucio José; RUA, João e RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs). **Abordagens teórico-metodológico em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Flávio R. Kothe. São Paulo. Nova Cultural, 1988.

MEIRELES, Hilson Cavalcante. **Pecuarização e reconcentração de terras no PAD Humaitá – Acre**. Monografia. 71f. UFAC/DEGEO, Rio Branco, 1998.

MENESES NETO, Antonio Júlio de. **Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MONASTÉRIO, Leandro Monteiro. Medindo o capital social: uma análise das regiões do rio Grande do Sul. In: CORREIA, Silvio Marcus de Souza. (Org.) **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2003.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital Social e Desenvolvimento Regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (org): **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2008.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro. Garamond, 2001.

-----**Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo. Cortez, UNESCO, 2004.

NUNES, Gerliano Mouzinho. **Gestão das cooperativas agroextrativistas na regional do vale do Acre: as bases para planejar o desenvolvimento local**. 2008. 179f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação. UFAC. Rio Branco, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo. Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. 4ª ed. São Paulo. Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Ermício Sena de. **O movimento pelo desenvolvimento sustentável do Acre-Brasil (1988-2002): ciclos de protestos, capital social e rendimento democrático**. Tese de doutorado. Universidade de Salamanca. 2003.

OLIVEIRA, Sebastião Sibá Machado. **Movimentos sociais e a luta pela terra no Acre, pós-1980**. Brasília. Senado Federal, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco. EDUFAC, 2005.

PAULA, Elder Andrade; SILVA, Silvio Simione da. **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia – Acreana**. Rio Branco. EDUFAC, 2006.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro. Campus, 2000.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo. Ática, 1993.
- RAMOS, Marília e MARÍÑO, Juan Mario Fandiño. Democracia e Desenvolvimento: uma discussão teórica conceitual para entender diferenças regionais. In: BECKER, Dinizar F. e WITMANN, Milton Luiz. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- RÊGO, José Fernandes do. **Estado e políticas públicas: a reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar**. São Luiz. EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002.
- RIBEIRO, Ronald Polanco. **Os madrugadores da floresta: a luta, viver, conservar e industrializar na complexidade seringueira**. 2008. 153f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação. UFAC, Rio Branco, 2008.
- RIEDL, Mário e VOGT, Olgário Paulo. Associativismo e Desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (org): **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- RODRIGUES, Écio. **Vantagem competitiva do ecossistema da Amazônia: o Cluster Florestal do Acre**. Universidade de Brasília. Tese de Doutorado (Gestão Ambiental), Brasília, 2004 (790p.).
- RODRIGUES, Roberto. **Cooperativismo: democracia e paz surfando a segunda onda**. São Paulo: [s.n.], 2008.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro; REYDON, Bastiaan Philip; LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo (org.). **Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais**. Campinas, 2001.
- SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável: idéias sustentáveis**. Rio de Janeiro. Garamond, 2002.
- SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópoles. Vozes, 2000.
- SALES, Gardênia de Oliveira. **Arranjo produtivo local como estratégia de desenvolvimento para a cadeia produtiva da castanha-do-Brasil no Estado do**

**Acre.** 2009, 95f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação. UFAC, Rio Branco, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Florestania:** a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco. EDUFAC, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

SCHNEIDER, Odelso José (Org.). **Educação cooperativa** e suas práticas. Brasília: SESCOOP/UNISINOS, 2003.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. **Dicionário desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SILVA, Silvio Simione da. **Na fronteira agropecuária acreana.** Rio Branco. LEUPAG-DEGEO/UFAC, 2003.

----- **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia acreana.** Presidente Prudente. 2005. Tese de doutoramento em geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações.** São Paulo. Hemus, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro. Bertrand, 1988.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro. Zahar Editor, 1993.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. **Cooperativismo:** uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: FASE, 1999.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo. Ática, 2003.

## DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

---

ABCPOLÍTICO. Artigo: **Uma política sustentável para a indústria do Acre.** SALOMÃO, João Francisco. Disponível em: <[www.abcpolitiko.com.br](http://www.abcpolitiko.com.br) > Acesso em: 21/07/2009

ANCOSOL, Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária. Sobre Nós: **Missão Institucional.** Disponível em: <<http://www.ancosol.org.br/sobre.php>> Acesso em: 19 de novembro de 2009.

ANTEAG, Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. **Quem Somos.** Disponível em: <<http://www.anteag.org.br/index.asp?pag=7&cod=4>> Acesso em: 19 de novembro de 2009.

COOPESP, Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Educação do Estado de São Paulo. História. **História do Cooperativismo.** Disponível em: <<http://www.coopesp.org.br/cooperativismo.pdf> > Acesso em: 27 de julho de 2009.

EDITORES gráficos. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. [S.l.]: Wikimedia Foundation, 2006. **Propriedade privada.** O texto foi modificado pela última vez às 12h43min de 27 de outubro de 2009. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Propriedade\\_privada](http://pt.wikipedia.org/wiki/Propriedade_privada)> Acesso em: 19 de novembro de 2009.

GLOBAL 21. Informes Setoriais: **Borracha.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br/informessetoriais/setor.asp?cod=2>> Acesso em: 19 de novembro de 2009.

HistóriaNet – A Nossa História. **Revolução Gloriosa:**a restauração dos Stuart. Disponível em:< [www.historianet.com.br/conteudo](http://www.historianet.com.br/conteudo)> Acesso em: 19 de novembro de 2009.

HITCHMAN, Judith. Mondragón Cooperative Corporation .**Uma análise crítica das forças e fraquezas e potencialidades do modelo,** novembro de 2008. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-7695.html>> Acesso em: 19 de novembro de 2009.

ITS BRASIL, Instituto de Tecnologia Social. Arquivo Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social (2004). **Articulação e Organização de Assentados no Sistema Cooperativista dos Assentados.** Disponível em:<[http://www.itsbrasil.org.br/pages/15/Sistema\\_Cooperativista\\_dos\\_Assentados.pdf](http://www.itsbrasil.org.br/pages/15/Sistema_Cooperativista_dos_Assentados.pdf) > Acesso em: 27 de julho de 2009.

OCB, Organização das Cooperativas do Brasil. Cooperativismo. **Evolução no Brasil:** Movimento Livre da Influência do Estado. Disponível em: <

[http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao\\_no\\_brasil.asp](http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp) > Acesso em: 27 de julho de 2009.

UNICAFES, União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Histórico.** Disponível em: < <http://www.unicafes.org.br/unicafes.php>> Acesso em: 19 de novembro de 2009.

UNISOL Brasil, União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil. **O que é?** Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/conteudos/unisol/oqueeh.wt> > Acesso em: 19 de novembro de 2009.

UNISOL Brasil, União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/conteudos/unisol/historico.wt> > Acesso em: 19 de novembro de 2009.

## **ENTREVISTAS CONCEDIDAS**

---

01. Arnóbio Marques, Governador do Estado do Acre. Entrevista em 07/01/2010.
02. Otacílio Jorge da Silva, sócio da Agroaves. Entrevista em 12/01/2010.
03. Juarez Coelho da Silva, sócio da Agroaves. Entrevista em 12/01/2010.
04. Orides Rigamonte, sócio da Agroaves. Entrevista em 12/01/2010.
05. Raimundo Pedro Honório da Silva, Presidente da Agroaves. Entrevista em 13/01/2010.
06. Raimundo Graça de Freitas, técnico da SEAPROF. Entrevista em 14/01/2010.
07. José Nilberto Menezes, viveirista. Entrevista em 14/01/2010.
08. Dirlei Bersch, gerente da fábrica de preservativos. Entrevista em 14/01/2010.
09. Raimundo da Silva Pereira, seringueiro sócio da Cooperacre. Entrevista em 14/01/2010.
10. Raimundo Mendes de Barros, sócio e diretor da Cooperacre. Entrevista em 14/01/2010.
11. Manoel José da Silva, Presidente da Cooperacre. Entrevista em 15/01/2010.
12. Paulo Eduardo Santoio Bernardes Antunes, sócio majoritário e diretor da Acreaves. Entrevista em 02/02/2010.
13. Gilberto Siqueira, Secretário de Planejamento do gov. do Estado. Entrevista em 25/01/2010.
14. Manoel Lima, sindicalista ex-presidente da CUT/AC. Entrevista em 26/01/2010.
15. Eufnan Amaral, secretário de meio ambiente do gov. do Estado. Entrevista em 26/01/2010.
16. Jorge Viana, ex-governador do Estado do Acre. Entrevista em 27/01/2010.
17. Carlos Omar, representante da UNISOL no Acre. Entrevista em 27/01/2010.
18. Dionísio Barbosa de Aquino - Daú, presidente da Cooperfloresta. Entrevista em 30/01/2010.
19. Carlos Olvídio – Resende, secretário de Florestas. Entrevista em 01/02/2010.
20. Vilmar Antonio Vicenzi, sócio da Coopel. Entrevista em 03/02/2010.
21. Edson da Silva, sócio da Coopel. Entrevista em 03/02/2010.

22. Davi Martins de Menezes, sócio da Coopel. Entrevista em 03/02/2010.
23. José Maria Barbosa - Boka, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros. Entrevista em 04/02/2010.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)